



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 79

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 12 de dezembro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário do Centro Social Santa Bárbara da Fonte do Bastardo.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário do Centro de Convívio da Fonte do Bastardo.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*);

- [Voto de Congratulação pela conquista do 3.º lugar na Taça de Portugal de Ensino.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Manuel Ramos (*PS*) e de ter usado da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelos 125 anos da Filarmónica Imaculada Conceição da Lomba da Fazenda.](#)

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação à Escola Básica e Secundária de Santa Maria pela conquista do prémio Mário Ruivo.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*);

- [Voto de Congratulação pela vitória dos professores dos Açores na luta pela recuperação integral do tempo de serviço congelado.](#)

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*) e de terem usado da palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado André Bradford (*PS*), e para um contraprotesto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Voto de Congratulação pelos 125 anos da Câmara do Comércio e Indústria da Horta.](#)

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Eng. Luís Tadeu da Silva Dutra.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*) e de terem usado da palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*) e o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*);

- [Voto de pesar pelo falecimento de Carlos António Pereira da Terra.](#)

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*);

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. José Henrique Rocha Lourenço.](#)

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), tendo de seguida o voto sido aprovado por unanimidade;

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. José Henrique Silva Rocha Lourenço.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. José Henrique Silva Rocha Lourenço.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*);

Após a apresentação dos votos, o Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*) usou da palavra para fazer uma [declaração política](#), na qual intervieram os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*), tendo também usado da palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Iniciou-se a Agenda da Reunião com o [Projeto de Resolução n.º 102/XI – “Transporte na ilha de São Jorge dos animais rejeitados ou animais para destruição e respetivos cadáveres”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Jorge Paiva, intervieram no debate os Srs. Deputados António Pedroso (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Rendeiro (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Pedroso (*PSD*) e João Corvelo (*PCP*).

De seguida, passou-se para o [Projeto de Resolução N.º 113/XI – “Aumento da capacidade de aproveitamento, reserva e distribuição de água para a agro-pecuária”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Marco Costa, participaram no debate os Srs. Deputados Mário Tomé (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Almeida (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e André Bradford (*PS*). Interveio também no debate o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi debatida a [Petição n.º 24/XI – “Pelo encerramento do Parque Zoológico da Povoação”](#), apresentada por Jessica Costa Pacheco, na qualidade de primeira subscritora.

Feita a apresentação do relatório pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), participaram no debate as Sras. Deputadas Catarina Chamacame Furtado (*PSD*) e Rute Gregório (*CDS-PP*), e os Srs. Deputados António Lima (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e João Paulo Ávila (*PS*).

Eram 19 horas 36 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Ávila Matos

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia** **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame** **Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Rute Isabel Rodrigues Dias **Gregório**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP e vamos iniciar, como é habitual, com a apresentação de votos.

O primeiro é um voto de congratulação pelo 25.º aniversário do Centro Social de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo.

É apresentado pelo PS, e tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Bom dia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**25º aniversário do Centro Social Santa Bárbara
da Fonte do Bastardo**

O Centro Social de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo, Ilha Terceira, foi fundado a 20 de novembro de 1993, tendo completado, assim, no mês passado, 25 anos de atividade.

Pensado e levado a cabo por Leonor Costa, Salomé Lopes e Fátima Sequeira, o Centro Social de Santa Bárbara, localizado na freguesia da Fonte do Bastardo, no concelho da Praia da Vitória, passou pelas instalações da Casa do Povo e só a 27 de março de 2005 viu inaugurada a sua atual sede, localizada no centro da freguesia.

O Centro Social de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo mantém-se em atividade, graças à colaboração de voluntárias, sob a responsabilidade de Lina Martins, e é atualmente composto por 45 membros.

Espaço privilegiado de convívio para os idosos que, semanalmente, às quartas-feiras, dele usufruem, o Centro Social é, há 25 anos, um local de partilha social, promovendo a valorização e a inclusão dos idosos da freguesia.

Assim, entre as atividades promovidas no Centro Social, incluem-se jogos lúdicos, trabalhos manuais e a organização de iniciativas culturais. É também promovida a participação dos utentes em eventos anuais, desde danças de Carnaval a funções do Espírito Santo.

O lanche semanal, realizado em colaboração com a Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, é outro momento essencial de convívio entre os idosos da freguesia, que têm no Centro Social um valioso ponto de encontro e de valorização pessoal.

Pelos motivos enunciados e pela passagem destas bodas de prata, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2018, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário do Centro Social de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Centro Social de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo, às voluntárias que nele participam e aos utentes que dele usufruem.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

Os Deputados, André Bradford, Maria de Fátima Ferreira, Francisco César, Maria Isabel Quinto, António Parreira, Domingos Cunha e Mónica Rocha.

Tenho dito.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação também se refere ao 25.º aniversário do Centro de Convívio da Fonte do Bastardo.

Desta feita é apresentado pelo PSD, e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Haja saúde a todos, muito bom dia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25.º ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE CONVÍVIO DA FONTE DO BASTARDO

“Envelhecimento ativo é um processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem.”

(Cf. WHO. Active Ageing, A Policy Framework. A contribution of the WHO to the Second United Nations World Assembly on Ageing, Madrid, Spain, April, 2002)

Com base neste pressuposto de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, foi criado em 1993, o Centro de Convívio da Fonte do Bastardo, concelho da Praia da Vitória, Ilha Terceira.

Um projeto de promoção e construção do envelhecimento ativo que visou desenvolver um trabalho em prol da integração dos seniores e da sua inclusão nas atividades diárias da freguesia, combatendo a solidão, bem como promover o desenvolvimento cognitivo e contribuir para a prevenção de doenças associadas à velhice.

O Centro de Convívio conta atualmente com cerca de 49 sócios e cerca de três dezenas de utilizadores habituais das sessões e trabalhos que desenvolve.

Semanalmente reúnem-se, desenvolvendo um conjunto de atividades lúdicas e culturais.

Com um calendário de atividades anual, o Centro de Convívio tem participado ativamente no Carnaval Sénior, concursos e outras tradições da Ilha Terceira, celebrado dias mundiais e realizado intercâmbios e viagens.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Centro de Convívio da Fonte do Bastardo pela comemoração das suas bodas de prata.

Que do presente voto se dê conhecimento ao Centro de Convívio, Assembleia e Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, e Assembleia e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, sala das sessões, 12 de dezembro de 2018.

Os deputados, Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo e César Toste.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pela conquista do 3.º lugar na Taça de Portugal de ensino.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos, do PS.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Conquista 3º lugar taça de Portugal Ensino

A Ilha Graciosa esteve, novamente, representada a nível nacional, desta vez na disputa da Taça de Portugal de Ensino, no Centro Equestre Internacional de Alfeizerão, no concelho de Alcobaça.

Os bons resultados obtidos nos Açores e o pódio alcançado em novembro no Concurso de *Dressage*, na Feira da Golegã, levaram a que Diogo de Mendonça

Raimundo e o seu cavalo iúca atingissem o 3.º lugar, do nível elementar, na final da Taça de Portugal de Ensino que se realizou de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2018.

Uma importante prova equestre que tem por finalidade desenvolver harmoniosamente o organismo e as faculdades do cavalo. Deve, por consequência, torná-lo, ao mesmo tempo, calmo, suave, descontraído e flexível, mas também confiante, atento e colaborante, realizando assim um entendimento perfeito com o seu atleta.

Desde muito cedo, o jovem Diogo Raimundo, desenvolveu o gosto pela equitação, e após terminar a formação académica na Escola Superior Agrária de Santarém, regressou aos Açores, onde desenvolve um importante trabalho na Associação Equestre Graciosense, ao nível competitivo e formativo.

Diogo Raimundo competiu no escalão dos cavalos com cinco anos (nível elementar), conseguindo o 2.º lugar nos três dias de prova, com 67,89% no primeiro dia, 69,46% no segundo e 68,1% no terceiro dia. Foram estes os pontos e os resultados reunidos das provas anteriores que garantiram ao concorrente o 3º lugar no pódio.

Dos nove conjuntos apurados no nível elementar, participaram quatro na fase final, tendo o conjunto Diogo Raimundo – iúca, iniciado as provas da final em 4.º lugar.

Fundada a 26 de novembro de 2005, a Associação Equestre Graciosense surgiu com o principal objetivo de promover o ensino das artes equestres, objetivo que tem vindo a ser alcançado gradualmente, e assim, gostaria de destacar o trabalho pioneiro dos fundadores, nomeadamente o professor de equitação Duarte Rico que desempenhou um papel importante no arranque e expansão da modalidade.

Inicialmente, e ainda sem as condições exigidas para a correta prática da modalidade, nada demoveu os praticantes e responsáveis pela associação,

lutando sempre para melhorar as suas performances, e de infraestruturas para a prática de desportos equestres. Foi com a construção do Picadeiro António Maria da Cunha, inaugurado a 30 de junho de 2009, que a Ilha Graciosa ficou dotada de uma infraestrutura para dar uma resposta eficaz às necessidades do desporto equestre. Devido à sua dimensão e polivalência, o picadeiro António Maria da Cunha é um equipamento que possibilita a realização de diversos eventos, além dos equestres, como feiras e exposições.

Hoje, e apesar das dificuldades que é comum à maioria das Associações, esta excelente classificação é o culminar do esforço dos sócios, treinadores e alunos que fazem parte desta Casa.

Esta Associação, trabalha ainda com o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) fazendo um trabalho meritório para pessoas com deficiência, e opera eventos com as escolas da ilha, conta agora com novos cavalos, com cerca de 19 alunos, um instrutor que foi campeão nacional, e um recorde de 90 aulas em agosto de 2018.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Acores, reunida em sessão plenária em 12 de dezembro, aprove um voto de congratulação, pelo terceiro lugar obtido na Taça de Portugal modalidade ensino por Diogo Raimundo.

Que deste voto seja dado conhecimento, além do próprio, à Associação Equestre da Ilha Graciosa, Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2018.

Os Deputados, André Bradford, Manuel Ramos, José Ávila e Ricardo Ramalho. Disse.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se também, com gosto, a esta congratulação pela classificação obtida pela Associação Equestre Graciosense na Taça de Portugal e pelo 3.º lugar obtido pelo atleta Diogo Raimundo. Esta é, de facto, uma forma de enaltecer todo o trabalho desta associação, o percurso que tem sido percorrido pelos seus sócios e dirigentes que, com muito esforço e dedicação, têm conseguido, de alguma forma, ultrapassar as dificuldades que foram muitas, sobretudo, como é salientado e bem, aqui para este voto, depois do desaparecimento prematuro do professor de equitação Duarte Rico que fomentou, de alguma forma, de forma até extraordinária o ensino da equitação na Graciosa, e todo o esforço desta associação merece, de facto, um voto de enaltecimento, e felicito o Sr. Deputado Manuel Ramos por ter ido a esta tribuna, por ter apresentado este voto, e naturalmente que felicitamos todos os sócios e dirigentes desta associação que muito tem feito pelo ensino da equitação na Ilha Graciosa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, por isso, passar à votação.

As Sras. e o Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelos 125 anos da Filarmónica Imaculada Conceição da Lomba da Fazenda.

É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto congratulação

125 anos da Filarmónica Imaculada Conceição da Lomba da Fazenda

A Filarmónica Imaculada da Conceição, uma das mais antigas filarmónicas dos Açores em atividade, festejou, no passado, dia 08 de dezembro, 125 anos da sua fundação.

Fundada a 08 de dezembro de 1893, na freguesia da Lomba da Fazenda, concelho do Nordeste, por iniciativa do Padre Francisco Jacinto d'Amara.

A nossa cultura popular só se engrandece com a valorização dos nossos valores culturais ancestrais, e festejar 125 anos é honrar o passado e homenagear todos quantos estiveram no berço do nascimento desta filarmónica e todos os que depois a herdaram e quiseram transmitir os seus valores aos mais novos, perpetuando, assim, o seu nome pelos tempos fora.

Desde a sua fundação, esta tem sido uma filarmónica dinâmica, participando em diversas festas religiosas e outras dinamizações culturais no concelho de Nordeste e fora dele, onde também já realizou deslocações artísticas a outras ilhas (Terceira, Graciosa e Pico), à Região Autónoma da Madeira, ao Continente Português e também aos Estados Unidos.

Esta filarmónica conta com uma escola de música com mais de duas dezenas de formandos, possuindo assim um papel relevante na dinamização da juventude daquela freguesia, numa sociedade cada vez mais envelhecida.

Esta filarmónica assume ainda um papel relevante na organização de atividades culturais e desportivas, bem como workshops de formação musical, assumindo-se como uma escola de vida, de valores intergeracionais, enriquecendo social e culturalmente as suas gentes, cultivando assim o espírito de grupo e de amizade.

Desta forma, a passagem dos 130 anos da fundação da Filarmónica Imaculada da Conceição deve ser evocada por esta Assembleia Legislativa, como uma instituição açoriana de grande prestígio e que contribui para a promoção e divulgação dos valores, da cultura e da identidade do povo da Lomba da Fazenda.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe a esta Assembleia Legislativa Regional um voto de congratulação pela efeméride da “Filarmónica Imaculada Conceição”, saudando todos os seus filarmónicos e os seus dirigentes. Mais propõe que desta iniciativa seja dado conhecimento à Câmara Municipal do Nordeste, Junta de Freguesia da Lomba da Fazenda e Assembleia de Freguesia da mesma, ao seu competente maestro, à Direção e aos músicos daquela banda de música.

Horta e sala das Sessões, 12 de dezembro de 2018.

Os Deputados, Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo e Jaime Vieira.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Nós vivemos mesmo numa Região culturalmente rica, e as filarmónicas são dos maiores e melhores exemplos da manifestação dessa cultura. Ver uma instituição dessa natureza chegar a esta idade é sempre um motivo de orgulho e de satisfação, e deve ser efetivamente reconhecido por todos.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com muito gosto a este voto aqui apresentado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação à Escola Básica e Secundária de Santa Maria por ter vencido o prémio Mário Ruivo.

É apresentado pelo PS, e tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Escola Básica e Secundária de Santa Maria vence prémio Mário Ruivo

No passado mês de novembro, a Escola Básica e Secundária de Santa Maria venceu o “Prémio Mário Ruivo – Gerações Oceânicas”.

O prémio em questão é promovido pelos Ministérios do Mar, Educação e Cultura, pretendendo permitir que crianças e jovens apresentem as suas ideias e apliquem os seus conhecimentos, através da realização de projetos que, em contexto escolar, promovam o conhecimento que detêm sobre os Oceanos e as interações existentes com a sociedade, sensibilizando os mais jovens para as temáticas associadas ao mar e à sustentabilidade do meio marinho.

O prémio destina-se assim a alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, integrando diversos anos de escolaridade e faixas etárias que, apoiadas por um docente, queiram elaborar um projeto, registado em filme, cujo conteúdo exprima a importância do Oceano para a vida humana, em qualquer das suas componentes: física, social ou cultural.

A equipa da Escola Básica e Secundária da Ilha de Santa Maria, constituída pelos alunos Gonçalo Andrade, Isabel Farinha, Isabela Quadrado, Joana Araújo, Luana Quadrado e Pedro Amaral, apresentaram a concurso um vídeo intitulado “O Mar que há em nós”, abordando a temática dos Oceanos e a sua importância para com a sociedade e para a vida de cada um de nós, tendo como figurantes Angelina Pereira, Gina Ferreira, Aura Quadrado e docente responsável, o professor Rui Quadrado.

Este foi, assim, um projeto escolar, que abordou uma temática global, envolvendo a comunidade e que saiu vencedor neste concurso nacional e que queremos aqui realçar e enaltecer.

Refira-se que o “Prémio Mário Ruivo – Gerações Oceânicas” atribui o valor de €5000,00, sendo que o mesmo reverte a favor da Escola, para a aquisição de materiais educativos para o estudo do Oceano, para além de uma visita dos alunos que integram a equipa vencedora ao navio de investigação "Mar Portugal".

Relativamente aos critérios de avaliação, o Júri do Concurso, constituído por elementos dos vários Ministérios envolvidos no evento, valoriza o conteúdo da mensagem e propriedade do tema, a criatividade e originalidade, a precisão e correção da informação, assim como a qualidade visual e sonora do registo.

De referir que a Escola Básica e Secundária de Santa Maria mereceu já a distinção e a conquista de outros prémios de carácter nacional e internacional em áreas diversas, que muito nos deve honrar a todos nós marienses, e a todos nós açorianos, pois demonstra bem o trabalho, a dedicação, o esforço e o empenho dos nossos alunos.

Assim sendo, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um voto de congratulação pela conquista do “Prémio Mário Ruivo – Gerações Oceânicas”, edição de

2018, à equipa da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, constituída pelos alunos Gonçalo Andrade, Isabel Farinha, Isabela Quadrado, Joana Araújo, Luana Quadrado e Pedro Amaral.

Que do presente voto seja dado conhecimento ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, à Associação de Estudantes da Escola e aos alunos que integram a equipa vencedora.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Elisa Sousa, tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se com muito gosto ao voto de congratulação à equipa da Escola Básica e Secundária de Santa Maria pela conquista do “Prémio Mário Ruivo - Gerações Oceânicas” com um vídeo intitulado “O mar que há em nós”.

A Escola Básica e Secundária de Santa Maria tem ganho vários prémios ao longo dos últimos anos, sendo este mais um para demonstrar o trabalho de qualidade desenvolvido pelos alunos e professores desta escola.

Horta, Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2018.

Os Deputados, Bárbara Chaves, André Bradford e João Vasco Costa.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pela vitória dos professores dos Açores na luta pela recuperação integral do tempo de serviço congelado.

É apresentado pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Vitória dos professores dos Açores na luta pela recuperação integral do tempo de serviço congelado

Durante mais de um ano, os professores dos Açores protagonizaram uma luta pela valorização do seu trabalho e pela recuperação de direitos. Uma luta pela justiça social e pelo reconhecimento de que a entrega dos professores, a sua dedicação à escola, aos alunos, à sociedade, não pode ser esquecida por muito que as troikas queiram.

Esta é uma vitória dos professores na defesa do trabalho com direitos. Uma vitória de quem não se resigna a viver uma vida de retrocessos. É uma vitória na luta pela defesa dos direitos de quem trabalha. Depois de tempos de terraplanagem de direitos, a luta vitoriosa dos professores é um farol para outras lutas.

A exigência da recuperação integral do tempo de serviço congelado alicerçou-se numa enorme mobilização e perseverança, que constituíram as sólidas fundações que sustentaram as maiores greves de professores das últimas décadas nos Açores, e que tiveram como consequência o recente reconhecimento - pelo Governo Regional - da justeza das pretensões dos professores e professoras dos Açores. Há mais de um ano que os professores exigiam que assim fosse: tempo trabalhado é tempo contado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia!

O Orador: Os professores sempre estiveram disponíveis para negociar, de modo a que a recuperação do tempo de serviço fosse feita de forma faseada. Nesta Assembleia, muitos apoiaram essa exigência. Perante a justeza da reivindicação dos docentes, o Governo Regional não poderia deixar de reconhecer todo o tempo de serviço.

Assim sirva este exemplo para demonstrar que, mesmo quando os obstáculos parecem intransponíveis, a certeza da justeza de uma reivindicação e, acima de tudo, a união e a persistência são capazes de a tornar realidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não devia falar em causa própria!

O Orador: Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à vitória dos professores dos Açores na luta pela recuperação integral do tempo de serviço congelado.

Que do presente voto se dê conhecimento ao Sindicato dos Professores da Região Açores e ao Sindicato Democrático dos Professores dos Açores.

Horta, 12 de dezembro de 2018.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, António Lima e Paulo Mendes.

Deputado André Bradford (PS): E a todos e a cada um dos professores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, naturalmente, associa-se com muito gosto a este voto pela vitória dos professores pelo direito a verem reconhecido o seu tempo de trabalho, uma vitória que encheu de alegria todos aqueles que lutaram com os professores, e em especial os professores e as suas famílias, e as escolas de uma forma geral, e

não quero esquecer também aqui os alunos que se juntaram os professores pela justa reivindicação do seu trabalho.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de congratulação apresentado pelo Bloco de Esquerda, e quer aqui também, de certa forma, lembrar que o Partido Socialista sempre reconheceu a justiça, e a justeza, da contabilização dos sete anos de serviço. Dissemo-lo aqui no debate em julho de 2018.

Estivemos neste processo, desde sempre, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade! Isso é que é demagogia!

A Oradora: ... pela voz do Partido Socialista como partido que suporta o Governo dos Açores.

Desde 24 de Novembro de 2017 estivemos neste processo sempre, sempre, a favor da melhor solução para os professores dos Açores. Esta sempre foi a nossa posição.

Queríamos e queremos, e assim iremos conseguir, que os professores dos Açores tenham o melhor estatuto da Carreira docente do país. Esta foi a nossa premissa, a nossa ambição e a nossa conquista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nossa?! Vossa!?

A Oradora: Queremos também dizer que o Partido Socialista estava disponível, como sempre, para lutar pelos direitos dos professores dos Açores.

Há um impasse nacional que foi criado, como é sabido, pelo PSD, pelo PCP, pelo Bloco de Esquerda e pelo CDS- PP que impediram uma solução nacional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa mulher está louca!

A Oradora: E foi por via desse impasse nacional, foi por via de uma maioria a nível nacional que sabe muito bem o que não quer, mas não sabe o que quer, que o Presidente do Governo, faz precisamente duas semanas, apresentou nesta Casa o anúncio da proposta da contabilização dos sete anos de serviço em seis anos, ou menos, para os professores dos Açores.

Queremos ainda dizer que este anúncio de proposta, que já desencadeou reuniões com ambos os sindicatos, é a melhor proposta para os professores dos Açores. Nenhuma proposta apresentada nesta Casa, por nenhum partido, porque é uma proposta que não tem restrições orçamentais, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A Sra. Deputada está muito irritada não sei porquê?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem restrições orçamentais!

A Oradora: ... é uma proposta que garante aos professores dos Açores a contabilização dos sete anos em seis anos ou menos.

E, portanto, a proposta que o Presidente do Governo apresentou é a melhor proposta para os professores açorianos.

E, por fim, dizer que nós cumprimos aquilo que dissemos desde o princípio: os professores dos Açores têm e terão o melhor estatuto da carreira docente.

Nesta matéria, como noutras, o Partido Socialista é o partido das soluções para os açorianos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava, naturalmente, para falar neste voto que me parecia um bocadinho excessivo por parte do Bloco de Esquerda, mas queria dizer o seguinte.

Esta vitória deve-se sobretudo aos professores. Foram eles que independente de sindicatos, sem sindicatos, se manifestaram, se organizaram, vieram para a rua, vieram para o Facebook, fizeram manifestações à frente desta Casa exigindo ao Partido Socialista, que na altura negava.

Foram os professores, a vitória é deles. E tem a Sra. Deputada Sónia Nicolau o desplante de vir dizer: “A vitória é nossa”.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não disse isso!

O Orador: Não é, Sra. Deputada!

Isso é de uma arrogância inimaginável. A vitória é dos professores, a vitória é da classe docente que lutou, não desistiu! E a oposição deu o seu contributo ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mal!

O Orador: ... para vos acusar de anti autonomistas, que não defendiam a autonomia!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Ainda no dia antes de o Sr. Presidente do Governo anunciar, lembra-se do que disse o Sr. Secretário da Educação? Lembra-se?

Então se se lembra, citando um colega seu aí de bancada, seja séria, e diga o que é que disse o Sr. Secretário num dia e disse o Sr. Presidente do Governo no outro!

Isto é que é ser correta pela realidade dos factos!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Leu o parecer! Não é verdade!

O Orador: Portanto, a vitória não é vossa! A vitória é deles, professores, que lutaram!

Mas mais. Cederam os senhores e bem! E eu felicito-os por isso, porque pior que um erro, é persistir no erro.

Os senhores emendaram a mão, o Sr. Presidente do Governo emendou a mão (ainda bem), contra o Sr. Secretário, contra a Sra. Deputada e contra esse Grupo Parlamentar.

Emendou a mão, emendou a mão!

E, portanto, agora os professores...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não conseguem ouvir as verdades!

O Orador: Quando acabar o diálogo entre bancadas aqui do...

Presidente: Penso que já terminou, Sr. Deputado.

Pode continuar.

O Orador: Agora, não foi o acordo perfeito. Foi o acordo possível, porque continuam, aqueles que já foram promovidos, a receber uns meros 25 euros por mês de aumento.

Sra. Presidente, ou os Srs. Deputados me deixam continuar...

Presidente: Vão deixar, Sr. Deputado.

Pode continuar.

(Aparte inaudível)

O Orador: O Deputado Artur Lima sabe fazer apartes, há quem não saiba!

Deputado Jorge Jorge (PSD): Isto vindo de quem está sempre a fazer apartes!

Presidente: Sra. e Srs. Deputados, por favor.

Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu termino aqui dizendo que o aumento, até agora, se traduziu em migalhas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero felicitar o Bloco de Esquerda pela elaboração deste voto de congratulação, e o voto de congratulação marca uma diferença fundamental. É que por parte da oposição, de todos os partidos da oposição, todos resistiram à instrumentalização desta luta.

Ou seja, nós reconhecemos, desde o início, que há um mérito, e o mérito é a persistência dos professores no âmbito de uma luta e das aspirações que eram justas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Da parte do Governo Regional, da parte do Partido Socialista, é que existiu uma conduta negativa, quer para os professores, quer também para a autonomia dos Açores, porque aconteceram aqui duas coisas muito graves no âmbito desta questão.

A primeira foi uma questão de regime, ou seja, o Governo Regional demitiu-se das suas funções e o que disse é que faria a mesma coisa que Lisboa viesse a decretar.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

Deputado Francisco César (PS): Nunca disse isso!

O Orador: Ora, este ato de rendição à condução política por parte de Lisboa é das coisas mais graves que aconteceram nas últimas duas décadas à autonomia dos Açores!

Porque é uma competência nossa, é uma competência que os Açores têm, e que o Governo Regional pura e simplesmente abdicou do exercício dessa função

para se atrelar a Lisboa, para se algemar a Lisboa! E meus senhores, nesse sentido, é evidente que essa foi uma das questões graves.

Deputado José San-Bento (PS): Mas que discurso é esse!

O Orador: A segunda questão era uma questão de justiça. Esse tempo de serviço dos professores tinha sido efetivamente prestado, tinha que ser reconhecido! E os senhores, ao longo de todo este tempo, persistiram em abdicar das prerrogativas da autonomia dos Açores!

E nesse âmbito, essa também foi uma questão muito grave.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mas está chateado?!

O Orador: Devo dizer que todos sabem na Região, os professores sabem, todos sabem, que os senhores só cederam porque estavam à beira do abismo. Os senhores só cederam porque as vossas sondagens são muito negativas e as sondagens anunciam o fim do Governo Regional, o fim do exercício do poder de mais de duas décadas por parte do Partido Socialista! E só nessa situação de perfeito desespero eleitoral é que o Partido Socialista cedeu em relação a esta questão!

Deputado André Bradford (PS): O senhor nem entra nas sondagens!

O Orador: E, finalmente, uma última conclusão.

Os senhores no âmbito do sistema educativo aprenderam uma lição! Terminou o tempo em que o Partido Socialista decide tudo de forma isolada na Região Autónoma dos Açores! Esse tempo terminou!

Os senhores cederam aos professores nesta matéria, como agora há dois ou três dias, afinal as interrupções letivas, as aulas durante a Páscoa e o Natal, os senhores também já recuaram e só demorou três dias depois da opinião pública ter conhecimento desses factos!

O tempo do exercício absoluto do poder por parte do Partido Socialista acabou!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para?

(* **Deputado André Bradford** (PS): Um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Um protesto a?

(* **Deputado André Bradford** (PS): Um protesto ao facto de o Sr. Deputado Paulo Estêvão ter dito que há três dias os açorianos ficaram a saber de uma coisa que foi votada e debatida aqui há duas semanas. E, portanto, é incorreto aquilo que disse.

É motivo para protesto porque se não for esclarecido, fica a ideia errada da mentira que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse.

Presidente: Sr. Deputado, tem a palavra para um protesto.

(* **Deputado André Bradford** (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou conter o meu discurso àquilo que disse como fundamento do meu protesto.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de dizer uma mentira no discurso que proferiu a propósito do voto do Bloco de Esquerda. Não é verdade que há três dias os açorianos tenham ficado a saber de uma proposta de alteração ao plano e orçamento da responsabilidade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentada publicamente aqui há duas semanas, debatida aqui há duas semanas, debatida de uma forma muito intensa até pelo próprio Deputado Paulo Estêvão.

E, portanto, aquilo que ele acabou de dizer, não é verdade. É mentira.

E tem mais! Se há três dias esse assunto voltou à ordem do dia, foi porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão utilizou as redes sociais para pôr o assunto a circular ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é crime!

O Orador: ... dizendo, também nessa circunstância, de forma incorreta, que aquele assunto tinha sido escondido no plano e orçamento para passar agora.

O objetivo é claro, todos percebemos. É que agora que está tudo pacificado com os professores, agora que os professores têm reconhecido o seu tempo de serviço, agora que as negociações entre o Governo e os professores chegaram a bom termo, o Sr. Deputado precisava de arranjar alguma coisa para criar uma cortina de fumo, para voltar a pôr os professores contra o Governo, e decidiu fazer isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas os professores estavam contra o Governo?!

O Orador: Agora, isso não é a maneira que nós achamos que deve ser utilizada para fazer política de forma leal. Política faz-se de forma leal, não com mentiras, não com incorreções propositadas.

E, portanto, era esse o esclarecimento que eu achava que se impunha a esta Câmara.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, julgo que usará do direito do contraprotesto.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que o exercício do protesto aqui foi exagerado, porque não há nenhum motivo para que este protesto possa ter sido concedido por parte da Sra. Presidente.

Em situações idênticas, o protesto que eu solicitei foi-me recusado. Porque a verdade é que nós estamos a debater politicamente e o que eu acusei o Partido Socialista...

Deputado André Bradford (PS): O senhor disse uma mentira!

O Orador: ... foi de rendição em relação a esta matéria por parte da recuperação do tempo de serviço dos professores.

Em relação à questão aqui abordada pelo Sr. Deputado, que me chamou mentiroso, ...

Deputado André Bradford (PS): Disse e volto a chamar! Enquanto disser mentiras é mentiroso!

O Orador: ... que eleva o debate político a este nível, ...

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: ... e que mostra bem a prepotência e a arrogância do Partido Socialista nesta matéria.

E devo dizer, com justiça, que o registo que vossa excelência utiliza eu tenho a certeza que não é subscrito pela maior parte dos deputados da sua bancada.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não, não! Vamos fazer um abaixo assinado!

O Orador: Tenho a certeza disso.

Devo-lhe dizer o seguinte: o senhor é que faltou à verdade, porque eu nunca escrevi, e desafio vossa excelência a dizer que eu publiquei um *post* em que digo que o Governo escondeu. Desafio vossa excelência!

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Desafio vossa excelência a entregar a esta Câmara uma cópia do *post* em que se diga que o Partido Socialista escondeu.

Depois há uma outra questão fundamental. Então o deputado dos 87 votos, um insignificante que aqui se senta, é que cria uma cortina de fumo por todo o arquipélago ...

Deputado André Bradford (PS): Tenta!

O Orador: ... e que consegue desestabilizar os professores todos?

Eu, na minha insignificância, o deputado que está aqui por favor, o que está aqui sentadinho, esta insignificância que é eleito pela minúscula ilha do Corvo. Eu é que tenho a capacidade de criar esta cortina de fumo sobre a questão dos docentes?

Não me reconheço essa importância, não tenho essa importância, não tenho de certeza essa influência, e mais do que isso, não tenho essa pretensão.

E devo dizer, finalmente, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... para terminar, Sra. Presidente, que este é o tipo de discussão e de registo que acaba por afetar o prestígio desta Casa, porque, Sr. Deputado André Bradford, não vale tudo no debate político.

O que eu apresentei aqui foram diferenças políticas, e vossa excelência no protesto que fez, o Sr. Deputado não fez mais do que insultar.

Termino com este registo. Sr. Deputado, quando é que esta questão foi noticiada na comunicação social?

A questão do exercício de funções docentes e de recuperação de dificuldades durante o Natal e a Páscoa, quando é que foi noticiado na comunicação social? Foi ontem, Sr. Deputado!

Portanto, esta notícia só teve divulgação pública, só chegou a todos os açorianos no âmbito de um debate que demorou horas e em que a questão ficou envolvida num conjunto enorme de questões que aqui foram debatidas, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... esta questão só foi noticiada amplamente por parte dos jornais e da rádio ontem!

Portanto, o que eu aqui disse é verdade esta notícia só foi do conhecimento da opinião pública ontem!

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que o senhor disse!

O Orador: E portanto, isto é a mais pura das verdades!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade ao debate.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A representação parlamentar do PCP associa-se a este voto e a vitória dos professores na defesa do trabalho com direitos mostra que a luta dá sempre frutos, e neste caso quem luta e quem persiste, consegue sempre repor direitos que, neste caso em concreto, lhes tinham sido congelados.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para saudar, obviamente, a unanimidade que esta matéria traz à Assembleia e para também fazer um pequeno comentário e uma resposta à intervenção do Partido Socialista, da Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Diz a Sra. Deputada que o Partido Socialista esteve sempre com os professores desde o início. O facto é que se estivesse estado sempre com os professores desde o início, não teria sido preciso um ano para reconhecer aquilo que agora dizem que é justo e que deve ser reconhecido.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não é verdade!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada, o Partido Socialista esteve um ano a negar sequer sentar-se. O Governo Regional devia sentar-se à mesa a falar e a negociar com os professores aquilo que agora se predispõe a fazer.

Foram várias as iniciativas apresentadas nesta Casa que recomendavam isso mesmo, foram todas chumbadas. E se o Partido Socialista e o Governo regional

tivesse feito aquilo que sempre disse e aquilo que sempre defendeu, estaríamos ainda neste momento a esperar por uma solução qualquer que tivesse sido decidida a nível nacional, não se tinha chegado a uma solução qualquer como se chegou aqui a nível regional.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: Estávamos ainda à espera do que fosse decidido. E finalmente sobre maiorias negativas na Assembleia da República, foi o Partido Socialista o único partido na Assembleia da República ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Os senhores é que criaram um impasse a nível nacional!

O Orador: ... que votou contra todas as propostas dos vários partidos, do Bloco de Esquerda, do PCP, do PSD, para que se encontrasse uma solução concreta para a contagem do tempo de serviço.

Foi o Partido Socialista que sempre negou qualquer solução e que gerou o impasse que a senhora agora diz.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Qual foi a proposta do Bloco de Esquerda?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu fiz uma solicitação ao Sr. Deputado, para mim é uma questão de honra, que entregue fotocópia a esta Câmara do *post* em que eu digo

que o Partido Socialista escondeu esta questão à opinião pública e aos açorianos em geral.

Peço ao Sr. Deputado, por uma questão de honra, é uma questão de honra para mim, o senhor faltou à verdade e, por isso, Sra. Presidente, eu solicito, no âmbito desta interpelação, que a Mesa receba a cópia que lhe será entregue por parte do Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Isto agora já se fazem interpelações sobre o que se entrega ou não à Mesa!

Presidente: Fica registada a sua interpelação, Sr. Deputado.

Vamos agora passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos continuar com a apresentação dos votos.

O próximo é de congratulação pelos 125 anos da Câmara de Comércio e Indústria da Horta. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Srs. Deputados.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

125 anos da Câmara do Comércio e Indústria da Horta

A nove de novembro de mil oitocentos e noventa e três, para dar resposta às necessidades de associativismo sentidas pelos empresários da época, nas áreas do comércio e da indústria, foi fundado o Grémio do Comércio da Horta.

Após a Revolução de Abril de 1974, com o advento da democracia, por alteração dos seus estatutos, ocorrida em dezassete de março de mil novecentos e setenta e sete, deu-se a transição do Grémio do Comércio da Horta para Associação Comercial da Horta.

A passagem à atual denominação de Câmara do Comércio e Indústria da Horta - Associação dos Comerciantes, Industriais, Importadores e Exportadores das Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo, ocorreu a vinte e quatro de Janeiro de mil novecentos e oitenta.

No passado dia nove de novembro esta instituição celebrou o seu 125º aniversário.

Na passagem deste aniversário é justa uma homenagem a todos os sócios, dirigentes e funcionários que têm permitido que a Câmara de Comércio e Indústria da Horta exerça as suas funções e desenvolva as suas atividades.

Esta instituição tem uma vasta experiência de associativismo empresarial e reconhecida capacidade de representação dos seus associados em diversas áreas da economia local e regional, constituindo com as suas congéneres de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Ao longo do seu vasto percurso associativo, tem desenvolvido um grande esforço para se ajustar às necessidades dos seus associados, tendo ao seu serviço o Gabinete de Segurança e Qualidade Alimentar, o Gabinete de Feiras e Eventos, ao que acresce o Núcleo Empresarial do Pico e o Núcleo Empresarial das Flores e Corvo.

A Câmara do Comércio e Indústria da Horta tem sido parceira das autarquias locais da sua área de abrangência, do Governo Regional dos Açores e de várias outras entidades na realização de múltiplas atividades e eventos para dinamizar o Comércio Tradicional e promover o tecido empresarial.

Em reconhecimento pela atuação muito relevante no âmbito dos objetivos para que foi criada, a Câmara do Comércio e Indústria da Horta foi declarada, pela

Resolução do Governo Regional dos Açores nº 189/92, de 10 de setembro, Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

No ano do seu centenário, em outubro de 1993, foi pela Presidência da República conferido à Câmara do Comércio e Indústria da Horta o título de Membro Honorário da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial (Classe do Mérito Comercial).

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo 125º Aniversário da Câmara do Comércio e Indústria da Horta, do qual deve ser dado conhecimento à sua Direção, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, ao Conselho de Ilha do Faial e ao Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2018.

Os Deputados Regionais, Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo, Luís Garcia e Carlos Ferreira.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos votos de pesar. O primeiro é apresentado pelo PS. Refere-se o falecimento do Eng.º Luís Tadeu da Silva Dutra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

ENG. LUÍS TADEU DA SILVA DUTRA

No passado dia 04 de novembro, faleceu o Eng. Luís Tadeu da Silva Dutra, com 61 anos de idade.

Natural da freguesia da Terra Chã, concelho de Angra do Heroísmo, o Eng. Luís Dutra, como era conhecido, licenciou-se em Engenharia Agrária, tendo estagiado e trabalhado nos Serviços Agrícolas da Ilha Terceira.

Em 1981 foi convidado para gestor da União das Cooperativas de Laticínios Terceirense, U.C.R.L. – UNICOL -, cargo que desempenhou até 2003, porque, em agosto deste ano passou a integrar a Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, empresa mais tarde integrada na empresa Portos dos Açores, S.A.

No período de 2007 a 2009, o Eng. Luís Dutra exerceu o cargo de Presidente da Direção da Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, L^a, - OPERTERCEIRA -, vindo, posteriormente, e desde setembro de 2011, a exercer as funções de administrador do Centro de Saúde da Praia da Vitória.

Com a criação da Unidade de Saúde da Ilha Terceira foi nomeado Presidente do Conselho de Administração, desde janeiro de 2012 e reconduzido por despacho de 09 de maio de 2018, cargo que desempenhou até à data do seu falecimento.

Do seu percurso profissional, destacam-se, também, a Presidência da Direção da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, no período de março de 1997 a agosto de 2003, a Presidência da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, no período de abril de 1997 a março de 2001 e a Presidência da ART – Associação Regional do Turismo, no período de abril de 2000 a agosto de 2003.

O Eng. Luís Dutra foi Conselheiro do Conselho Económico e Social, no período de novembro de 1997 a março de 2010, e Conselheiro Regional de Concertação Estratégica, de abril de 1997 a março de 2010.

Ao longo do seu percurso profissional, frequentou várias ações de formação específicas e no âmbito das áreas profissionais onde desempenhava a sua atividade, sempre com o propósito de aplicar e adequar os conhecimentos ao serviço das áreas onde desempenhava a sua atividade.

O Eng. Luís Dutra, no desempenho da sua atividade cívica e política, foi dirigente partidário, concelhio, de ilha e Regional do CDS-PP, tendo exercido o cargo de vereador da Câmara Municipal da Praia da Vitória e candidato a Deputado Regional pela Ilha Terceira.

O empenho profissional e pessoal, aliado à competência que demonstrava na sua ação em todas as empresas, instituições e entidades que integrou ou exerceu funções, a que se associam a sua correção, o carácter, a frontalidade e a lealdade, fizeram o Eng. Luís Dutra granjear a admiração, o apreço e o respeito de todos quantos com ele trabalhavam, pelo que ficará na memória de todos quantos o conheceram.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a aprovação deste voto de pesar, o qual deve ser dado a conhecer à sua Família e à Unidade de Saúde de Ilha da Terceira.

Horta, Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2018.

Os Deputados, Domingos Cunha, André Bradford, António Parreira, Mónica Rocha, Maria de Fátima Ferreira e Maria Isabel Quinto.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD naturalmente associa-se a este voto de pesar, e eu gostaria também de deixar aqui o meu testemunho, uma vez que tive oportunidade de ser colega do Eng.º Luís Dutra quando iniciei a minha atividade profissional na UNICOL.

Sim, era eu um jovem licenciado no primeiro emprego e o Eng.º Luís Dutra era na altura um dos mais altos quadros da empresa.

E, de facto, é um homem que marcou todo o seu percurso, toda a sua vida, todo o seu conjunto de atividades por uma personalidade muito forte, por um carácter marcado e por uma competência e uma dedicação profundas às funções que desempenhava e às causas em que acreditava, e a todos impressionou, sobretudo nesta fase final de luta contra a doença prolongada que acabou por o vitimar, trabalhando até ao fim com enormes sacrifícios, com uma dedicação imensa, com muita coragem e com uma força, com crer, com uma capacidade de lutar que marcou todos aqueles que com ele privaram e com ele conviveram nesta fase final e difícil da sua vida.

E, portanto, o PSD naturalmente votará a favor deste voto de pesar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se com pesar a este voto apresentado pelo Partido Socialista. Pessoalmente, conhecia muito bem o Eng.º Luís Dutra, conheço muito bem a sua família, da qual sou amigo. E devo reconhecer ao Luís Dutra uma personalidade forte, vincada determinada, e um homem trabalhador, em que se empenhava nas funções todas que desempenhou.

Como foi referido no voto, foi também um dirigente do CDS empenhado, não o apanhei ainda nessa altura, mas que deixou a sua marca também no meu

partido. Aliás, como deixou por todo o sítio onde passou, na Câmara de Comércio, onde foi um excelente Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, e depois viu-se o que se viu a seguir.

Mas, sobretudo, e queria deixar este testemunho. Eu estava ausente da Região e precisava de resolver um assunto e telefonei ao Eng.º Luís Dutra. E quando se telefonava ao Luís Dutra, se ele não atendia o telefone, passado uma hora ou duas, devolvia a chama. E eu estranhei não me devolver a chamada naquele dia, passou o dia todo e ele não me devolveu a chamada. E no outro dia mandei-lhe uma mensagem a dizer que precisava de falar com ele.

De facto, ele trabalhou até ao fim, e mesmo assim internado, pediu à sua mulher que me ligasse a dizer que estava doente e que não podia falar comigo, e foi na altura que eu soube, infelizmente, que o Luís Dutra estava nos seus últimos dias e que nos iria deixar em breve.

E, portanto, com muito pesar à sua família, com amizade, deixo aqui o pesar pessoal, e também do Grupo Parlamentar do CDS.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Carlos António Pereira da Terra.

É apresentado pelo PSD, e tem a palavra Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar pelo falecimento de Carlos António Pereira da Terra

Carlos António Pereira da Terra nasceu em Santo Amaro, concelho de São Roque do Pico, a 22 de setembro de 1947.

Foi Presidente do Município das Lajes do Pico entre 75 e 76, quando a Região vivia então os seus primeiros dias de autonomia e tinha acontecido o 25 de abril pouco antes.

Exerceu funções como deputado regional nesta casa, pelo Partido Social Democrata, entre 24 de janeiro de 83 e 01 de junho de 1983.

Foi presidente, durante largos anos, do Rádio Clube de Angra, instituição onde desempenhou outros cargos, de onde se destaca a presidência da Assembleia Geral durante vários anos, acompanhando de muito perto diferentes fases da existência da rádio que é conhecida como a “Voz da Terceira”.

Foi também, com grande entrega, dirigente do Sport Clube Angrense, onde fez parte da Comissão de Gestão que encaminhou aquele emblema da Ilha Terceira para o caminho de sucessos que hoje vive. Integrou também o conselho fiscal do emblema da Rua de São João.

Foi, durante décadas, e até se reformar, um destacado funcionário do Serviço de Finanças de Angra do Heroísmo. Aliás, toda a gente a ele ainda se refere como “o Terra das Finanças”, prova popular que confirma a sua postura correta e de grande consideração e dedicação profissional, e reconhecimento por parte das pessoas.

Nos últimos anos, Carlos Terra lutou arduamente contra um cancro, nunca deixando de demonstrar o espírito combativo e de abnegação que o caracterizou durante toda a sua vida.

A doença venceu-o no passado domingo.

Em sua homenagem e memória, e com um profundo reconhecimento pelo seu extraordinário trabalho e sentido de cidadania, dedicação e serviço naquela

comunidade, o município das Lajes do Pico decretou dois dias de luto municipal, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2018, procedendo-se à colocação da bandeira municipal a meia haste.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, um voto de pesar pelo falecimento de Carlos António Pereira da Terra, do qual deve ser dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2018.

Os Deputados, Luís Maurício, João Bruto da Costa, Bruno Belo, António Vasco Viveiros e Jorge Jorge.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de pesar pelo falecimento do Carlos Terra.

Para quem o conheceu e privou com ele mais de perto, era um picaroto deslocado na Terceira. Por opção, por razões familiares e profissionais, passou a maior parte da sua vida em Angra do Heroísmo.

Aqui, desempenhou uma participação cívica e profissional que o dignificou a todos os níveis. O Carlos Terra foi um homem responsável, dedicado, empenhado e dinâmico, pelo que temos de reconhecer a sua participação e competência que dispensou enquanto membro dos órgãos sociais do Rádio Clube de Angra e do Sport Clube Angrense, sobretudo nos anos difíceis por que passaram ambas as instituições.

Se é verdade que teve uma participação política ativa, sobretudo no período imediato ao 25 de Abril, é de inteira justiça realçar o seu espírito solidário, comprometido e dedicado às áreas da solidariedade social, tendo por isso sido Mesário da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo durante vários mandatos, assumindo maiores responsabilidades nas valências de creche e jardim de infância.

Ao longo da sua vida, o Carlos Terra foi um homem trabalhador, disponível, cordial, amigo do seu amigo e sempre disponível para ajudar todos quantos a ele lhe recorriam enquanto destacado funcionário do Serviço de Finanças de Angra do Heroísmo.

Mas o seu amor e encanto incondicional que sempre manifestou por Santo Amaro do Pico, terra que o viu nascer e que não se cansava de falar e visitar, sempre o impelia para poder participar direta ou indiretamente e de forma voluntária nas iniciativas de carácter religioso, cultural, ou outras. Também por isso, o “Terra das Finanças”, como era natural e popularmente conhecido e respeitado, manteve sempre uma grande e contínua aproximação e ligação com a sua terra natal, pelo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acredita que todos os Santamarenses se associem a este voto de pesar nos termos em que o fazemos e nos associamos. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento do Dr. José Henrique Rocha Lourenço.

É apresentado pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

DR. JOSÉ HENRIQUE ROCHA LOURENÇO

Na passada sexta-feira, dia 07 de dezembro, faleceu o Dr. José Henrique Silva Rocha Lourenço, com 84 anos de idade.

Nascido no dia 10 de maio de 1935, na freguesia de Santa Luzia, concelho de Angra do Heroísmo, fez o curso liceal no Convento de São Francisco com distinção, tendo-lhe sido atribuída uma bolsa de estudo pela então Junta Geral de Angra do Heroísmo, o que permitiu ingressar no ensino superior e licenciarse em Medicina e Cirurgia Geral na Universidade de Coimbra, em 1961.

Frequentou e concluiu o curso de Ciências Pedagógicas na Faculdade de Letras da mesma Universidade, e concluiu o curso de Medicina Tropical no ex-Hospital do Ultramar.

Viveu intensamente a sua Academia e a cidade de Coimbra, onde fez e cimentou grandes amizades que perduraram ao longo da sua vida.

Ingressou no internato da especialidade de Otorrinolaringologia e Broncoesofagologia, em novembro de 1961, sob a orientação do Prof. Doutor Nobre Leitão, depois de ter requerido duas bolsas de estudo – uma da Comissão Distrital de Assistência e outra da Junta Geral.

Um ano após, foi incorporado no serviço militar em Mafra, tendo continuado o internato da especialidade com o Dr. Barata Salgueiro, no Hospital Militar Principal.

Na Guiné, onde o seu batalhão ficou estacionado como unidade de intervenção, para além dos serviços prestados à companhia, trabalhou, sempre que possível, no Hospital Militar local, tendo na zona norte desse território Guineense

desenvolvido importantes ações na vertente médica e na vertente social, na assistência aos locais e a dezenas de senegaleses.

As suas ações humanitárias fizeram com que o comandante daquela zona do Senegal lhe tivesse escrito a pedir que se deslocasse até à fronteira, para lhe agradecer pessoalmente os serviços prestados à população.

O Dr. Rocha Lourenço, durante a sua permanência na Guiné, de onde regressou em agosto de 1965, recebeu vários louvores, sendo três do Comandante do Batalhão e um do Governador Geral da Guiné.

Em janeiro de 1966 veio completar o internato da especialidade já sobre a orientação do Prof. Doutor Nobre Leitão, e fez exame à Ordem dos Médicos para especialista, em 1967, tendo obtido uma honrosa classificação e por unanimidade.

Regressado à sua terra, criou o Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, sendo especialista único durante 22 anos, o que fez com que tivesse prestado cuidados médicos e assistência aos doentes de sete das nove ilhas do arquipélago.

Em 1968 começou a trabalhar no Hospital da Força Aérea, na freguesia da Terra Chã, na Ilha Terceira, onde criou um pequeno serviço da especialidade, composto por consulta, internamento e cirurgia.

Com o encerramento desse Hospital, continuou a fazer parte do quadro do pessoal civil da Base Aérea nº 4.

O Dr. Rocha Lourenço, como era conhecido, dada a sua formação em Broncoesofagologia, desempenhou serviço como Anestésista durante 3 anos, nos Hospitais de Santo Espírito da Ilha Terceira e no da Força Aérea.

Desde a década de setenta deslocou-se regularmente às ilhas de S. Jorge, Graciosa e Flores, e por duas ocasiões exerceu o cargo de Delegado de Saúde de Angra do Heroísmo e de Velas, em São Jorge.

O Dr. José Henrique Silva Rocha Lourenço, enquanto especialista único ao longo de 22 anos, soube preparar e dinamizar o serviço para torná-lo atrativo e idóneo, permitindo, por isso, dar formação médica e humanística a três assistentes de Otorrinolaringologia que, agora, dão continuidade formativa a outros dois médicos internos da formação específica.

Foi Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira durante 4 anos e 11 meses, vindo depois a fazer parte da Direção Clínica e a ser Presidente da Comissão de Ética do referido Hospital.

Durante 14 anos foi membro da Comissão Instaladora do Centro de Oncologia dos Açores Prof. Doutor José Conde.

Fez parte do corpo Diretivo da Ordem dos Médicos, desempenhando o cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Distrital do Distrito Médico dos Açores, no triénio 1978-1980, e por duas vezes foi membro do Conselho Fiscal da Sociedade Portuguesa de Otorrinolaringologia.

Atingido o limite de idade e com ele a aposentação, o Dr. Rocha Lourenço mantendo o brio profissional, a competência, o discernimento e a força de vontade que sempre o caracterizaram, continuou a exercer funções no seu Hospital e a prestar cuidados aos seus doentes, até pouco antes de vir a falecer.

Ao longo da sua vida desempenhou vários cargos, num desempenho convicto e altruísta de bem-servir.

Foi Delegado da Direção-Geral dos Desportos, membro da Direção da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, outrora chamado Asilo dos Idosos, Presidente da Fanfarrinha Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Presidente da Assembleia Geral do Sport Clube Angrense durante 14 anos, Presidente do Lawn Tennis Club de Angra do Heroísmo, Presidente do Rotary Clube de Angra do Heroísmo, da Sister-City Foundation Angra-Tulare, Presidente da Assembleia Geral da ex-Liga dos Amigos do Hospital e,

atualmente, fazia parte do Conselho Consultivo da Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores.

Durante longos anos foi professor da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

Foi, também, Presidente do Conselho de Administração da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

O seu trajeto de vida e profissional, a sua participação cívica e o seu humanismo levaram a que lhe fossem prestadas várias homenagens e atribuídas insígnias honoríficas.

- Medalha de Mérito Aeronáutico de 1ª Classe, pelo Chefe do Estado Maior da Força Aérea Portuguesa.

- Medalha de Mérito Profissional, pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

- Homenageado pelo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e instituído um prémio monetário (bolsa) com o seu nome.

- Homenageado pelo Hospital Garcia de Orta.

- Homenageado da Sociedade Portuguesa de Otoneurologia.

- Medalha de Bons Serviços Municipais em Bronze, pela Câmara Municipal da Praia da Vitória.

- Homenageado pelo Homem de Bem, sempre disponível para ajudar, com prestação gratuita e voluntária de cuidados de saúde, pela Casa do Povo do Porto Martins.

- Insígnia Autónoma de Mérito Profissional, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

- Condecorado com o Grau de Comendador da Ordem de Mérito, por Sua Excelência O Presidente da República, em 10 de Junho de 2017.

O Dr. Rocha Lourenço foi um profissional de saúde de mérito reconhecido, inter pares, nos Açores e no continente.

Foi, sempre, um incansável orientador dos colegas mais novos, dinamizador e Amigo, que incutiu valores humanos e ensinamentos médicos, como sempre soube encaminhar os seus internos para os serviços de referência nacional.

A sua competência, dedicação e Amizade aliadas ao grande Humanismo com que desempenhava a sua profissão, fizeram dele uma referência entre os seus pares e de todos os outros profissionais de saúde que com ele lidaram, para além de sempre terem podido usufruir dos seus ensinamentos, dos seus conselhos, do apoio, do estímulo, de uma palavra Amiga, fossem em que circunstâncias fossem.

De igual modo, pelas suas qualidades humanas e profissionais colocadas ao serviço das pessoas, o Dr. Rocha Lourenço granjeou o respeito, a admiração, a Amizade e o reconhecimento de tantos e tantos doentes por ele tratados, na Terceira, na Graciosa, em S. Jorge e nas Flores.

Fica a memória de um Homem Bom, de um Bom profissional de saúde e de um Humanista e de um companheiro, que a todos soube incentivar com um espírito empreendedor, jovial e bem-disposto que todos reconheciam.

O Dr. Rocha Lourenço foi um profissional e Amigo de todas as horas, modelo de dedicação e competência, a quem nós e os doentes desta Região muito ficamos a dever.

Por todas estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a aprovação deste voto de pesar, o qual deve ser dado a conhecer à sua Família, ao Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, ao Comando da Zona Aérea dos Açores e ao Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos.

Horta, Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2018.

Os Deputados, Domingos Cunha, André Bradford, António Parreira, Maria de Fátima Ferreira e Mónica Rocha.

Disse.

Vozes dos Deputados das várias bancadas: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Anunciar que o PSD apresentará um voto de igual teor e, naturalmente, se associa e também vota a favor deste voto apresentado pelo Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos colocar então este voto à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora então a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro para apresentar o voto de pesar referente ao falecimento do Dr. Rocha Lourenço.

Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Dr. José Henrique Silva Rocha Lourenço

O Dr. Rocha Lourenço faleceu no passado dia 07 deste mês de dezembro.

Há pessoas que se destacam, ao longo da vida, pelos seus percursos pessoais e profissionais, e que nos merecem homenagens e reconhecimento, quer a título oficial, quer, também, perante a sociedade.

Mas há ainda um grupo restrito e diferente de cidadãos que superam essa excelência, ganhando uma admiração, um respeito, um consenso e, (por que não o assumir?) um carinho e um reconhecimento geral da sua comunidade.

Desse segundo e honroso grupo, fez parte, sem sombra de dúvidas, o Dr. Rocha Lourenço.

José Henrique Silva Rocha Lourenço nasceu a 5 de maio de 1935, em Angra do Heroísmo.

Licenciou-se em Medicina e Cirurgia Geral na Universidade de Coimbra em 1961.

Fez o curso de Ciências Pedagógicas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, assim como o curso de Medicina Tropical, esse, no ex-hospital do Ultramar.

Completo o internato da especialidade, então, “Otorrinolaringologia e Broncoesofagologia” sob a orientação do Professor Nobre Leitão.

Fez exame à ordem dos médicos para especialista em 1967, tendo obtido a classificação de muito bom, por unanimidade.

Criou o Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital de Santo Espírito, sendo especialista único durante 22 anos, dando assistência a sete das nove Ilhas dos Açores.

Em 1968 começou a trabalhar no então Hospital da força aérea na Terra Chã, onde criou um pequeno serviço da especialidade com consulta, internamento e cirurgia. Nesse Hospital, e também no de Angra, dada a sua formação em Broncoesofagologia, fez serviço como Anestesiologista durante 3 anos.

Durante décadas foi um médico presente e dedicado, em inúmeras instituições, criando um laço de fraternidade, especialmente com a população da Ilha Terceira, onde residia, com utentes e suas famílias, sendo de louvar a forma terna e gentil como acompanhou muitas famílias nas suas várias gerações.

Já aposentado, continuou a exercer funções no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Cargos Desempenhados:

Delegado da Direção – Geral dos Desportos, membro da Direção do então Asilo dos Idosos, hoje Casa de Repouso da Santa Casa da Misericórdia, Presidente da Fanfarrinha Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Presidente da Assembleia geral do Sport Club Angrense, durante 14 anos, Membro da Comissão Instaladora do Centro de Oncologia dos Açores, Presidente do Lawn Tennis Club de Angra do Heroísmo, Presidente do Rotary Club de Angra do Heroísmo, Presidente da Sister-city Foundation Angra-Tulare, (durante anos) em Angra do Heroísmo, até a câmara de Angra assumir a representação local, Presidente do Conselho da Administração do C.E.M. de Angra do Heroísmo, Presidente da Comissão de Ética do Hospital de Santo Espírito, Presidente da Assembleia Geral da ex-liga dos Amigos do Hospital e atualmente faz parte do Conselho Consultivo da Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores, Presidente do Conselho da Administração do Hospital de Santo Espírito, durante quatro anos e onze meses. Fez parte do corpo Diretivo da ordem dos médicos, desempenhando o cargo de vice-presidente da mesa da assembleia distrital do distrito médico dos Açores (triénio de 1978-80). Fez parte da Direção clínica do Hospital de Santo Espírito. Duas vezes membro do Conselho Fiscal da Sociedade Portuguesa de Otorrinolaringologia. Professor da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, durante vários anos. Por duas vezes e por nomeação do Inspetor de Saúde exercer o cargo de delegado de Saúde de Angra do Heroísmo e Delegado de Saúde de Velas.

Recebeu as seguintes insígnias honoríficas:

Medalha de Mérito Aeronáutico de 1ª Classe, pelo Chefe do Estado Maior da Força Aérea.

Medalha de Mérito Profissional, pela Câmara de Angra do Heroísmo

Insígnia Autónómica de Mérito Profissional do Governo dos Açores, em 2011
E, integrado nas cerimónias do Dia de Portugal, de 2017, o Dr. Rocha Lourenço recebeu o grau de Comendador da Ordem de Mérito.

Este era um homem verdadeiramente invulgar.

Este era, sem dúvida um homem verdadeiramente bom...

Este era um homem que não deixava ninguém indiferente.

Este era um homem que fazia da ajuda daqueles que precisavam, a sua missão de vida.

Este homem foi um exemplo de humanismo e de generosidade que nos deve inspirar a todos.

O Dr. Rocha Lourenço deixa, nos Açores, um vazio muito difícil de preencher...

Durante a sua vida, sempre soube fazer a diferença. Agora vai fazer falta... E deixa muitas saudades.

Assim, e de acordo com as disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa Regional a aprovação deste voto de pesar pela morte de José Henrique Silva Rocha Lourenço, do qual deverá ser dado conhecimento à sua família, ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e à Ordem dos Médicos.

Horta, sala das sessões, 12 de dezembro de 2018.

Os Deputados, Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo e Luís Rendeiro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao falecimento do Dr. Rocha Lourenço, há também um voto de pesar apresentado pelo CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar

Falecimento do Dr. José Henrique Silva Rocha Lourenço

O Dr. José Henrique Silva Rocha Lourenço, natural da cidade de Angra do Heroísmo, faleceu, para tristeza de todos nós e particularmente da sua família e dos seus amigos, no passado dia 7 de dezembro, com 84 anos de idade.

Foi um aluno brilhante no seu percurso académico e um profissional de excelência no exercício da sua profissão.

Após se reformar, foi viver permanentemente para a freguesia onde passava o verão e o ano novo, com a sua família e amigos. Tive o privilégio de partilhar com ele as conversas de verão, os jantares de família nas nossas casas e jamais esquecerei os almoços ou os jantares para que sempre me convidava quando ia aos seus congressos na cidade do Porto.

Apesar de reformado, continuou a exercer a sua profissão, seguindo a máxima do médico e professor João Lobo Antunes - “enquanto as mãos me obedecerem e o cérebro souber mandar, vou continuar”.

Foi exatamente isso que fez.

Respeitado pelos seus doentes, admirado pelos seus pares, homenageado pela sua cidade com a Medalha de Mérito Profissional, agraciado pela sua Região

com a Insígnia Autónómica de Mérito Profissional e distinguido pelo seu país com o grau de Comendador da Ordem de Mérito, o Dr. Rocha Lourenço foi, de facto, um *primus inter pares*.

Foi durante anos o único médico da sua especialidade na ilha Terceira, mas a vontade de servir os Açores e atender os mais desfavorecidos e os mais desprotegidos, colocando os doentes sempre em primeiro lugar, fez com que iniciasse deslocações às ilhas de São Jorge, das Flores e da Graciosa.

O Dr. Rocha Lourenço foi o pioneiro dessa medicina de proximidade. Não era o dinheiro que o movia, era o profundo respeito que nutria pelos seus doentes e pelo seu sofrimento.

Homem de uma intervenção cívica absolutamente extraordinária, detentor de uma cultura invulgar e de um admirável humanismo, nunca prescindiu da sua formação e da sua atualização permanente para prestar os melhores cuidados a quem a ele recorria.

Permitam-me citar mais uma vez o professor Lobo Antunes: “não sei o que nos espera, mas sei o que me preocupa: é que a medicina, empolgada pela ciência, seduzida pela tecnologia e atordoada pela burocracia, apague a sua face humana e ignore a individualidade única de cada pessoa que sofre, pois embora se inventem cada vez mais modos de tratar, não se descobriu ainda a forma de aliviar o sofrimento sem empatia ou compaixão”.

Era exatamente isto que caracterizava o Dr. Rocha Lourenço.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP manifesta, por isso, profundo pesar pela sua morte, à sua esposa, Sra. Dona Armanda, às suas filhas, Maria Luísa e Maria José, ao seu filho, Paulo Miguel, e aos seus netos.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Henrique Silva

Rocha Lourenço, do qual deve ser dado conhecimento à sua família, ao Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital de Santo Espírito e à Ordem dos Médicos.

O deputado, Artur Lima.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora fazer um intervalo.

Regressamos às 12h05.

Eram 11 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 13 minutos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Está concluída a apresentação dos votos, vamos avançar para as declarações políticas.

A primeira cabe ao Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores crescem hoje de forma sustentável e convergem com a União Europeia.

O Partido Socialista tem insistido nesta evidência, enquanto outros teimam em ignorar ou desvalorizar o que isto significa, como se o bem de nós todos fosse nocivo para alguns interesses político-partidários.

O crescimento económico dos Açores que, repito, se situa acima da média europeia, foi agora confirmado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, quando na passada semana, tornou público o seu Relatório de 2018.

O documento em causa, aborda o desenvolvimento regional numa perspetiva interna e externa, ou seja, avalia o desenvolvimento das Regiões dentro do País e enquadra-as no contexto europeu.

A apreciação do relatório sobre o Desenvolvimento e Coesão permite-nos, assim, verificar o desempenho da Região Autónoma dos Açores, desde o início do século, em aspetos que dizem respeito, por exemplo, à convergência económica.

O relatório é claro no que diz respeito à evolução do PIB per capita regional: A Região Autónoma dos Açores foi a única do país a registar uma convergência real com a União Europeia. É a prova que este desenvolvimento é sustentável, e que esta convergência se vem constatando, contrariamente ao verificado nos restantes territórios portugueses.

Isto significa que apesar das conjunturas inerentes a uma região distante do Continente e arquipelágica como a nossa, diminuíram as nossas assimetrias em relação as outras regiões europeias.

Entre 2000 e 2016, o PIB per capita dos Açores aumentou 59%, sendo um sinal claro do aumento do poder de compra e da aproximação à média nacional e europeia, gerando riqueza, elevando o nível de vida e de bem-estar dos açorianos.

As conclusões apresentadas, sugerem que o caminho que temos trilhado ao longo dos anos tem contribuído para um aumento da coesão económica, territorial e social, demonstrando que as opções de investimento público e de potenciação do investimento privado, tomadas pelos Governos do PS, revertem-se em resultados concretos em benefício dos Açores e dos Açorianos.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, estas conclusões não são novas, elas têm vindo a ser sucessivamente reconhecidas pelas Açorianas e Açorianos na confiança que delegam desde então, por sufrágio direto, no Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este caminho, é o que faz com que tenhamos hoje: mais economia; mais emprego; mais saúde; mais respostas sociais; mais educação e mais desenvolvimento.

Um caminho trilhado não apenas pelo PS, mas pelo PS em parceria com os Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só é possível a concretização de resultados favoráveis para todos, graças a essa união de esforços, a essa sintonia entre a quem cabe, por via do exercício democrático, dirigir os destinos da nossa região e aqueles que são a razão de ser da nossa ação.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas o inconformismo que caracteriza o PS nos Açores não nos faz adotar uma postura de resignação perante aquilo que já atingimos.

O inconformismo que nos caracteriza é o mote para continuarmos a agir, como se fosse a primeira vez, perseguindo sempre mais e melhores resultados, desejando alcançar novas metas com renovada ambição.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É essa postura que faz com que hoje se continue a crescer, que em 2015 e 2016 a economia açoriana tenha conhecido um crescimento superior à média nacional e que, pela primeira vez, em 2017, a produção de riqueza nos Açores tenha superado os quatro mil milhões de euros.

É essa postura que faz com que hoje tenhamos mais 13.900 açorianos empregados e que faz com que hoje tenhamos uma taxa de desemprego que é menos de metade daquela que se verificava no início de 2014.

O nosso Serviço Regional Saúde dispõe hoje de melhores condições, infraestruturais e humanas, para responder melhor às necessidades dos açorianos.

Respondemos melhor aos nossos idosos, às crianças, aos jovens, às famílias, e às comunidades locais.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos a concluir a renovação do parque escolar da nossa Região que não é hoje, nem de longe nem de perto, semelhante àquele que encontrámos em 1996.

No âmbito do ProSucesso, já atingimos inclusive, e antes do tempo previsto, algumas metas a que nos tínhamos proposto, como salientou já o Conselho Nacional de Educação.

E são metas que atingimos não por mera fatalidade, mas por via da nossa ação política.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Esta trajetória deve-se, por um lado, ao esforço e à dedicação das açorianas e dos açorianos em prol da nossa terra, mas também à implementação de medidas e políticas públicas, adequadas a cada momento, que complementam todo um

ímpeto de transformação social e económica, e que dão eco a uma estratégia e noção clara de saber onde estamos e onde queremos estar no futuro.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É, por isso, que esta tarefa é infinita. Aquilo que já obtivemos enquanto povo não responde, de todo, àquilo que ainda falta alcançar. Mas também é verdade que se hoje estamos perante novos desafios é porque, em tempo útil, soubemos vencer os desafios passados. E é precisamente esse património que consolida e sustenta a nossa capacidade de olhar para o futuro.

E olhar para o futuro é ter a capacidade de renovar a nossa ambição, de não baixar os braços enquanto houver um Açoriano sem emprego; de não baixar os braços enquanto houver um Açoriano à espera de uma cirurgia ou de uma consulta, ou uma família à espera de uma resposta ao nível de creche ou jardim de infância; de não baixar os braços enquanto houver um Açoriano à procura de qualquer solução para concretizar a sua emancipação pessoal, social ou económica.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o reconhecimento e a análise externa do trabalho que temos desenvolvido é fundamental para avaliarmos a nossa prestação e a nossa aptidão para superar as dificuldades com que somos confrontados, e aquilo que o Relatório da Coesão e Desenvolvimento afirma é que temos trilhado o caminho certo, o caminho da afirmação dos Açores pela positiva, que não deixa ninguém para trás e que responde ‘presente’ a cada adversidade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O trabalho do PS não é conformista nem se resigna à manutenção do estado de desenvolvimento que alcançámos. A responsabilidade do PS é continuar a inovar, a saber atuar a cada momento para que alcancemos novos

patamares de desenvolvimento, com novas respostas e novas soluções para os novos desafios.

É por isso que, mais uma vez, respondemos ‘presente’ perante as açorianas e os açorianos, garantindo o nosso empenho e a nossa vontade de servir e fazer bem, como se fosse o primeiro dia.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política do Partido Socialista seria de alguma forma aceitável, ou poderíamos até discutir de uma forma objetiva o seu conteúdo, não fosse ela não corresponder minimamente àquilo que é a realidade concreta e a vida concreta dos açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Vem de um relatório científico!

O Orador: 10 dias depois de ser divulgado o estudo do INE que classifica a Região como aquela que tem os piores dados da pobreza relativamente ao todo nacional, que não é uma questão nova, é uma questão com mais de uma década, em que os estudos do INE revelam sucessivamente, não obstante a propaganda do Partido Socialista e a propaganda oficial do Governo do Partido Socialista,

que os Açores é a Região do país que tem mais pobres, que tem o maior número de cidadãos a viver abaixo do limiar de pobreza ou em risco de pobreza.

Um em cada três açorianos vive nessas condições!

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: E, portanto, quando os senhores vêm falar de um sucesso virtual, nós só podemos classificar isso como as *fake news* oficiais.

Não é verdade a realidade que os senhores pintam! Não é verdade, porque os senhores o que deviam estar preocupados e o que deviam estar realmente empenhados em resolver era a taxa de 31,5% de açorianos que vivem abaixo do limiar da pobreza, era os 70% de jovens adultos que vivem na precaridade laboral, eram os mais de 60% de crianças que têm necessidade de apoio social escolar, eram os 8% de açorianos que vivem no RSI, que é o dobro! Continua a ser o dobro da média nacional!

É uma vergonha os senhores virem a esta Casa, à verdadeira Casa da democracia, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apresentarem-se como campeões ...

Deputado Francisco César (PS): Que fel!

O Orador: ... de algum sucesso que deixou para trás todos estes açorianos que vivem à margem de um pseudodesenvolvimento que, pelos vistos, só toca ao Partido Socialista e ao Governo Regional.

Deputado Francisco César (PS): Aquilo é um estudo oficial!

O Orador: Os senhores, de facto, continuam a deixar para trás uma grande percentagem de açorianos que vive com dificuldades, que todos os meses tem que inventar e recorrer ao auxílio, à caridade, para poder alimentar os seus filhos.

Essa realidade os senhores não se preocupam! Devia ser sobre isso a declaração política do PS. Devia ser sobre isso que os senhores deviam ter subido a esta tribuna, assumir as vossas responsabilidades e dizer que medidas estão a tomar

para, ao fim destes 22 anos de Governo Socialista, deixarmos a cauda das regiões mais desfavorecidas do país no que toca às desigualdades e à pobreza.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

Deputado José Ávila (PS): Não sabe o que está a dizer!

O Orador: E sobre o PIB per capita, que em tempos o Sr. Secretário, então da presidência, Dr. Vasco Cordeiro, dizia “o PIB pode esperar”, continua a esperar, Srs. Deputados do Partido Socialista. Continua a esperar!

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não continua!

O Orador: O objetivo inscrito na programação de 2014-2020 era chegarmos a 2020 com PIB per capita de 80 a 85% da média europeia. Chegámos a 2018 com 68,9.

2016, perdão.

Deputado Carlos Silva (PS): Seja correto!

O Orador: Se os senhores conseguirem em quatro anos passar dos 68,9 para os 85%, isso sim será eventualmente uma situação para podermos analisar com mais cuidado.

Mas é *fake news*. É falso.

Deputado André Bradford (PS): É a região portuguesa que mais convergiu!

O Orador: A Região que os senhores pintam não é a região onde vivem os açorianos, onde vivem um em cada três açorianos em risco de pobreza!

Ponham a mão na consciência! Olhem para a situação dos sem-abrigo, daqueles que vivem na indigência, daqueles que não conseguem obter sucesso!

Olhem para a pobreza geracional que se instalou, a pobreza persistente que vivem os açorianos exclusivamente por culpa de um socialismo que gosta de mostrar uma vocação social e, por isso, parece e concretiza o alimentar de uma situação de pobreza de um terço da sociedade açoriana, de um terço dos açorianos que vivem essa situação.

O PSD ao longo dos anos tem procurado ...

Deputado André Bradford (PS): Então não tem procurado!

O Orador: ... e apresentou inúmeras denúncias e propostas, apresentámos na legislatura passada um pacote social, devolvemos ao debate a questão essencial da nossa vida parlamentar, que é a igualdade...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar Sra. Presidente.

... de oportunidades dos açorianos que não existe, porque, na verdade, quando temos uma sociedade em que 31,5% vive abaixo do limiar da pobreza, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade! Isso é risco de pobreza!

O Orador: ... é preciso não ter vergonha e subir àquela tribuna e apresentar uma Região de sucesso que só se aplica a vossas excelências e àqueles que os senhores conhecem, e não a outro terço e àquele terço dos açorianos que vive na pobreza.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidentes, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Srs. Deputados, nós não reconhecemos essa Região pintada pelo Sr. Deputado Tiago Branco.

Nós consideramos que esta não é uma Região cor-de-rosa, como foi pintado. Julgávamos que estávamos numa Região onde os jovens continuam a ter uma taxa de desemprego elevadíssima (um em cada três jovens desta Região estão no desemprego), julgávamos que estávamos numa Região onde os jovens não

encontram condições para regressar à Região após os seus estudos, uma Região que continua a estar marcada pelo despovoamento, uma Região que está cada vez mais empobrecida, onde o risco de pobreza é superior a 30% (é o maior do país), ...

Deputado André Bradford (PS): Explique isso ao Sr. Deputado João Bruto da Costa!

O Orador: ... é uma Região onde houve necessidade de implementar um plano de combate à pobreza.

E, portanto, é uma Região que continua em todos os rankings de coesão e rankings de qualidade de vida a ocupar o último lugar. E, portanto, esta não é a Região que pintou o Sr. Deputado Tiago Branco.

Falava de recuperação das taxas de desemprego. Sr. Deputado, vocês são o Governo há 22 anos. A situação onde nós fomos parar foi causada pelo Partido Socialista e por quem governou esta região durante 22 anos.

Falou também em melhorias no acesso à saúde. O Sr. Secretário Regional da Saúde dizia que em 2018 toda a gente teria de médicos de família. Bom, eu não tenho, e grande parte dos açorianos não tem médico de família.

Deputado André Bradford (PS): Também não tenho, mas está quase!

O Orador: Estamos numa sociedade em que existe uma enorme lista de espera para cirurgias. Apesar disso, o CDS deu contributos para o combate a essa lista com o Vale-Saúde e com o CIRURGE, mas a lista continua enorme.

E, portanto, nós não estamos a perceber que realidade é essa que o Sr. Deputado Tiago Branco veio aqui pintar.

E, portanto, não nos revemos obviamente, nessa realidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, declaração política que aqui nos trouxe o Sr. Deputado Tiago Branco só se compreende à luz dos dados que foram recentemente publicados pelo INE e que dão conta de uma situação que é completamente o contrário daquilo que foi aqui descrito pelo Sr. Deputado Tiago Branco.

Portanto, compreende-se a necessidade de o Grupo Parlamentar do PS vir aqui contrariar dados que confirmam problemas ...

Deputado Tiago Branco (PS): Está aqui, Sr. Deputado!

O Orador: ... que têm origem nas políticas...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... que o Partido Socialista conduziu nas últimas décadas nos Açores.

E o Partido Socialista não conseguiu, nem consegue, contrariar aquele que é o cenário de pureza estruturante e histórica.

Aliás, é um fenómeno que até o próprio Partido Socialista assume, reconhece, mas que não consegue contrariar. Se é verdade que o Sr. Deputado Tiago Branco vem aqui trazer um conjunto de dados e de indicadores que, de certa forma, conseguem contrariar aqueles que foram os dados recentemente publicados pelo INE e que dão conta de uma situação completamente contrária, também é verdade que são dados que são muito discutíveis.

Utilizar aqui o PIB per capita como um indicador para aferir da situação da pobreza e da desigualdade social dos Açores é, no mínimo, discutível. E no mínimo discutível, porquê?

Porque o PIB per capita não vem clarificar a real situação da pobreza e de desigualdade social nos Açores. Antes pelo contrário, até pode ser visto, perspetivado, como um índice confirmatório de uma situação gritante na nossa

Região que não é de agora, é já de há muito tempo, que é de uma profunda desigualdade social.

Ora, é a própria Secretária Regional da Solidariedade Social que ainda a semana passada veio dizer que a pobreza nos Açores só é, de certa forma, contrariada, aliás, como foi desde sempre, atenuada, devido àquela que é uma agricultura de subsistência e no caso até da caldeirada praticada na pesca, não são mais do que formas de precariedade e de desvalorização do próprio trabalho, quando deveria haver um conjunto de políticas direcionadas para o aumento e a valorização do rendimento proveniente do trabalho, coisa que custa, por enquanto, a acontecer nesta Região.

Como eu disse, a pobreza não se mede nem pelo PIB per capita nem mesmo pelo desemprego. Ou seja, a evolução positiva que recentemente viemos a verificar na Região quanto à evolução do desemprego, que tem vindo a diminuir de quando em quando com alguns aumentos, não confirma aquilo que é um cenário idílico de quase pleno emprego.

Antes pelo contrário, também pode esconder outros fenómenos muito preocupantes que se vivem cá na Região, como o subemprego e a precariedade, que são indicadores não só de pobreza, mas como também de aprofundamento da desigualdade social.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado Tiago Branco começou a sua intervenção, eu comecei a recordar os velhos tempos de 1996.

Deputado Francisco César (PS): Foi, foi!

O Orador: Lembro-me bem dos discursos que então se realizavam e da força da renovação que o Partido Socialista apresentava em 96.

Deputado André Bradford (PS): Nem estava aqui!

O Orador: Em 96 prometia-se que num prazo de oito anos a Região seria uma das regiões mais ricas da Europa, porque se acreditava na capacidade do povo açoriano, porque se acreditava nos recursos que o território dos Açores dispõe, porque se acreditava na capacidade de progresso e modernização da sociedade açoriana.

Essa era a vossa promessa, essa era a vossa utopia, a utopia de 96 que conseguiu uma alteração política substancial na Região Autónoma dos Açores, interrompendo uma governação que então já apresentava sinais de estagnação e uma governação que na altura já não significava o futuro para os Açores.

Os senhores em 96 representavam uma esperança de um futuro melhor, e foi nessa promessa que os açorianos votaram em 96.

Deputado André Bradford (PS): E em 2000, e em 2004, e em 2008 ...

O Orador: Passados 22 anos, essa renovação, esse sonho de transformar a sociedade açoriana numa sociedade moderna, numa sociedade mais justa, numa sociedade em que as desigualdades sociais fossem erradicadas, essa promessa não se concretizou!

Os senhores tiveram 22 anos para alterar substancialmente esta realidade, para tornar estes Açores mais justos e mais ricos!

O que vos posso dizer é que ninguém na Europa teve tanto tempo como os senhores para alterar esta realidade! Ninguém teve tanto tempo!

Deputado André Bradford (PS): A Madeira teve o dobro, 42 anos!

O Orador: Os senhores tiveram uma geração para o poder concretizar e não o conseguiram fazer, porque, meus senhores, eu não posso aceitar que se faça daquela tribuna uma intervenção triunfalista quando temos bolsas de pobreza tremendas nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Eu não posso aceitar que se faça daquela tribuna uma intervenção triunfalista quando temos as desigualdades sociais maiores do país! Eu não posso aceitar que se faça daquela tribuna, por parte do Partido Socialista, uma intervenção triunfalista quando o risco de pobreza é o mais alto do país!

Deputado André Bradford (PS): Não aceite! Mas não aceite mais rápido!

O Orador: Eu não posso aceitar que se faça daquela tribuna uma intervenção triunfalista quando os números do Rendimento Social de Inserção são os maiores do país, mas muito, muito maiores do que qualquer outra Região do país.

Deputado André Bradford (PS): O Sr. Presidente de Junta está atrás de si! O Vice-Presidente do PSD!

O Orador: Eu não posso aceitar que se faça uma intervenção triunfalista daquela bancada quando a precariedade laboral afeta mais de 70% dos jovens açorianos, tornando muito escuro o seu horizonte para o futuro!

Eu não posso aceitar que se faça daquela tribuna uma intervenção triunfalista quando a classe média dos Açores está quase completamente destruída.

Deputado André Bradford (PS): Olhe os coletes amarelos!

O Orador: Temos números muito semelhantes aos países mais desequilibrados do ponto de vista social da América do Sul.

Eu não posso aceitar este discurso!

O que eu esperava não era que se contentassem com esta situação pavorosa do ponto de vista social. O que eu esperava é que o Sr. Deputado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fizesse era um discurso a apostar no futuro! Era um discurso em que se dissesse: “Nós somos capazes de inverter esta situação de pobreza progressiva dos Açores, nós somos capazes de no futuro transformar os Açores naquilo que eles podem ser, a Região mais rica da Europa”!

Eu acredito nisso, mas também acredito que os senhores não têm essa capacidade! Estes 22 anos demonstraram que os senhores não têm essa capacidade, os senhores já não são o futuro, o senhor são o passado!

Deputado Francisco Coelho (PS): Onde é que o senhor estava em 96?

Deputado José Ávila (PS): O facto de o senhor falar mais alto não lhe dá razão!

Deputado André Bradford (PS): Se o senhor for o futuro, eu emigro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Entendeu o Partido Socialista trazer a esta Câmara uma declaração política sobre os últimos dados do relatório de 2018 da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, relatório esse que constata vários dados sobre a evolução nos Açores que, na nossa perspetiva, são dados absolutamente inquestionáveis e dados que nos devem satisfazer a todos enquanto açorianos e enquanto residentes nesta Região.

Esses dados foram amplamente referidos pelo Sr. Deputado Tiago Branco e são para nós absolutamente claros. E por muito que se tente rescrever a história ou por muito que se tente reinterpretar aquilo que consta neste relatório, porque não dá jeito do ponto de vista político-partidário, ...

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: ... aquilo que lá está escrito é muito, muito claro.

Os Açores são a única Região do país que, entre 2000 e 2016 conseguiu crescer mais do que a média da União Europeia a 28. E isso, naturalmente, Sras. e Srs. Deputados, julgo que deve ser motivo de satisfação para todas e todos os açorianos, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e para todos os agentes do sistema político da nossa Região.

E sobre isto gostaria de dar três notas. Em primeiro lugar, estes dados constatarem de forma clara e inquestionável o caminho positivo que nós temos vindo a fazer do ponto de vista económico e financeiro na nossa Região. Mas mais do que isso, costuma dizer-se que o papel aceita tudo, mas aquilo que nos satisfaz por aquilo que vemos todos os dias na nossa Região e por todos os indicadores em vários quadrantes que temos recebido e que acompanhamos diariamente, é que aquilo que está no papel neste relatório e os indicadores que são muito claros e inquestionáveis neste relatório, têm impacto positivo na vida das pessoas, ...

Deputado Francisco César (PS): Essa é que é a questão!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O pior é que os do INE têm impacto negativo!

O Orador: ... e é inquestionável, Sras. e Srs. Deputados, por muito que os senhores se esforcem de forma legítima, diga-se, a pintar cenários negros e dantescos daquela que é a realidade açoriana, este relatório é muito claro, e nós temos indicadores claros sobre a saúde, sobre a educação, sobre o rendimento disponível, sobre a criação de emprego, sobre o aumento da população empregada, que mostram que o caminho que estamos a trilhar é um caminho positivo.

E também devo dizer, Sr. Deputado João Bruto da Costa, parece-me, permita-me dizer, enfim, com alguma desonestidade intelectual politicamente falando, que se refira a previsões que foram feitas no âmbito da evolução do PIB da nossa Região pré a crise económica e social que nos assolou profundamente, que assolou o nosso país, que assolou a Europa e que também teve resquícios aqui na nossa Região.

Portanto, as previsões que foram feitas do crescimento do PIB e que são agora referidas de forma a não contar com o contexto económico e social que nós

vivemos também no nosso país, com uma intervenção externa, com o Governo da República que se orgulhava de ser mais ‘troikista’ do que a troika, com opções políticas que lesaram infelizmente a nossa população, isso não pode ser descurado e isso tem que ser tido em conta quando se avaliam as previsões no âmbito do crescimento do PIB, que são feitas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os governos socialistas não tiveram nada a ver com isso!

O Orador: A segunda ideia que gostaria de referir, é a partilha de méritos. Sras. e Srs. Deputados, as vitórias do Governo dos Açores são as vitórias dos açorianos, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e o caminho que temos vindo a construir, os sucessos que temos conseguido, são em grande medida também mérito das açorianas e dos açorianos, das famílias dos Açores, das empresas dos Açores, dos empresários dos Açores, dos jovens dos Açores, de todos aqueles, mais anónimos ou menos anónimos, que constroem também o futuro da nossa Região e que contribuíram também de forma decisiva para estes indicadores numa simbiose perfeita ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: ... entre aquilo que são as políticas públicas a responder às necessidades e às preocupações das pessoas e aquilo que o setor privado e as pessoas no seu dia-a-dia fazem construindo também uma Região melhor.

E a terceira ideia, que é talvez a ideia mais importante que gostaria de transmitir neste debate tendo em conta aquilo que está em discussão, é que nós não estamos satisfeitos. Nós não estamos satisfeitos.

Este relatório é relevante, é importante, refere-se ao passado. O importante para nós, verdadeiramente, é o futuro, e cá estamos para vencer os desafios que ainda temos pela frente.

A questão da pobreza, com certeza! É um grande desafio que temos pela frente, e cá estamos para vencê-lo.

A questão do desemprego jovem, com certeza! É um grande desafio que temos pela frente, mas não podemos avaliar e discutir esses desafios sem esquecer de onde estávamos, onde estamos e para onde queremos ir, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... e aquilo que foi construído através das políticas públicas definidas na nossa Região por este Governo com o contributo dos partidos que estão aqui representados e dos parceiros sociais da nossa Região para que possamos vencer estes desafios.

Nós não estamos satisfeitos com estes indicadores. Nós queremos continuar a melhorar, queremos continuar a crescer e queremos, sobretudo, continuar sintonizados ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... com os reais problemas e preocupações das pessoas.

E aqui estamos, como sempre estivemos, para vencer esses desafios.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado João Bruto da Costa... prescinde?

Era para uma interpelação.

Não havendo mais inscrições, para encerrar esta declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sra. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entregará na Mesa o relatório do desenvolvimento e coesão elaborado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão porque parece que ninguém sabe do que estamos a falar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o do INE?

O Orador: Porque a realidade que foi dita naquela declaração política não foi pintada pelo Partido Socialista, foi pintada por uma agência credível e de reconhecimento em Portugal.

Mas mais uma vez, os partidos da oposição nesta Casa reagem sempre com um inquietude e com um mal-estar com as boas notícias para a Região Autónoma dos Açores. Torna-se evidente que uma vitória dos Açores e dos açorianos é uma derrota para os partidos da oposição.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quando alguma entidade externa vem dizer que os Açores estão no bom caminho, é uma chatice, e essa postura é uma postura que não acrescenta nem contribui nada para qualquer solução, porque uma força política que só fica satisfeita quando os resultados são piores, é uma força política que revela não estar minimamente preparada para governar os Açores.

A postura do Partido Socialista neste debate e no âmbito desta declaração política, é a postura de um partido responsável, de um partido que não embandeira em arco com os bons resultados, é facto, mas que sabe ouvir e receber a opinião também daqueles que nos dizem que estamos no bom

caminho, porque isto não é só ouvir os que dizem que estamos no mau caminho. Quando é preciso ouvir o que dizem que estamos no bom caminho, também temos que os ouvir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que se faz nos congressos!

O Orador: E estamos no caminho certo porque temos sabido implementar as políticas certas, Srs. Deputados. Porque soubemos, perante uma crise sem precedentes que atingiu o país, muito proporcionada por partidos que estão representados nesta Casa, tivemos a capacidade e autonomia de disponibilizar instrumentos e mecanismos aos açorianos para que essa austeridade fosse menos bruta na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Luís Maurício (PSD): Olhe que não!

O Orador: Mas também somos os primeiros a reconhecer, tal como fiz na declaração política ali, somos os primeiros a reconhecer que ainda há muito a fazer, e reconhecemos isso sem qualquer tipo de reserva, que ainda há muitos resultados que queremos alcançar no emprego, na saúde, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Vão lutar no âmbito das vossas competências!

O Orador: ... na educação, e por essa via no combate à pobreza porque o combate à pobreza continuamos a achar que não é feito por via do subsídio, por via da entrega do peixe. Nós preferimos entregar a cana para ensinar a pescar aos açorianos.

O que o relatório nos diz é que estamos no caminho certo, e que estamos a ter a capacidade de nos superarmos a nós próprios ao ter a capacidade de inovar nas soluções e medidas que respondam às necessidades açorianos, e de puxar sempre os Açores para cima.

É para isso que trabalhamos e é isso que os açorianos esperam do Partido Socialista, e é isso que vão continuar a ter da nossa parte.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sras. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para, no âmbito do regimento, solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, nós vamos interromper para almoço, e regressamos às 15h com a agenda.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para começarmos com os trabalhos da agenda.

Eram 15 horas e 08 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Bruno Belo foi substituído na Mesa pelo Deputado Jorge Jorge)

Entramos no ponto quatro da nossa agenda: Projeto de Resolução n.º 102/XI – “Transporte na ilha de São Jorge dos animais rejeitados ou animais para

destruição e respetivos cadáveres”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até recentemente, na Ilha de São Jorge, os cadáveres dos animais rejeitados ou de animais para destruição eram depositados nos aterros sanitários pelos agricultores.

No entanto, desde junho de 2017, com a selagem dos aterros sanitários das Velas e da Calheta, deixou de ser possível entregar os cadáveres nos aterros. Com a impossibilidade de tratar deste tipo de resíduos no centro de processamento, os agricultores receberam orientações, através da Direção Regional do Ambiente, no sentido de enterrarem os cadáveres destes animais nas suas próprias explorações.

Como tal, os mesmos têm de ser transportados das explorações para o matadouro e voltavam às explorações em carrinhas de caixa aberta ou atrelados, muitas vezes em sangramento e contaminando da via pública, o que constitui um grave problema de saúde ambiental e pública.

Esta prática contrariava os regulamentos europeus, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente no que se refere à proteção dos animais durante o transporte e operações afins, uma vez que estes animais, apresentando problemas fisiológicos, patológicos e feridas, e consequentemente debilitados, não apresentavam condições para serem transportados, sujeitando-os a um sofrimento desnecessário.

Perante este grave problema, o Grupo Parlamentar do CDS apresentou, no passado mês de maio, um Projeto de Resolução com o intuito de se encontrar uma solução segura, eficaz e definitiva para o problema.

Depois deste Projeto de Resolução do CDS ser avaliado em sede de Comissão, a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas apresentou a Portaria n.º 111/2018 de 15 de outubro que, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, não resolve o problema da Ilha de São Jorge, nomeadamente o abate e o enterramento dos bovinos nas explorações agrícolas.

Aquilo que está tudo plasmado na portaria responde ao problema do transportes dos animais, mas não responde ao problema do enterramento, colocando em risco a saúde pública ao não estabelecer critérios de localização do enterramento dos animais nas explorações, o que poderá eventualmente criar problemas de contaminação dos lençóis freáticos da ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esta situação não abona a favor da imagem que se pretende para a Ilha de São Jorge e para os Açores enquanto destino turístico de natureza e sustentabilidade ambiental, mas, sobretudo põe em causa a segurança e a qualidade de vida de todos os Jorgenses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Neste sentido, o CDS volta a relembrar a urgência da construção de um novo matadouro em São Jorge que o CDS propôs, considerando o estado obsoleto do atual, de forma a que se possa assegurar de forma eficaz e segura a eliminação de cadáveres de animais de espécies bovina.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São Jorge é uma das ilhas dos Açores que tem mais vacas que habitantes. Diz o povo que cada jorgense quando nasce já tem no mínimo duas vacas a produzir leite para o alimentar.

Desde longa data que a agropecuária é a fonte principal de rendimento das famílias jorgenses, e naturalmente que há animais que morrem de causas naturais, outros que estão sujeitos a abate sanitário por motivo de doença ou acidente, e ainda há os animais que são rejeitados no matadouro por não garantirem segurança na cadeia alimentar.

Durante muitas décadas nos Açores, e em São Jorge, as ribeiras, grotas, falésias e até as orlas costeiras foram cemitério de muitos animais, uma prática quase considerada normal no dia-a-dia, até porque os cuidados ambientais eram diminutos.

Com a criação dos aterros sanitários, e perante um grande esforço de sensibilização junto dos agricultores por parte dos serviços competentes e dos municípios, essa situação de animais mortos abandonados praticamente tornou-se residual. Os aterros sanitários garantiam o enterramento das carcaças a custo zero aos agricultores e estes cumpriam com o dever de deixar no aterro os animais mortos.

Com esta nova política de implementação dos centros de processamento de resíduos e respetiva selagem dos aterros em cumprimento das normas comunitárias, verificámos um retrocesso de décadas. O centro de processamento de resíduos não foi construído de forma a garantir uma recolha e deposição de cadáveres, não foi providenciado pela empresa a quem foi concessionado contentores frigoríficos para armazenagem dos animais mortos para depois serem tratados, transformados ou incinerados. Vários milhões

gastos num centro de processamento de resíduos que não serve os agricultores jorgenses.

O Governo não foi providente, não se preocupou atempadamente com esta questão ambiental de suprema importância para a imagem turística da Região, empurrou com a barriga para a frente e deixou os agricultores sem alternativa aos aterros sanitários, tendo dito, simplesmente, que estavam obrigados a enterrar os animais mortos nas suas pastagens de forma livre, indiscriminada, e sem qualquer fiscalização.

Apesar dos apelos atempados feitos pela Associação de Agricultores e Jovens Agricultores da Ilha de São Jorge, não foi concretizada qualquer alternativa. Voltou a ser comum encontrar carcaças junto às ribeiras, na orla marítima, junto a miradouros turísticos.

Numa ilha que prima pela paisagem natural excelente, o que estava faltando nos miradouros, além de infraestruturas, casas de banho estacionamentos, era colocar um ambientador natural com cheirinho a carne putrefacta. Como diz o povo: “cheiro a rato morto”.

Quem visita a Ilha de São Jorge e contempla as exóticas paisagens que nos rodeiam, espera sentir o odor de hortelã, da *Myrica faya*, das rosas silvestres, e não o cheiro nauseabundo de animais mortos.

Quem desfruta de uma aventura de canyoning entre as águas cristalinas numa cascata, não esperam saltar para o poço de uma ribeira, encontrar boiando ao seu lado as vísceras de um animal ou até mesmo um cadáver.

É claro que vão dizer que a culpa não é do Governo, a culpa é dos jorgenses que não cuidam do ambiente.

A realidade, a que já se verificou que não há capacidade fiscalizadora para combater essas infrações, mas também não tem havido o bom senso e o cuidado pela parte do Governo de prevenir antes de remediar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Falta de dinheiro não deve ser, tanto que no plano do próximo ano a agricultura tem orçamentado mais de 20 milhões para a Ilha de São Jorge, dos quais nove milhões ainda não sabemos em que serão aplicados.

Se o Sr. Secretário sabe onde vai gastar esses nove milhões, ainda não nos quis dizer. Poderá ser “*the best kept secret*”. Em vez de ser a paisagem dos Açores, será os nove milhões da agricultura.

Certamente não será para garantir o enterramento de animais rejeitados em caixão de mogno e com coroa de flores de Murta. Também não deverá ser para mumificar as vaquinhas à semelhança do que se fazia no Egito com os gatos, mas poderia muito bem ser para garantir aos agricultores uma alternativa sem custos adicionais para as centenas de carcaças anuais destes animais que morrem de causas naturais ou resultam de abatimentos sanitários.

Poderia, por exemplo, ter implementado um sistema de recolha de animais mortos na exploração, semelhante ao SIRCA existente no continente.

As atividades agrícolas em São Jorge, tanto pela orografia da ilha, bem como pelos constrangimentos de acessibilidades, são por si só uma atividade com dificuldades acrescidas e com custos aumentados, e tudo deveria ser feito pela tutela para minimizar as dificuldades dos agricultores e não para aumentar os custos.

Este Governo, além de não cumprir com a construção atempada dos reservatórios de água para a lavoura, como é o caso dos Bardinhas, de não recuperarem e manterem os caminhos agrícolas, como é o caso do caminho Pau Pique, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E está a fazer-se!

O Orador: ... que está orçamentado desde 2012 e encontra-se pior que uma ribeira, ainda vão onerar os agricultores com um custo adicional de fazer um funeral a um animal que morre.

Sras. e Srs. Deputados, estamos a assistir ao incentivo por parte do Governo à criação de cemitérios intermináveis e de forma indiscriminada pelas pastagens da ilha. Em alguns casos, os enterramentos são feitos próximo de cursos de água, o que pode pôr em causa a saúde pública. Os enterramentos resultantes de abates sanitários têm sido feitos de forma completamente ilegal, tal como foi reconhecido pelo Sr. Secretário Regional em Comissão.

Os animais são transportados pelo proprietário até ao matadouro, a partir do momento em que entram no matadouro são abatidos e rejeitados, é da inteira responsabilidade do matadouro o destino final da carcaça.

Estes animais nunca deviam sair da guarda da autoridade sanitária por uma questão de saúde pública. Uma Região que tem competência em autoridade sanitária como é o caso dos Açores, nunca se pode demitir dessa responsabilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas a verdade é que o Governo se demitiu totalmente as suas responsabilidades no caso dos animais rejeitados em matadouro. O que tem estado a acontecer é que os agricultores estão obrigado a transportar as carcaças em atrelados de volta à sua exploração e tem de providenciar um funeral condigno na sua propriedade, acrescido dos respetivos custos.

Naturalmente, durante este transporte, os animais recém abatidos deixam um derrame de sangue pela via pública, algo que é ilegal e nada contribui para a imagem da ilha e até para a saúde pública.

O matadouro de São Jorge está claramente desadequado e ultrapassado para a realidade da ilha, tendo sido prometido melhoramento ano após ano, mas o pouco que tem sido melhorado, tem sido claramente insuficiente.

Deputado André Bradford (PS): O da Graciosa está quase pronto!

O Orador: Aliás, há que referir que os poucos melhoramentos que foram feitos no matadouro da Ilha de São Jorge foram executados na sequência de exigências e requisitos impostos pelas empresas de compradores de carne.

É urgente resolver o problema do matadouro de São Jorge e adaptá-lo à realidade da ilha. Se esta infraestrutura tivesse as condições exigidas pelas normas comunitárias para um completo tratamento das carcaças e de resíduos de subproduto de origem animal, o Grupo Parlamentar do PSD na sua última visita a São Jorge não teria assistido a um descarregamento de um camião do IAMA de subprodutos de origem animal, nomeadamente sangue, e outros fluidos numa cova ao lado do centro de processamento de resíduos. Pode haver jorgenses que infrinjam as leis do ambiente, mas, neste caso, foram os serviços do Governo que o fizeram, os serviços públicos que deviam dar o exemplo, os serviços públicos de uma Região defensora de um ambiente de excelência para promover turismo, ...

Deputado André Bradford (PS): E é!

O Orador: ... os serviços públicos de uma Região que apresentou recentemente uma Resolução de Conselho de Governo em que os objetivos da qualidade de paisagem e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores.

Está incluída nessa gestão as centenas de campas de animais mortos? Está incluído nesta qualidade de paisagem atrelados com cadáveres de sangue a conspurcar a via pública com sangue?

Esperemos que todos estes assuntos tenham sido avaliados e sejam rapidamente solucionados.

É de extrema importância valorizar a nossa paisagem, nunca esquecendo que São Jorge, mais do que uma ilha, é uma marca obtida através da notoriedade do queijo, produto certificado DOP. Os agricultores Jorgenses gostam da sua ilha, da paisagem, e estão mais sensibilizados para a qualidade ambiental bem como para o turismo que nos visita.

Cada vez se vê mais agricultores a publicar nas redes sociais fotografias das suas pastagens, das suas explorações, com orgulho da sua ilha de origem. É de extrema importância que se obtenha um círculo harmonioso entre a agricultura, o ambiente e o turismo de forma a que a boa convivência entre os três setores seja profícua e resulte numa melhor economia para a ilha de São Jorge e para o jorgenses.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução do CDS-PP, hoje aqui em análise, sobre o transporte na Ilha de São Jorge de animais rejeitados ou animais para destruição e respetivos cadáveres, tem o mérito de sinalizar este assunto nesta Assembleia que permitiu a sua análise, discussão e debate em Comissão, ouvindo também as associações de produtores locais.

É também necessário referir que este projeto dá entrada no dia 28 de maio, no mesmo dia em que o Governo Regional, e que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, em reunião do Conselho de Ilha na Ilha de São Jorge em visita estatutária, anunciou aquilo que o Governo pretendia fazer sobre este mesmo assunto.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: É um assunto que foi amplamente sinalizado, também pelas associações locais, pelos deputados regionais daquela ilha, e que o Governo sempre se comprometeu a esclarecer, a clarificar, e a dizer como pretendia resolver esta situação.

Podemos uns concordar mais, outros concordar menos com a solução, mas não podemos também acusar o Governo de não ter explicado aquilo que queria fazer para resolver esta situação. **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Para alguns, e depois destas duas intervenções, deram mesmo a entender que o tempo dos aterros sanitários é que era o tempo bom, é que era o tempo em que não havia problemas ambientais, não havia problemas de saúde pública, não havia problemas da imagem turística da Região Autónoma dos Açores.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*): Seja sério, Sr. Deputado! Só lhe fica mal!

O Orador: A proposta do CDS assinala essencialmente duas questões: a questão do transporte dos animais da exploração para o matadouro, nomeadamente aqueles que têm problemas fisiológicos, patologias, feridas, ou que estejam debilitados, e por essa via, que está em causa o bem-estar animal. E por outro lado, sinaliza a questão do transporte do matadouro para a exploração, ou anteriormente, para os aterros sanitários, e que isso é uma questão de saúde pública e que potencia o descarte dessas mesmas carcaças nos espaços públicos e nas ribeiras, prejudicando a imagem turística e ambiental da Ilha de São Jorge.

Por último, também esta proposta do CDS faz referência que considera má a solução que o Governo Regional apresentou sobre o enterramento dos cadáveres na sua exploração, mas também faz estas considerações sem apresentar a solução, sem contribuir para a solução.

Mandata o Governo a encontrar a solução, mas depois não aceita a solução encontrada também com os parceiros locais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Somos capazes de lhe explicar isso já a seguir!

O Orador: É como se “Nós sabemos tudo o que está a acontecer na Ilha de São Jorge, sabemos o que não queremos, os senhores é que têm que resolver, mas os senhores têm competências para resolver, mas depois não aceitamos que os senhores resolvam o problema”. E a solução que foi apresentada pelo Governo Regional é efetivamente a questão do abate na exploração e o enterro desse mesmo cadáver na exploração.

E porque é que esta foi a solução encontrada? Porque essencialmente responde até todos os pressupostos que o CDS-PP apresenta no seu Projeto de Resolução. Elimina o transporte para o matadouro, era um problema. Fica resolvido. Salvaguarda o bem-estar animal.

Elimina o transporte do matadouro para a exploração.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não elimina nada!

O Orador: Salvaguarda a saúde pública.

Elimina a potencialidade de esses cadáveres poderem ser descartados ao longo do percurso até à exploração. Salvaguarda a imagem ambiental e a imagem turística da Região Autónoma dos Açores e da Ilha de São Jorge.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Elimina a concentração desses mesmo cadáveres em aterros. Também boa solução ambiental.

Ou seja, temos aquela que é a solução mais equilibrada, seja do ponto de vista económico e ambiental, seja para os produtores, seja para o erário público, seja para os jorgenses, seja para os açorianos.

E a solução encontrada por este Governo, que já foi aqui dita pelo Sr. Deputado também do CDS, já está publicada através de um despacho e através de uma portaria. No despacho define-se que a Região Autónoma dos Açores, e cumprindo os regulamentos europeus e a lei, que os Açores são uma área remota que autoriza o enterramento dos cadáveres na exploração, garantindo a recolha do tronco cerebral dos animais, e define um conjunto de procedimentos a adotar para garantir todos os requisitos, para garantir a qualidade ambiental dessa mesma exploração e da Região Autónoma dos Açores.

Na portaria que foi publicada também se dá resposta à questão financeira: passa-se a atribuir uma comparticipação financeira para exatamente compensar esses custos do enterramento na exploração, onde também se define os abates de emergência, os procedimentos a adotar, a fiscalização, e também o acompanhamento por parte dos veterinários.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: De referir que o Governo Regional também ajudou as associações agrícolas da Ilha de São Jorge a terem cada uma o seu médico veterinário para também garantir assim um trabalho de proximidade, de conjunto com os produtores para garantir a qualidade desses mesmos abates.

Por último, também esta solução consegue separar aquilo que são abates de emergência e aquilo que são abates para o consumo público, evitando assim que para o matadouro se desloquem animais que depois não sejam para o consumo público.

Relativamente ao matadouro de São Jorge, é de facto um investimento que o Governo Regional reconhece que tem que continuar a investir, já o disse que em 2019 irá proceder ao seu projeto e que terá que ser construído e executado já no próximo quadro comunitário.

Para o Partido Socialista, nós preferimos, em 2016, só colocar no nosso manifesto aquilo que efetivamente poderíamos cumprir de 2016 a 2020, e eu

prefiro estar aqui a dizer que de 2016 a 2020 não conseguimos fazer o matadouro de São Jorge, mas que vamos fazer a partir dessa data, do que os senhores estarem a acusar-nos de não cumprir com o manifesto eleitoral do Partido Socialista na Ilha de São Jorge.

Sempre o fizemos frontalmente, e aquilo que dissemos que iríamos fazer no matadouro de São Jorge de 2016 a 2020 é aquilo que está a ser efetivamente concretizado, com um sentido de responsabilidade que todos os jorgenses e todos os açorianos merecem.

Por último, dizer que, de facto, estamos a falar de um setor muito importante para a Ilha de São Jorge, não só pela quantidade e qualidade do leite que é produzido, e o queijo da Ilha de São Jorge, mas também que o setor da carne está em amplo crescimento.

De referir, por exemplo que nós passámos de 2500 abates para cerca de quatro mil abates, e que o matadouro de São Jorge tem dado resposta exatamente a esse incremento, nomeadamente para a carne de exportação, e que essa importância económica desse setor também tem que ser acompanhado de políticas de importância da qualidade ambiental da nossa Região. E é por isso que o Governo Regional também contribuiu para que na Ilha de São Jorge se passasse a ter recolha seletiva que garantisse que os municípios realmente concretizassem essa mesma recolha seletiva e que fossem também selados os seus aterros sanitários.

Conjuntamente ainda fez os investimentos necessários para garantir que o centro de processamento de resíduos possa funcionar.

Desta forma, Sras. e Srs. Deputados, nós temos consciência de quem é que tem responsabilidade de garantir e de quem produz determinados resíduos, temos que garantir que também haja responsabilidade de dar um destino final a todos os tipos de resíduos, garantindo sempre, sempre, em todo o lado, um equilíbrio

entre a economia e a qualidade ambiental da Região Autónoma dos Açores, e neste caso em particular, da Ilha de São Jorge.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação aqui exposta pelo CDS é pertinente e passam-se três situações completamente diferentes aqui levantadas.

Uma delas é o abate de emergência que pode ser na exploração ou não, consoante se o animal estiver não estiver em condições para ser levado até ao matadouro. E as outras duas situações é a situação de o animal já se encontrar morto na exploração por morte natural; e a outra situação é o animal ser rejeitado em matadouro.

E as minhas perguntas são claras e sintéticas ao Sr. Secretário.

Os animais que são rejeitados no matadouro em São Jorge são enterrados ou são incinerados?

A outra pergunta, em relação aos animais que já por despacho do Governo Regional podem ser enterrados na exploração, é se existe por parte do Governo Regional alguma fiscalização para saber se se está a cumprir aquilo que está escrito no despacho em relação às linhas de água, em relação à profundidade

das valas, em relação à quantidade de animais que podem ser enterrados nestas próprias valas.

Portanto, o levar para o matadouro os animais já abatidos nas trelas, está consagrado por lei que o animal, logo que existam ferimentos, logo que o animal não possa ser transportado, tem que ser abatido na exploração para causar o mínimo de sofrimento a estes próprios animais.

Esta parte não repugna nada à Representação Parlamentar do PCP, que é assim que deve ser feito para causar o mínimo sofrimento possível a um animal que já está em sofrimento.

As três perguntas concretas são: há fiscalização no enterramento dos animais, ou existe alguma área delimitada pelo Governo Regional em cada exploração, numa zona de explorações, a dizer “Sim senhor, é ali que os animais podem ser realmente enterrados”, longe das linhas de água, cumpre com as dimensões adequadas que o despacho assim o indica; a outra pergunta concreta é se os animais que são rejeitados no matadouro que ficam à responsabilidade do IAMA, se são ou não incinerados, ou se são enterrados; e se são enterrados, onde são enterrados.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, com esta solução apresentada pelo despacho e pela portaria, existem várias questões que ficam por responder.

Por exemplo, nem todos os produtores agrícolas têm meios suficientes para proceder ao enterramento dos animais nas suas explorações.

Como está previsto o enterramento nestas situações?

Atendendo que foram atribuídas mais responsabilidades aos médicos veterinários, estes foram ouvidos aquando da elaboração desta nova portaria?

As associações agrícolas, a Associação de Jovens Agricultores de São Jorge e os municípios de São Jorge foram ouvidos para a elaboração desta nova portaria?

De quem é a responsabilidade de avaliar se o animal pode ou não ser enterrado em determinado local?

Quem garante se existe ou não algum risco de contaminação ou proximidade com linhas de água?

Para já eram estas as perguntas.

Deputado André Bradford (PS): A iniciativa é vossa e fazem perguntas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A descrição que o Grupo Parlamentar do CDS-PP faz no âmbito deste Projeto de Resolução é verdadeiramente chocante em relação à situação que estamos hoje a vivenciar na Ilha de São Jorge.

É, de facto, inaceitável que isto ainda possa ocorrer nos Açores, e é evidente que o conjunto de iniciativas que o CDS-PP propõe no âmbito desta iniciativa são perfeitamente ajustadas a uma situação que é verdadeiramente inaceitável.

Por isso, a Representação Parlamentar do PPM votará favoravelmente a esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cara colega e caros colegas do Governo: Eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos e também fazer algumas considerações sobre esta temática, mas aquilo que primeiro me ocorre é dizer o seguinte: nós estivemos aqui dois tipos de intervenções, umas construtivas e uma outra perfeitamente destrutiva, que foi a do PSD.

Aliás, na linha daquilo que já nos habituou nos últimos tempos em relação às mais diversas temáticas, e hoje, para surpresa minha, até na agricultura conseguiram ter um discurso corrosivo, destrutivo... enfim. O pior possível.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E só agora começou!

O Orador: E o Sr. Deputado referiu uma coisa muito interessante, que é o orgulho que os agricultores têm em fazer *posts* no Facebook com as suas pastagens, com os seus animais, com a sua sustentabilidade. E o senhor vem para aqui fazer um discurso radical, que dá a imagem que é o caos que se passa em São Jorge, com consequências que amanhã essas imagens e esse discurso de pessimismo que não corresponde à verdade, estão nas mesmas redes sociais, onde todo o mundo vê algo que o senhor disse aqui e que não corresponde à verdade, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... prejudicando os agricultores, o setor e a imagem da Região.

Portanto, esta é a primeira nota que eu gostava de dizer, Sr. Deputado.

Agora, vamos aos factos. A verdade é que com o encerramento dos aterros sanitários na Ilha de São Jorge foi criada uma situação em 2017 que o Governo desde então começou a trabalhar com as organizações de produtores, com os agricultores, no sentido de encontrar uma solução, e uma com uma solução que

fosse legal, que cumprisse com a regulamentação comunitária, e foi isso que o Governo fez.

No decorrer deste ano, aliás, na visita estatutária à Ilha de São Jorge, essa situação foi negociada em termos de qual é que era a solução que foi encontrada. Foi uma solução que foi avaliada tecnicamente, não é uma solução inédita no país, há zonas remotas em Portugal Continental ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Remotas! Disse V. Exa. bem!

O Orador: ... que essa situação funciona, e nós aqui na Região o que aplicámos foi uma solução, no fundo, semelhante e que dá resposta àqueles que eram os problemas que nós tínhamos. Essencialmente um problema de bem-estar animal, essa situação foi ultrapassada, os animais não têm necessidade de ser transportados vivos para o matadouro se podem ser abatidos nas explorações. Se houver uma avaliação prévia e houver a possibilidade de haver aproveitamento da carne, existe um limite máximo de tempo em que um animal pode ser transportado para o matadouro, e depois em função da inspeção sanitária que é feita no matadouro, se o animal tiver condições é aproveitado, se não tiver condições, é rejeitado.

E a partir do momento em que entra no matadouro, já não sai do matadouro e, portanto, tem como destino, digamos, a inceneração, neste caso, é deslocado para a TERAMB na Ilha Terceira.

A questão é essa, a questão é que o Governo procura resolver uma situação delicada, é verdade, mas o que é facto é que a situação neste momento está ultrapassada. Pode-se sempre criticar e dizer que não foi a solução ideal, mas foi a solução que neste momento foi possível.

Com a construção do novo matadouro, que já foi assumido pelo Governo, aliás, disse ali daquele local na discussão do plano e orçamento, e com a construção do novo matadouro, que só será possível no âmbito do próximo quadro

comunitário de apoio, obviamente que podemos ter outras condições diferentes para o tratamento dos subprodutos.

Mas a verdade é que, neste momento, nós estamos a cumprir com todas as regras comunitárias em relação a essa matéria. Aquilo que o Sr. Deputado disse e que alegadamente viu em relação ao sangue, o sangue é levado para o centro de tratamento de resíduos. É o único, digamos, subproduto, se assim se pode dizer, que sai do matadouro e que entra no centro de tratamento resíduos, e, como tal, o que existiu foi uma situação perfeitamente normal de uma instalação como é o matadouro.

O matadouro não é uma sala de visitas, é uma unidade industrial, e que os senhores sabem perfeitamente o que se faz no seu interior. Por agora, era isso que eu gostava de dizer, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois bem, esta iniciativa do CDS tem o mérito de mais uma vez alertar para o perigo de, nos mais variados setores de atividade, termos decisores políticos perfeitamente desprovidos de competências técnicas para as matérias que estão em vigor.

E, portanto, não sabem o que dizem, nem muito menos o que fazem, e fica feio, é desadequado, todas as vezes que perante o erro e as críticas venham aqui rasgar as vestes e chorar porque alguém, nomeadamente a oposição, neste caso o maior partido da oposição, põe o dedo na ferida e apresenta as críticas como tem que apresentar.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, o PSD e o CDS (proponente desta iniciativa) sempre alertaram para os problemas de São Jorge ao nível dos resíduos e do destino final dos subprodutos de matadouro e dos

subprodutos da fábrica Santa Catarina por incapacidade de resposta do centro de processamento de resíduos instalado em São Jorge.

Queria também lembrar...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor está a ser alvo de uma OPA partidária!

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Lamento a minha intervenção estar a incomodar a bancada do Governo e dos CDS, mas eu gostaria de continuar.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não incomoda nada!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*): O Governo está calmo!

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Luís Rendeiro possa continuar a sua intervenção.

Sr. Deputado.

O Orador: Talvez o Sr. Secretário Regional não saiba, mas eu gostaria de lhe lembrar que a primeira preocupação dos serviços de veterinária da Região é a saúde pública e só depois o bem-estar animal, e a preocupação primeira de qualquer médico veterinário, sobretudo os médicos veterinários dos serviços de veterinária da Região deve ser a saúde pública, e esta tentativa de solução que o Governo encontra para os problemas de São Jorge não só não responde àquilo que o diploma do CDS propõe, que tem a ver com o destino final dos rejeitados do matadouro e não com os abates sanitários, como atira para o lixo as competências de saúde pública da Região, porque, de facto, abates sanitários são diferentes de eliminação de resíduos de matadouros.

E depois cria aqui um ambiente propício a uma promiscuidade previsível entre mortes naturais de animais nas explorações e abates sanitários na exploração,

por incapacidade de fiscalização dos serviços técnicos da Região, porque não é possível ter um fiscal em cada exploração agrícola.

(Aparte inaudível)

Oh Sr. Deputado Francisco César, a gente está a falar de coisas sérias e não é só da propaganda socialista, estamos a falar das coisas sérias e de saúde pública na Ilha de São Jorge. Portanto, permita-me, se faz favor, continuar a explicar coisas que o senhor claramente não sabe.

São Jorge tem um problema grave com o seu operador de resíduos, grave! Esse problema já foi aqui atempadamente denunciado pela bancada do PSD. O operador de resíduos em São Jorge, ao contrário de outro operador de resíduos existente na Região, não tem os contentores de frio que permitam fazer a congelação das carcaças dos animais mortos e dos rejeitados no matadouro para expedição, para incineração, na central de valorização energética de resíduos na Ilha Terceira. Não tem! E nós podemos todos assistir, em jornadas parlamentares, ao vivo e a cores, ao camião do IAMA, que o senhor tutela, a vir despejar o sangue e os resíduos do matadouros numa vala do lado de fora da vedação do perímetro do centro de processamento de resíduos!

Deputado André Bradford (PS): Não diga isso!

O Orador: É isso que está a acontecer da Região Autónoma dos Açores, na Ilha de São Jorge, com a conivência, ou com os olhos tapados, escolham os termos que entenderem, do Governo Regional e da autoridade sanitária da Região que o senhor tutela!

Depois, São Jorge precisa de um matadouro novo, já! E é opção política do Partido Socialista, que governa a Região há 22 anos, não o ter construído ainda.

E a pergunta que se faz é: os nove milhões de euros do orçamento que o senhor não sabe onde é que estão nem para que é que servem, por mais que a gente lhe pergunte, não dão para construir o matadouro? Se calhar dá.

E depois, também todos nós aqui conhecemos os problemas que existem em São Jorge e noutras ilhas dos Açores por insuficiência e por falta de técnicos, falta de recursos humanos, na assistência veterinária às explorações, e os produtores agrícolas de São Jorge bem sabem a dificuldade que têm para ter um médico veterinário que lhes assiste a uma urgência num animal doente quando precisam dele, porque há falta de técnicos, e o senhor quer que acreditemos que vão ter disponíveis veterinários que fiscalizem abates sanitários realizados na exploração, e não quer que nós estejamos preocupados com a possível promiscuidade entre as mortes naturais e os abates sanitários.

Pois bem, Sr. Secretário Regional, devo-lhe alertar que as competências de fiscalização e de saúde pública pertencem aos médicos veterinários dos serviços que o senhor tutela e não a nenhuns contratados por associações agrícolas, seja de que ilha for, por muito que a Região financie esse contrato.

Nós estamos a falar do cumprimento da lei, nós estamos a falar de saúde pública e nós estamos a falar de questões muito sérias que podem afetar a saúde das populações, podem afetar a sustentabilidade ambiental, porque o enterramento não é uma coisa qualquer, e Sr. Deputado André Rodrigues, era o que mais faltava é que senhor atribua à bancada do PSD a vontade de manter os aterros sanitários e defender que os aterros é que são bons. Os aterros sanitários eram uma medida legal à época e sem dúvida que permitiam um controlo de deposição de resíduos com o enterramento à balda na exploração de cada um com os meios que cada um tiver, que é aquilo que os senhores defendem.

O que nós queremos é que a Região responsabilize os seus serviços e os seus técnicos, e as entidades com quem subcontrata o processamento de resíduos, neste caso o operador de resíduos, para que consiga cumprir o que a lei manda,

que se faça prover dos meios técnicos que o outro operador de resíduos na Região fez, nas Flores, em Santa Maria, onde está instalado, para que esses resíduos sejam encaminhados para a Terceira para a inceneração.

Não é o que está a acontecer em São Jorge, como os senhores bem sabem.

E pois bem, Sr. Secretário, Srs. Deputados do Partido Socialista, este é, de facto, um assunto muito sério.

Quanto às soluções que o Sr. Deputado André Rodrigues diz que ninguém tem, são fáceis. É a aquisição de contentores de frio por parte do operador de resíduos, que não se percebe porquê. A Região não quer tutelar aquele operador de resíduos? Tem que adquirir os contentores de frio como fez o outro produtor de resíduos da Região, tem que receber os animais dos abates sanitários e os rejeitados do matadouro e tem que os encaminhar para a Terceira para incineração.

Não é o animal que está doente, ou que se calhar já morreu na exploração, ser abatido, ou se calhar já não precisar porque morreu sozinho, alguém passa um papel e recebe o subsídio; ou então o animal abatido em matadouro, porque entra pelo seu pé, até parece saudável, e depois da carcaça desmanchada se identificam lesões que impedem a sua entrada no circuito de comercialização, ser devolvido ao produtor, a Região lava mãos, demite-se das suas responsabilidades em saúde pública e carrega na carrinha ou no atrelado a pingar o que tiver que pingar nas estradas, nos caminhos, onde for, para cada um enterrar como puder, como conseguir, seja como Deus quiser.

E, portanto, meus senhores, isto é muito grave e é uma responsabilidade do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, fiz-lhe três perguntas concretas e não foi respondida nenhuma pergunta.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Estava distraído!

O Orador: Ou seja, primeira pergunta: os animais que são abatidos no matadouro e que são rejeitados, são incinerados ou são enterrados?

A outra pergunta que lhe fiz foi: o Governo Regional tem técnicos que apoiem, que dêm formação aos agricultores para que possam saber onde vão enterrar os seus animais, em que zona específica para não haver contaminação de solos nem de águas?

Outra situação que se levantou aqui foi a situação que, e aí qualquer médico veterinário, seja ele da exploração, ou seja ele dos serviços de desenvolvimento agrário, pode e deve fazer as ocissões de emergência na exploração. Sem dúvida nenhuma. Sai muito mais caro pelos agricultores, aliás, todos nós sabemos isso e todos nós falamos com agricultores, sabemos que hoje uma ocissão de emergência, ou seja um abate emergência na exploração, o agricultor, por exemplo, por um animal adulto, consegue ter um apoio de 100 euros. Esses 100 euros ajudam, com toda a certeza, o enterramento do animal na sua exploração. Sai muito mais caro, com toda a certeza, o agricultor pegar naquele animal que sofreu o abate de emergência, ou seja, que foi feito o abate de emergência por ordem e fiscalização do médico veterinário ou da exploração, ou da associação agrícola, ou dos serviços de desenvolvimento agrário, sai muito mais dispendioso para um agricultor ter que pegar naquele animal depois de ser

abatido, carregá-lo e trazê-lo até ao matadouro para que seja incinerado ou de outro modo qualquer.

Portanto, é muito mais dispendioso para o agricultor e é muito mais dispendioso para todos. São encargos muito maiores precisamente para o agricultor do que enterrar na sua própria exploração.

Sr. Secretário Regional, as minhas duas perguntas que fiz continuam para ouvir a resposta que o senhor tem para me dar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve, enfim, para reconhecer a capacidade técnica e científica da intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro, à qual não tenho obviamente nada a acrescentar, de excelente qualidade, mas, Sr. Deputado, não basta ser grande, ...

Deputado António Parreira (PS): Mas não são os melhores!

O Orador: ... não basta ser o maior partido da oposição, como várias vezes o senhor se arvoram: “Somos o maior partido da oposição”. É verdade que são, ainda, mas não são naturalmente, e neste caso, o melhor partido da oposição, como não foram muitos.

A iniciativa é nossa e fica-lhe bem, quando se entusiasma no início, reconhecer de quem é a iniciativa e quem é que a teve, e não vir aqui, enfim, cavalgar a iniciativa dos outros como se ela fosse sua. Fica-lhe mal, ficou-lhe muito bem a sua ...

(Aparte inaudível)

Nunca, o senhor nunca viu.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Páginas inteiras do Diário Insular!

O Orador: Aliás, eu vejo todas as vezes o cais de cruzeiros, as listas de espera, enfim. Acabava num rol que eu tinha que fazer por aqui abaixo que o maior partido da oposição ainda é maior porque temos, talvez, o sistema bipartidário criado nos Açores e onde as pessoas ainda não perceberam que não basta ser grande, é preciso ser competente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Da sua iniciativa o senhor não disse nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais algumas considerações sobre este debate, que é um debate político, Sr. Deputado Luís Rendeiro, não é um debate técnico.

Nós não discutimos aqui competências técnicas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema dos políticos é a falta da técnica!

O Orador: Aliás, estou cá há dois anos e alguns dias, e tenho visto o Sr. Deputado falar sobre tantas temáticas com tanta competência técnica... Portanto, Sr. Deputado, é melhor ficarmos por aqui.

Vamos discutir política, e discutir política, Sr. Deputado, eu fico preocupado dada a sua competência técnica de médico veterinário, e isto é preciso invocar agora. Ouvimos falar aqui em promiscuidade e colocar em causa todos os seus colegas. O senhor está a pôr em causa a seriedade do código deontológico dos seus colegas a dizer que o Governo está a contribuir com um sistema desses para haver a promiscuidade que o veterinário assina às escondidas? Isso é muito grave e não esperava isso de si, pela sua competência técnica.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quer ir por aí! Vamos a isso!

O Orador: Não, o Sr. Deputado é que foi por aí, não fui eu.

Levantou aqui um manto de promiscuidade. É grave e fica-lhe mal, Sr. Deputado.

Se o objetivo é atingir o Governo, nós quando preparámos esse diploma, aliás, à semelhança de outros, preparamos dentro do mesmo princípio. Um princípio de dar resposta e resolver o problema das pessoas, nesse caso o problema dos agricultores.

Depois dizer que ao nível do pessoal técnico nós temos consciência daquelas que são as nossas competências em termos de autoridade médica veterinária e vamos, naturalmente, dentro das competências e dentro do nosso corpo técnico que temos, que este ano foi reforçado e para o ano será novamente reforçado, dar as melhores respostas.

Vamos fiscalizar, não podemos estar em todo o lado, é verdade, mas vamos fiscalizar por amostragem, vamos acompanhar os agricultores, aliás, no início do próximo ano vamos dar ações de formação e de sensibilização com os agricultores para, no fundo, eles ficarem melhor preparados para as técnicas de enterramento que estão em causa, no fundo, para salvaguardar a saúde pública que é uma questão, obviamente, central.

Mas é preciso também dizer outra coisa. Aquilo que está em causa, e se olharmos os números do ano anterior, não serão mais do que 100 animais aqueles foram rejeitados ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que fosse um!

O Orador: ... em termos no matadouro de São Jorge.

Por outro lado, reafirmar que eu não nego que no passado tenham saído animais do matadouro depois de serem abatidos, mas, neste momento, isso já não acontece. Desde a entrada em vigor desta portaria, essa situação não acontece.

Portanto, os animais são abatidos nas explorações, se há animais que vão ao matadouro, esses animais não saem mais do matadouro e são depois enviados nos contentores de frio que o IAMA ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não tem!

O Orador: ... tem para a Ilha Terceira para a TERAMB.

Dizer também que, como foi dito aqui na primeira intervenção do Sr. Deputado António Pedroso, que a instalação de um sistema semelhante ao que acontece no Continente, do nosso ponto de vista não faz qualquer sentido.

Era um sistema que iria custar, seguramente, mais de um milhão de euros por ano. Não sei se o Sr. Deputado defende que estes custos teriam que ser pagos pelos agricultores, ou se devia ser o sistema regional, digamos, no fundo, a assumir este custo.

No Continente esse sistema não está a funcionar bem e, aliás, pode estar em causa a sua própria sustentabilidade porque não se consegue financiar a si própria, daí que aquela que foi a solução encontrada é uma solução que corresponde àqueles que eram os problemas que existiam, é uma solução segura do ponto de vista de saúde pública e é uma solução que satisfaz a agricultores, satisfaz as organizações de produtores, satisfaz os próprios municípios, só não satisfaz o PSD.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Mas isso aí os senhores é que vão ter que encontrar consigo próprio e perceber o que é que se passa dentro do vosso partido.

Dizer também que em relação à questão do sangue, e é preciso que fique claro, o IAMA está a transportar o sangue para o centro de tratamento de resíduos.

Só para lhes dar a nota, pedi agora ao IAMA enquanto decorria o debate, foram transportadas 50 toneladas de sangue a um custo de 392 euros que pagámos ao centro de processamento de resíduos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para despejar no chão, num buraco!

O Orador: Portanto, as questões que está a levantar não fazem qualquer sentido.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo. À primeira questão eu tive oportunidade de responder no âmbito da minha primeira intervenção, ou seja, os animais, e já reafirmei, rejeitados no matadouro vão para a incineradora.

Da nossa parte, em relação ao acompanhamento que nós vamos dar e estamos já a dar em relação aos produtores, é para continuar, naturalmente. Nós queremos que esse processo, que é um processo novo, que tem uma implementação recente, seja de sucesso, e de sucesso é que, na verdade, os agricultores cumpram com aquilo que é sua parte e também tem as suas preocupações do ponto de vista de saúde pública.

Portanto, eu julgo que estão reunidas as condições para termos sucesso em mais esta medida. Naturalmente que se for preciso aperfeiçoar, cá estaremos para introduzir os aperfeiçoamentos que foram necessários.

Agora, foi a solução possível para responder a um problema que nós tínhamos e que era um problema real e efetivo, e que, naturalmente, estava a colocar em causa várias questões, desde o ponto de vista de saúde pública, a questão da imagem da Região, e uma imagem que queremos também de sustentabilidade e que podia afetar mesmo ao nível daquelas que são as nossas produções pecuárias, quer do leite, quer do queijo, e da carne de bovino, que estão muito assentes na sustentabilidade e nas preocupações ambientais.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não se pode aceitar que um Secretário Regional se levante da sua bancada e falte à verdade. Não se pode aceitar. Nem se pode aceitar esta constante vitimização por parte do Governo ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor está sempre zangado!

O Orador: ... perante a sua própria impreparação, e por vezes ignorância ou mesmo incompetência, e é o que acontece neste caso específico deste debate.

Deputado André Bradford (PS): Em duas frases chamou de ignorante e incompetente!

O Orador: E depois, Sr. Secretário. O PS e o Governo estão useiros e vezeiros em querer que os partidos da oposição, e que o PSD neste caso, cada vez que denunciam situações concretas ou perigos concretos, se transformem em bufos para vir aqui apontar e dizer o nome de pessoas.

Pois bem, o Sr. Secretário se calhar está há pouco tempo no setor agrícola, mas os que estão há mais tempo sabem das dificuldades que sempre existiram em São Jorge em controlar, nomeadamente, a venda, e até por vezes, o fabrico de produtos medicamentosos, porque havia profissionais do setor que eram os próprios que quebravam as regras das boas práticas, para utilizar termos brandos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é de uma brandura!

O Orador: E, portanto, Sr. Secretário Regional, quem legisla, seja esta Assembleia, seja o Governo, deve ter todo o cuidado, sem “emsombrantes” podiam ser piores, em criar diplomas que não criem condições para que as ilegalidades sejam cometidas, e em todas as classes profissionais, inclusivamente na minha, dos médicos veterinários, há bons, maus profissionais, e outros que são assim-assim. Mas quem legisla tem a obrigação e a responsabilidade de não criar aqui zonas cinzentas, como claramente este diploma consegue criar.

Depois, Sr. Secretário Regional, eu não sei qual é que é o problema que o Governo Regional tem com o operador de resíduos de São Jorge.

Não há em São Jorge os contentores de frio para congelar e expedir as carcaças e os rejeitados do matadouro para a Terceira. Nem o IAMA, nem a Equiambi, que é o operador de resíduos de São Jorge. Não há.

Nós visitámos essas duas entidades, e assistir ao Sr. Secretário aqui a falar dos números de eliminados do matadouro, dos líquidos, que foram transportados para o perímetro do operador de resíduos e não para o centro de processamento, foi para o perímetro, para um buraco que lá estava, para serem despejados no chão, não é uma boa prática.

Tal como não é uma boa prática numa ilha cujo nome é uma marca, ‘São Jorge’ é uma das mais fortes marcas que os Açores têm devido ao seu queijo, que tem qualidades e métodos de produção únicos, e prémios únicos também, não é uma boa prática um governante vir defender ao invés de mandar comprar uns contentores frigoríficos, ...

Deputado André Bradford (PS): Já ouço os violinos!

O Orador: ... e assumir que é em ambiente de matadouro, em ambiente neutro e com médico veterinário e inspetor, que é a autoridade sanitária a controlar os abates, que os mesmos devem ser processados. E defender um diploma que manda para as pastagens e à responsabilidade de cada um o enterramento e a eliminação dos animais que são rejeitados no matadouro e que permite que os abates sejam feitos, ou não, na produção de cada um.

Para concluir. Sr. Deputado Artur Lima, há de me fazer a justiça de assumir que eu sempre referi em todas as minhas intervenções o papel do CDS quando ele existe, mas há de ter paciência que o senhor não é dono de todas as iniciativas com os quais outros partidos concordam, inclusivamente o PSD.

E, portanto, quando o senhor não as apresentar, não são suas, são dos outros.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Para informar que o PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Jorge Paiva, estava inscrito.

Então, Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado Luís Rendeiro já explanou, e muito bem, a nível técnico, os problemas.

É verdade, tem um conhecimento melhor que o meu.

Foram levantados pela iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS, é verdade, explanou-os melhor que eu, é verdade, e dessa parte, acho que foi útil para esta Casa.

Presidente: Sr. Deputados.

O Orador: Quanto ao Sr. Secretário, continuo sem resposta às questões que eu coloquei.

Nem todos os produtores agrícolas têm meios suficientes para proceder ao enterramento dos animais nas suas explorações. Como está previsto o enterramento nestas situações?

Atendendo que foram atribuídas mais responsabilidades aos médicos veterinários, saber se estes foram ouvidos na elaboração da nova portaria; as associações agrícolas, se foram ouvidas; a Associação de Jovens de São Jorge também se foi ouvida; e os municípios também se foram ouvidos.

É de quem a responsabilidade de avaliar se o animal pode ou não ser enterrado em determinado local?

Quem garante se existe ou não algum risco de contaminação ou proximidade com linhas de água?

Eram estas as perguntas que tinha feito ao Sr. Secretário. Espero que responda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

O Governo Regional com a publicação da Portaria n.º 111/2018 de 15 de outubro, já muito referida durante este debate, acaba por cumprir, de facto, parte do objeto resolutivo desta iniciativa, e tenta, de certa forma, perverter o real objetivo do proponente.

Esta portaria soluciona o problema do transporte destes animais ao evitá-lo, e fê-lo até ao final do presente ano. Contudo, pode tornar a exceção na regra, ou seja, o abate e enterramento nas explorações, e não atende de forma inequívoca à salvaguarda da saúde pública, um requisito que consta da presente resolução.

Dessa forma, coloca em causa todo o investimento de uma rede de abate e descarte de cadáveres. O animal quando dá a entrada no matadouro, passa a ser da responsabilidade exclusiva dos serviços, pelo que não pode nem deve sair do matadouro e ser transportado, e muito menos enterrado, pelo agricultor, não só pelo estrito cumprimento legislativo e regulamentar, mas, fundamentalmente, por razões de saúde pública e ambiental.

Nesse sentido, a portaria do Governo Regional resultará numa redução destes casos, mas não os evita. É possível o transporte de animais vivos pelo agricultor em distância superior a 50 quilómetros, conforme previsto em termos legislativos e regulamentares, mas o que está em causa é o transporte de animais com problemas fisiológicos e patológicos, ou feridos, que só por si deleita-os e causa sofrimento.

O enterramento de animais nas explorações agrícolas é legalmente possível como exceção aplicável, mas não como regra, e rezeamos que tal ocorra a coberto da portaria em causa. E mesmo quando exceção, esse enterramento deve ser devidamente acompanhado e fiscalizado pelas autoridades e serviços veterinários competentes, requisito cujo cumprimento até à data da publicação da portaria não ficou, até porque tive oportunidade de assistir em reunião de Comissão acerca da apreciação desta iniciativa, que esse esclarecimento não foi cabalmente esclarecido.

E, portanto, foi uma situação que também não ficou devidamente clarificada.

Porque não é possível tratar cadáveres de animais no centro de processamento de resíduos de São Jorge? Por este serviço não estar contemplado no caderno de encargos respeitante à concessão daquele centro de processamento, ou porque continua a não reunir as condições para aceitar este tipo de resíduos?

A solução passará por obrigar o centro de processamento de resíduos a cumprir a sua obrigação de aceitar cadáveres de animais, se tal constar do atual caderno de encargos, ou enviar esses cadáveres para devido descarte na Terceira? Ou ainda construir um novo matadouro para a ilha com as condições necessárias para tratar deste tipo de resíduos, ou equipar o atual para passar a fazê-lo?

O Governo Regional entende que, a construir um novo matadouro, só para a próxima legislatura, tendo o PS reprovado muito recentemente uma proposta do Bloco de Esquerda para equipar o atual matadouro para receber e tratar este tipo de resíduos.

Assim, e porque consideramos que a solução encontrada não resolve nem assegura a saúde, um desiderato cujo presente Projeto de Resolução procura, assim votaremos a favor da iniciativa do CDS. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, é óbvio que a defesa da iniciativa está feita pelo meu colega Jorge Paiva e por vossa excelência, aliás, elogiei a sua defesa e os termos técnicos que usou nessa matéria, que não me atrevo sequer a discutir consigo.

Agora, atrevo-me a discutir consigo as questões de autoria. Quando vossa excelência diz que “Tenha paciência, mas nós vamos continuar a cabular as propostas do CDS”, está definido o PSD. Não lhe posso dizer mais nada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, para já, quero dizer que tenho a certeza absoluta que todos os médicos veterinários, neste caso nos Açores, porque é o que estamos a falar, cumprem e fazem cumprir toda a lei vigente. São todos, não há os melhores nem os piores. O médicos veterinários são muito bons, são do melhor que existe os que estão nos Açores. Isto aí sem problema nenhum.

O que quero também aqui dizer é que acredito que o Governo Regional cumpra o que a Direção-Geral de Veterinária diz e impõe, por exemplo, na aptidão de transporte de animais de emergência, por exemplo, para os matadouros, em que diz, e é que se falou aqui na sangria e que os animais iam conspurcando os caminhos, e passo a citar: “O sangue a ser recolhido e enviado para o matadouro junto com as carcaças”.

Ou seja, eu quero acreditar que a Região faça cumprir toda a legislação em vigor e indicada pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.

Sr. Secretário, eu fiquei elucidado quando o senhor disse que os animais que eram rejeitados no matadouro e que ficavam à responsabilidade do IAMA iam para incineração, e mais! Temos que assumir publicamente e politicamente aquilo que dizemos, que é, ouvindo os agricultores, e se ouvirmos nas ilhas mais distantes dizer que os agricultores a partir de hoje não podem enterrar as carcaças dos animais que morrem na exploração ou que não estão aptos para consumo, é ir contra os interesses do setor da agropecuária.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, os agricultores têm que ter uma maneira de poder enterrar estes animais para minimizar também os custos da sua exploração.

Sr. Secretário, mediante o que foi dito aqui parece-me que a proposta do CDS-PP era uma boa proposta antes e que agora, depois dos esclarecimentos que aqui que foram dados, o problema está resolvido na Ilha de São Jorge.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Então não está!

O Orador: Por isso, a Representação Parlamentar do PCP não pode votar a favor de uma proposta em que o problema atualmente já está resolvido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, é verdade que já não tem mais tempo, mas eu não posso deixar passar em branco algo que eu percebi, ou depreendi, pelo menos das suas palavras, em relação à minha atuação como governante.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mais determinação!

O Orador: A primeira questão é a seguinte. Aquilo que foi dito por mim aqui é verdade até que me provem o contrário.

A informação que eu tenho dos serviços é a informação que eu estou a transmitir. Como deve calcular, eu não posso estar em nove ilhas, em 19 concelhos, em 150 muitas freguesias ao mesmo tempo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Mas está quase!

O Orador: Portanto, eu tenho que acreditar naquilo que os serviços me dizem, e foi neste princípio que eu proferi aqui estas declarações.

Portanto, o Sr. Deputado vir aqui dizer que eu estou a faltar à verdade, indiretamente que sou ignorante e incompetente.

Deputado André Bradford (PS): Foi diretamente!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, fica-lhe muito mal.

A mim não me afeta nada, vou continuar a trabalhar da mesma maneira que fiz até hoje e até ao fim da minha passagem por este Governo. Portanto, se o senhor gosta, se acha que é incompetência, portanto, o senhor fica com esse registo, eu vou continuar a trabalhar no setor pelo melhor da Agricultura nos Açores.

Agora, esperava mais deste PSD, esperava mais do Sr. Deputado, que tem tanta competência. Mas, afinal, o senhor refugia-se em adjetivar-me em relação a essas situações.

Gostava também de dizer ao Sr. Deputado Jorge Paiva que em relação às questões que colocou, a primeira é que os agricultores, naturalmente aqueles que tiverem meios, vão utilizar os meios próprios. Podem, naturalmente, recorrer também aos meios das câmaras municipais, que em reuniões que nós tivemos, quer com os municípios, quer também com as associações, houve abertura para este tipo de apoio, e podem sempre recorrer a outros agricultores que dispõem desse tipo de meios.

Dizer também que esta proposta que foi apresentada e que foi implementada na Região, foi uma proposta amplamente debatida com todos os parceiros do setor, mesmo com os municípios em causa e com os agricultores, e resultou de um

conjunto de sugestões, por isso, entendemos que foi a melhor proposta para dar solução a um problema que nós tínhamos.

Em relação aos enterramentos nas proximidades das linhas de água, essa é uma questão que está resolvida à partida. Há uma proibição de enterramento, há uma sensibilização por parte não só dos médicos veterinários dos serviços, mas também dos próprios serviços aos agricultores.

Portanto, estamos em crer que estão reunidas todas as condições por parte dos agricultores no cumprimento daquelas que são as premissas deste diploma.

Fico também descansado com a afirmação do Sr. Deputado João Corvelo em relação aos seus colegas, porque, de facto, aquilo que o Sr. Deputado Luís Rendeiro tentou passar aqui, mas mais uma vez para tirar a areia e lançar a confusão na Casa, era, de facto, muito preocupante.

E fico por aqui, Sra. Presidente.

Deputado João Vasco Costa (PS): Já agora diga lá dos contentores!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vemos que a solução encontrada através desta portaria é mais um remendo, não resolve o problema de São Jorge e continua a ser colocada em causa a segurança e a qualidade de vida dos jorgenses.

Enquanto houver animais a ser enterrados nas explorações agrícolas, está colocada em causa a saúde pública em São Jorge.

Para o Grupo Parlamentar do CDS, a solução eficaz e definitiva será a construção do novo matadouro em São Jorge, proposta esta que vem sendo repetidamente votada contra o Partido Socialista.

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas existem contentores ou não?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, já aqui foi muito e amplamente debatido este assunto. Já todos os partidos afirmaram, inclusive o Partido Socialista, que há situações que são identificadas e assinaladas no Projeto de Resolução do CDS que aconteciam na Ilha de São Jorge, mas também é verdade, e até o Sr. Deputado do PCP acabou por referir, que a resposta que foi dada pelo Governo Regional resolve os problemas que estavam identificados na proposta do CDS.

E volto a referir essencialmente aquilo que resolve. O CDS referia-se que havia transporte de animais debilitados para o matadouro, a proposta apresentada pelo Governo elimina esse mesmo transporte, salvaguardando o bem-estar animal.

O CDS estava preocupado com a saída dos animais do matadouro para o aterro. A proposta do Governo elimina esta situação e faz com que os animais sejam enterrados na própria exploração, salvaguardando assim a saúde pública. Esse mesmo abate na exploração e enterramento na exploração, elimina a possibilidade de os próprios agricultores descartarem-se desses cadáveres ao longo do percurso, porque o percurso acabou de existir. E ainda elimina a concentração desses animais todos em aterro.

E também concordando com as palavras do PCP, esta claramente é a solução técnica do ponto de vista económico e ambiental que resolve melhor o problema para bem dos produtores jorgenses, para o erário público e para a Região Autónoma dos Açores.

E é por isso também, e pelos mesmos motivos que o PCP anunciou, o Partido Socialista irá votar contra o Projeto de Resolução, não pelo facto de não concordar com aquilo que é assinalado nesse mesmo Projeto de Resolução, mas

porque simplesmente não faz sentido à Assembleia daqui a 15 dias publicar um Projeto de Resolução que obriga o Governo a encontrar uma solução, quando o próprio Governo já tem o despacho e portaria publicada meses antes dessa mesma publicação.

E é esse o sentido de voto do Partido Socialista.

Disse.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente! Já está resolvida!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que a iniciativa só continuou e subiu a plenário porque achamos que de facto não resolve. A portaria não resolve o problema.

Continuam a ser enterrados animais nas explorações e coloca em causa a saúde pública dos jorgenses. Isso é um facto.

Nem a portaria nem o despacho resolvem o problema. É isto que está em causa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Existem ou não os contentores no matadouro?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só uma nota para encerrar, da parte do Governo, este debate e para que não passe para fora a ideia de que está em causa a saúde pública na Ilha de São Jorge por causa do enterramento de animais no âmbito desta portaria.

E, portanto, o Governo quer negar categoricamente esta situação. Não há perigo para a saúde pública, não está em causa a saúde pública, e isto é preciso que fique claro, para não se voltar a suspeita e mais uma vez passar para fora da Região que nós não estamos a respeitar a saúde pública quando estamos a proceder ao enterramento dos animais nas pastagens, tal como acontece neste momento.

Outra questão completamente diferente tem a ver com o novo matadouro. O Governo Regional já assumiu aqui neste plenário que, no próximo ano, se vão iniciar os projetos tendo em vista a construção do novo matadouro da Ilha de São Jorge.

Este é um ponto de honra. Aliás, para completar assim, se quisermos, e fechar o ciclo de investimentos que o Governo tem promovido na rede regional de abate, e recorde que só nesta legislatura estamos a falar de mais de 15 milhões de euros, e também na certificação do matadouro, é verdade que vamos ter certificação do matadouro de São Jorge antes da construção do novo matadouro, mas isso também é um passo importante para a valorização da carne, daí que o compromisso do Governo é para cumprir e no próximo ano vamos ter o projeto do matadouro, e logo que esteja em execução o próximo quadro comunitário de apoio, temos todas as condições para iniciar a construção desta importante infraestrutura.

É verdade. Podia ter sido mais cedo, é verdade, mas será agora que será possível.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, não era para intervir neste debate.

De facto, não sou veterinária, não sou médica veterinária, não pertencço à ordem dos veterinários, mas cada um de nós está aqui como eleitos do povo e ninguém está aqui por ter uma formação específica nas áreas onde se pronuncia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: E, por isso, não sendo veterinária, também gostaria de dar a minha participação e o meu contributo neste debate.

Dizer que, relativamente ao tema em questão, e sobre as considerações que foram feitas ao nível do centro de processamento de resíduos e sobre os resíduos produzidos, e o centro de processamento de resíduos recebe/não recebe estes ditos resíduos de cadáveres de animais, eu gostaria de dizer que, perante a lei, isto não são resíduos, são subprodutos animais que têm o seu encaminhamento específico.

Aliás, existem regulamentos europeus relativamente aos subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano, não se integram esses tipos de produtos. E gostava de dizer que aquilo que está a ser preconizado e que o Governo publicou em portaria, e muito bem, relativamente ao enterramento dos cadáveres de animais não é uma ilegalidade e os regulamentos desde, pelo menos 2002, e o regulamento, mas mais recente, de 2009, refere especificamente relativamente e nos considerandos, e vou citar Sra. Presidente, se me permitir, diz especificamente que: “O enterramento e a queima de subprodutos animais, em especial os animais mortos, podem ser justificados em situações específicas, nomeadamente em áreas remotas ou situações de controlo de doenças que o exijam a eliminação de emergência de animais mortos, como medida de controlo do surto de doenças, por exemplo”.

E diz também que: “a eliminação no local deverá ser autorizada em circunstâncias especiais, visto que a capacidade disponível de transformação ou incineração numa determinada área ou região poderá ser um fator limitante de controlo da doença”. Ou seja, permite que haja o enterramento nas explorações

agrícolas, neste caso em concreto, nos casos em que o transporte, a transformação, a existência da incineração possa não existir.

Também gostaria de dizer que, no caso do matadouro de São Jorge e segundo informações que nós temos, e que acho que são públicas, pelo menos em São Jorge, o centro de processamento de resíduos não recebe este tipo de subprodutos, mas que os subprodutos, ou seja, os cadáveres de animais ou os restos de animais que são produzidos pelo matadouro, são colocados no contentor de frio e são encaminhados para a incineradora na Ilha Terceira.

E, portanto, esta é uma situação regular, perfeitamente legal e normal, e que nós gostaríamos aqui de salvaguardar.

Espero ter esclarecido sobre esta situação em concreto.

Obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; um do PCP; 18 votos a favor do PSD; quatro do CDS-PP; dois do BE; e um do PPM.

Presidente: Sr. Deputado António Pedroso para uma declaração de voto.

Tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD votou a favor deste diploma por entender que a situação atual coloca em causa a saúde pública e a sustentabilidade ambiental da Ilha de São Jorge.

Esta situação só se resolve com a construção de um novo matadouro, e até lá com a aquisição imediata de contentores de frio em número suficiente para permitir expedir, para a incineradora da Ilha Terceira, todos os cadáveres resultantes dos abates em matadouro, sejam eles sanitários ou animados rejeitados, bem como os animais que morrem na exploração, acabando de uma vez por todas com a prática arcaica dos enterramentos.

Quanto à promessa do matadouro novo, e avaliando muitas outras promessas que estão por cumprir e outras que levaram décadas a ser cumpridas por este Governo, resta ver para crer.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PCP votou contra, assim como informou que o problema estava resolvido.

Ou seja, o PCP votou contra porque é a favor que os agricultores, em todas as suas explorações, esporadicamente possam enterrar os animais que morrem nessas explorações para minimizar os custos que esses agricultores têm na sua agropecuária.

O PCP votou contra também porque foi informado, aqui nesta Casa, que os animais que eram rejeitados no matadouro de São Jorge eram incinerados e não iam para aterros nenhuns, portanto, eram incinerados.

O PCP vota a favor dos interesses da agropecuária, dos agricultores e dos Açores.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto cindo da agenda: Projeto de Resolução N.º 113/XI – “Aumento da capacidade de aproveitamento, reserva e distribuição de água para a agro-pecuária”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmas. Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Exmos. Srs. Membros do Governo:

A Ilha do Pico encontra-se sinalizada por estudos técnicos, científicos, e reconhecida pelos órgãos próprios do Governo Regional dos Açores, como uma das ilhas dos Açores com problemas de degradação da qualidade da água, nomeadamente pelo aumento da intrusão salina.

Decorrente da sua natureza vulcânica e das suas características hidrogeológicas e condições orográficas, a Ilha do Pico, e em particular o concelho da Madalena, apresenta-se condicionado na existência de massas de água superficiais.

Sem estar em causa a quantidade das reservas, a sobre-exploração através de estações elevatórias acentua a degradação da qualidade da água pois induz no aumento da salinidade nas reservas tendencialmente de água doce subterrânea.

O modelo de exploração agropecuária continua a induzir um aumento do tempo de permanência dos animais nas explorações, um aumento dos consumos individuais e a correção da sazonalidade da produção.

Por não existirem fontes de abastecimento coletivo de água, no concelho da Madalena, acima dos 150 m, e tratando-se de um concelho com áreas de montanha, nomeadamente com pastoreio acima dos 700 m, existe a necessidade de transporte de água, com os inerentes custos associados.

A necessidade de água para a alimentação animal obriga os agricultores, no concelho da Madalena, a recorrer às mesmas fontes de abastecimento que estão ao dispor da rede de abastecimento da população em geral.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante qualquer problema com que nos deparamos nos Açores, a postura governativa deve ter sempre presente a realidade particular dessa parcela do nosso território, é essa a postura que também exigimos nesta Proposta de Resolução.

Mais do que avançar com medidas nos documentos de governação, e das empresas públicas que o suportam, também nesta área exigimos rigor e verdade, entre o que se publicita, divulga e anuncia.

E é analisando toda essa realidade particular que o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a presente resolução:

1. Que recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova de imediato os procedimentos necessários que levem à construção ou instalação de equipamentos ou infraestruturas para armazenamento de água, nomeadamente através da instalação de reservatórios, ou impermeabilização de ocorrências orográficas naturais, na zona da Serra das Velhas, no concelho da Madalena, propriedade essa sob gestão de domínio público florestal;
2. Que recomenda ao Governo Regional dos Açores a construção de condutas de transporte de água, numa extensão de cerca de 5 km, conduzindo por gravidade a duas zonas limítrofes, numa cota acima dos 500 metros, proporcionando abastecimento a mais de metade da zona alta do concelho da Madalena, proporcionando abastecimento aos agricultores de cinco das seis freguesias do concelho da Madalena.

Garantir e investir na captação e armazenamento de água é garantir a viabilidade e o sucesso económico às explorações agropecuárias.

Garantir e investir na captação e armazenamento de água para a agricultura é também sinónimo de salvaguarda da qualidade dos recursos para abastecimento à população.

O que está aqui em causa é garantir o sucesso económico das explorações agropecuárias.

O que está aqui em causa é a garantia da qualidade da água para consumo humano.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o concelho da Madalena, quer por questões geológicas, tem alguns problemas a nível do abastecimento de água à lavoura. E, naturalmente, o Governo sensível também a esta questão, está em curso um projeto de captação do furo de água do Cabeço Pequeno que vai ajudar os nossos agricultores com uma área beneficiada de 1100 hectares e o número de explorações beneficiadas de cerca de 110 explorações.

Acontece por toda a ilha, não só no concelho da Madalena, como também no término do projeto da Lagoa do Paúl, da Ribeirinha, que, de certa forma, vai ao encontro das pretensões dos agricultores, assim como em São Roque.

Portanto, há um planeamento, há uma estratégia do ponto de vista de beneficiar, acima de tudo minimizar os custos à produção e ir de encontro às expectativas e à resolução dos problemas dos nossos agricultores.

Relativamente ao Projeto de Resolução, nós achamos a pertinência do projeto, até porque no local, como foi exposto, e como está no conteúdo do Projeto de Resolução, estamos a falar de uma cota elevada, mas consideramos que seria fundamental existir um estudo técnico que tivéssemos uma maior garantia da construção dos equipamentos que são referidos na alínea a) do ponto 1 do Projeto de Resolução. E porquê?

Eu próprio também estive no local, porque é uma área que tenho curiosidade e que vou aprendendo, e apercebi-me, e até das audições que nós fizemos na reunião da Comissão de Economia, que existe algumas dificuldades, quer do ponto de vista de linhas de água, quer do ponto de vista da bacia hidrográfica.

Isto não está aqui em causa pelo facto de ser um projeto do PSD. Portanto, o que está aqui em causa é que nós queremos, obviamente, e concordamos que nós devemos investir, mas esses investimentos devem ser feitos com o rigor técnico ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... exigido para que, de facto, estes projetos sejam exequíveis e que tenham sustentabilidade, que é isso que os nossos agricultores esperam.

E naturalmente, também fizemos essas diligências junto do Grupo Parlamentar do PSD, para que, portanto, ajustássemos o Projeto de Resolução do ponto de vista de haver aqui um estudo que nos dissesse, preto no branco, qual é a viabilidade.

Portanto, nós estamos aqui a favor dos nossos agricultores, sejam do Pico à Ilha do Corvo, mas, obviamente que pretendemos que esta diminuição de custos à produção que eles têm que lhes proporcione uma melhor qualidade de vida e que proporcione também, isto é, ter disponibilidade financeira para fazer outros investimentos, mas sempre com o rigor que vem ao encontro das decisões pretendidas.

Era isto, Sra. Presidente. Era esta a primeira nota introdutória.

Nós apoiamos os nossos agricultores, apoiamos, de facto, no concelho da Madalena reconhecemos e, aliás, está em curso o projeto do furo de captação do Cabeço pequeno.

Nós concordamos que é necessário, naquele espaço, naquela atitude, porque estamos a falar de uma freguesia também dirigida e relacionada com a lavoura, que é a freguesia da Criação Velha, mas consideramos que seria, e é, fundamental que este projeto tenha um estudo técnico devidamente elaborado.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não restam quaisquer dúvidas que a Ilha do Pico, tendo em conta um conjunto específico de características hidrogeológicas, enfrenta graves problemas ao nível da disponibilidade e da qualidade das massas de água, e também ao nível da capacidade de abastecimento e distribuição dessa água para a agropecuária, o que é, sobretudo, preocupante do concelho da Madalena.

Estas limitações serão cada vez mais evidentes tanto quanto, previsivelmente, serão mais frequentes os episódios de seca prolongada, em resultado das alterações climáticas globais.

Urge, por isso, assegurar estratégias que permitam mitigar esses efeitos, por um lado, e depois assegurar o adequado abastecimento de água para a agropecuária no concelho da Madalena, e de forma geral, na Ilha do Pico.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas afirmou, em sede de Comissão, que, no âmbito da visita estatutária do Governo à Ilha do Pico, realizada em abril de 2018, foram dadas instruções à IROA para construir dois reservatórios na zona da Serra das Velhas, mas que foram posteriormente

consideradas inviáveis do ponto de vista técnico, estando o IROA a avaliar locais alternativos.

Pergunto, por isso, Sr. Secretário: quais as razões para que a IROA tenha chegado à conclusão de que a construção dos reservatórios era inviável do ponto de vista técnico; e pergunto também por que razão é que o Governo Regional não pediu a emissão de um parecer à IROA antes de ir fazer grandes anúncios durante a visita estatutária do Governo à Ilha do Pico; e qual é que era, afinal, a urgência desse anúncio para que fosse, aparentemente, feito à pressa e que depois se revelou verdadeiramente descabido, como se confirma.

Mais importante ainda é confirmar quais é que foram, afinal, as alternativas estudadas pela IROA e que conclusões é que já se retiraram, e também se serão ou não construídos os reservatórios.

Ou então se, por outro lado, a estratégia passa apenas por aguardar a conclusão das obras no furo do Cabeço Pequeno, deixando o concelho da Madalena perigosamente refém de uma capacidade à justa para satisfazer estas condições de consumo, e não criando ao contrário, condições necessárias para adaptação a esta nova realidade de alterações climáticas globais ou até mesmo para um aumento do consumo de água por via de um aumento da produção agropecuária.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou e que hoje debatemos, procura dar resposta a um problema localizado, neste caso da Ilha do Pico, que é a escassez de água para abastecimento da agropecuária,

mas é um problema também que existe na Ilha do Pico, mas que também se estende a outras ilhas dos Açores.

A água é um recurso absolutamente indispensável para quase todas as atividades humanas, e a agropecuária é, como sabemos, particularmente exigente nesta matéria. A escassez de água que se verifica na Ilha do Pico e em outras ilhas, é um fruto, obviamente, das características das nossas ilhas, no caso em especial, das características geológicas da Ilha do Pico, mas também da necessidade, obviamente, que existe da atividade humana, e ainda agravada pelas alterações climáticas que começam definitivamente a atingir as nossas vidas e que não podemos ignorar.

As alterações climáticas obrigam-nos a pensar a médio e longo prazo, e planear e preparar-nos para situações de clima mais extremo. Acompanhamos, obviamente, a preocupação do Grupo Parlamentar do PSD e concordamos com o objetivo deste Projeto de Resolução de resolver um problema que existe e que não pode ser ignorado.

No entanto, não nos podemos pronunciar sobre as questões técnicas nele apontadas porque não sabemos, do nosso ponto de vista, apesar de existirem certamente pessoas que conhecem o problema mais a fundo, não caberá à Assembleia saber se são aquelas ou outras as soluções técnicas mais adequadas para a resolução do problema, mas ele obviamente tem que ter a atenção que merece, até porque é reconhecido pelos agricultores, e até pelo próprio Governo Regional, por aquilo que percebi das audições em Comissão que foram realizadas.

É, portanto, urgente trabalhar na sua resolução. Mas num quadro mais vasto e numa altura em que o abastecimento de água, a agricultura e até as populações têm tido dificuldades, como se viu e tem-se visto nos últimos meses, especialmente na época do verão, é urgente debater este assunto também de uma forma mais vasta e mais aprofundada.

Teremos brevemente a oportunidade de debater o assunto mais vasto das alterações climáticas, das questões ligadas à água, quando vier a plenário o programa regional para as alterações climáticas.

No entanto, vale a pena salientar que a perspetiva existente nesse plano, quanto aos recursos hídricos, e deixo aqui este alerta, é de um otimismo que nos parece irrealista.

Vou citar apenas uma frase do diagnóstico que lá está, que diz o seguinte e passo a citar: “Para cada um dos sistemas de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e áreas temáticas, quantidade e qualidade, evidenciou que existirá uma baixa ou nula vulnerabilidade dos recursos hídricos regionais às alterações climáticas em resultado da sua elevada disponibilidade e da significativa capacidade adaptativa por via da aplicação dos instrumentos de gestão e planeamento em vigor na Região”.

Ora, o que aqui diz é que não existe um problema de abastecimento de água, não existe um problema nos recursos hídricos da Região, e que as alterações climáticas não trarão qualquer problema adicional. Ora, como se vê, este diagnóstico não é um diagnóstico correto, não corresponde, no nosso entender, à realidade, e este Projeto de Resolução tem, obviamente, o mérito de trazer este assunto e é um alerta para que provavelmente este plano, mesmo antes de chegar aqui à Assembleia, tenha de ser pensado, porque, julgo eu, a realidade ultrapassou aquilo que lá está.

É por isso mesmo, na nossa opinião, urgente, no caso concreto da Ilha do Pico, mas também noutras ilhas, mas neste caso concreto com maior premência, o Governo Regional trabalhe de forma célere para mitigar os problemas imediatos da escassez de água. Mas é também ainda urgente o planeamento e o desenho de medidas numa perspetiva de médio e longo prazo, e para uma gestão integrada dos recursos hídricos com base nos novos cenários com os quais nos deparamos.

Só assim, deixando a navegação à vista, é que teremos a capacidade para nos adaptarmos à realidade, às alterações climáticas, às suas consequências, sem contudo deixar de fazer a nossa parte para as combater.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria também nesta fase de dar algumas considerações.

A primeira é dizer nesta Assembleia que, naturalmente, o Governo dos Açores subscreve aquelas que são as preocupações do Grupo Parlamentar do PSD em relação à importância que a água tem para o setor agrícola e para a vida do dia-a-dia dos agricultores, numa perspetiva de facilitar a vida dos agricultores, contribuir para a melhoria do seu rendimento e, naturalmente, por via da redução de custos para a melhoria do seu rendimento.

Daí que no próximo ano o orçamento que foi aprovado nesta Casa há 15 dias atrás, prevê um dotação para as infraestruturas que cresce cerca de 10%, ou 9%, para ser mais preciso, em relação ao corrente ano, e afeta deste orçamento de cerca de 30% para o investimento no reforço do abastecimento de água.

A situação particular da Ilha do Pico, e eu gostaria de, à semelhança do que fiz na Comissão, fazer algumas considerações prévias para percebermos, no fundo, o que é que está em causa. O Pico tem cerca de 29.500 animais registados no SNIRA, cerca de 12 mil desses animais estão no conselho da Madalena, e nós estimamos que o consumo médio diário no pico do verão, ou seja, na altura que há maior consumo de água, seja de 840 metros cúbicos de água.

Na verdade, a água que é fornecida pela Câmara Municipal da Madalena neste momento para abastecimentos à agricultura, à lavoura, ou à pecuária, representa cerca de 12% das necessidades.

Também é verdade que a rede de abastecimento de água que existe neste momento no Pico tem uma capacidade de armazenamento de cerca de 40 mil metros cúbicos, dos quais 2500 metros cúbicos em reservatório e cerca de 37 mil em lagoas, quer na Lagoa do Capitão, que na Lagoa do Paúl, da Ribeirinha, que eu espero que esteja cheia neste momento com as chuvas dos últimos tempos, mas se não está, estará quase.

E, na verdade, com a obra que está em curso no furo do Cabeço Pequeno, que tem uma capacidade de debitar cerca de 10 litros por segundo, ou seja, correspondente àquele que é o consumo diário pelos animais do concelho da Madalena. Com esta obra, nós vamos dar resposta àquelas que são as necessidades, neste momento, de abastecimento de água no concelho da Madalena.

Em relação ao Projeto de Resolução que está aqui em causa e, de alguma forma, respondendo já ao Sr. Deputado Alonso Miguel, na verdade, aquando da visita estatutária ao Pico, e foi, digamos, sobre proposta minha que foi depois aprovado em Conselho de Governo, a deliberação no sentido de dar instruções ao IROA para a instalação de dois reservatórios naquela zona, tinha a ver essencialmente com, no fundo, solicitações que nós tínhamos da associação agrícola do Pico e dos próprios produtores, e pelo facto desta intervenção, digamos, estar de alguma forma sinalizada naquelas que eram necessidades do setor para o Pico.

E foi nessa medida, e é verdade, assumo aqui que não foi feita nenhuma consulta prévia ao IROA em relação a esta intervenção, e passado uma semana ou duas, depois de o IROA se deslocar ao Pico, se verificou in loco que aquela solução não seria uma solução, sob o ponto de vista técnico, essencialmente,

uma boa solução, porque tem a ver com questões de caudais, pelo facto de não existir nascentes de água na zona e não haver uma linha de água de regime, nem que fosse, no fundo, torrencial.

Daí que nós tenhamos abandonado, de alguma forma, esta solução, que depois mais tarde a discussão volta a ser, digamos, tida com a apresentação desta iniciativa por parte do PSD. E, no fundo, aquilo que foi dito em Comissão, aliás, esteve presente a Vogal da Direção do IROA onde, no fundo, explicou quais as razões que estavam subjacentes a essa decisão.

Aquilo que já foi dito em Comissão por mim, e já o disse posteriormente também, é que no âmbito do Grupo de Trabalho estão a ser estudadas as necessidades de abastecimento de água para a Ilha do Pico, onde vai ser apresentado um plano de ação para os próximos anos para investimentos que serão feitos no Pico tendo em vista resolver de uma vez por todas as carências que ainda existem no abastecimento de água.

Este Grupo de Trabalho, que terá peritos em hidrologia, vai debruçar-se sobre essa questão em particular para que não fiquem dúvidas em relação a essa matéria, visto que ela voltou novamente ao debate por parte de desta iniciativa do PSD.

Dizer também que, e na sequência desta decisão do IROA, o IROA começou a estudar fontes alternativas para, no fundo, reforçar o abastecimento de água e a capacidade de armazenamento na Ilha do Pico, e neste sentido já está a elaborar projetos para o abastecimento de água na zona do Chão Verde em São Roque, e também nas Cabecinhas, nas Lajes, a partir da Lagoa do Capitão.

Portanto, no fundo, são duas extensões de rede que vai permitir reforçar o abastecimento de água em concelhos diferentes, aproveitando, naturalmente, o água disponível na Lagoa do Capitão.

É verdade que os Srs. Deputados poderão dizer: “Bom, mas no pico do verão a Lagoa do Capitão terá pouca água”, mas é preciso pensar que o setor agrícola

precisa de água 365 dias por ano e estas duas infraestruturas que o IROA vai começar a executar no próximo ano, onde está prevista também a construção de reservatórios e postos de abastecimento, é um contributo também muito importante para reforçar a capacidade de água na Ilha do Pico.

Por outro lado, está em estudo, este ainda numa fase muito inicial, que é a captação de água na Lagoa do Paúl, nas Lajes, para o abastecimento à pecuária. Nós julgamos, e julgo, que do ponto de vista económico, é uma boa solução. Se nós conseguirmos implementar essa solução, vamos resolver de uma vez por toda esta situação de carência de água na Ilha do Pico.

Por outro lado, como sabem, também está em curso, já foi referido aqui pelo Sr. Deputado, a obra do furo do Cabeço Pequeno e a execução de dois reservatórios na Prainha, que são obras também essenciais para o reforço do abastecimento de água na Ilha do Pico, para além da Lagoa do Paúl, da Ribeirinha, que também já está concluído.

Ou seja, todos estes investimentos que estão em curso de quase 900 mil euros, uns a iniciar-se, outros a concluírem-se, se acrescermos também aos investimentos que foram feitos nos últimos anos, portanto, dão nota da atenção e do empenho do Governo Regional em melhorar o abastecimento de água na Ilha do Pico.

Mais recentemente, no dia 02 de dezembro, foi aberto um aviso no âmbito do PRORURAL + para financiar investimentos nas explorações agrícolas por parte dos agricultores, dos proprietários das explorações, para garantir o armazenamento de água nas explorações agrícolas. Com uma dotação de um milhão e meio, esperamos que possam surgir muitas candidaturas no sentido também de resolvemos o problema de mais agricultores.

Referir ainda que no âmbito, quer neste quadro comunitário de apoio, quer no anterior, os agricultores já construíram cerca de 50 mil metros cúbicos de armazenamento de água nas suas explorações, o que corresponde a cerca de

10% daquela que é a capacidade de armazenamento de água na Região por parte do IROA, que é de cerca de 500 mil metros cúbicos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer alguns comentários e colocar algumas questões ao Sr. Secretário, não sem antes fazer uma leitura também da posição do colega do PS, que a verdade é que ontem, também num assunto que diz respeito ao dia-a-dia dos açorianos, propusemos estudos, foram recusados. Hoje propomos soluções e dizem-nos que têm que ser feitos estudos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso é incomparável!

O Orador: É uma nota que fica do distanciamento claro político entre perspetivas de olhar para problemas diários de açorianos.

Mas voltando às questões que o Sr. Secretário acabou de comentar, eu gostaria de vincar duas e para ter melhor perceção sobre o que o senhor acabou dizer que, no caso concreto do projeto da Lagoa do Paúl, está numa fase inicial. Acho que foi isso que eu percebi, nas Lajes.

E acabou por afirmar que resolveria da ilha. Aí discordo. Pode resolver parte da ilha, mas não resolve claramente na área geográfica que estamos aqui a debater e que a Proposta de Resolução se propõe a colaborar com a solução do problema, porque não é possível trazer da área da Lagoa do Paúl das Lajes para esta área de fronteira do concelho da Madalena, a não ser que tenhamos que

cortar a montanha (não é isso que se pretende), ou induzir com custos energéticos de outras fontes.

Gostaria também de comentar duas questões que estão no relatório e que me colocam algumas dúvidas, senão certezas. Quando é afirmado no relatório a capacidade de captação da nova captação do Cabeço Pequeno e que resolve os problemas, isso não vai ao encontro daquilo que é um compromisso não cumprido desde 01-03-2012 pelo Governo Regional.

O Governo Regional nessa altura celebrou um protocolo com o município abdicando de parte dos investimentos, no caso concreto, reservatórios, e que desta forma iria abastecer a agricultura e também a população. E, portanto, a capacidade de débito da futura captação não pode ir diretamente para a agricultura, portanto, vai ter que passar por uma rede pública. É um protocolo que está celebrado. Aliás, esse protocolo explica muito também do que se passa hoje, das dificuldades de armazenamento e também, se me permitem, da perda de qualidade, porque estamos a falar de um compromisso que desde 2012 não foi cumprido.

E, portanto, não pode ser feita relação direta entre o que vai ser captado na nova infraestrutura e o abastecimento direto ao consumo da agricultura. Não foi isso que foi acordado, nem existem infraestruturas diretamente relacionadas com essa captação que permita dirigir só para a agricultura. Foi um acordo de permuta de infraestruturas e da água, que é este bem principal.

Depois outra nota que tem que ficar sobre os especialistas que foram referidos pela dirigente do IROA. Segundo percebi, são pessoas ligadas à captação subterrânea. Não é o que se está aqui a falar, claramente a uma cota de 500/600 metros.

E, portanto, da mesma forma que nós também consultámos especialistas e não na perspetiva de perfuração, portanto, ponho em causa essa análise que foi feita

pelo IROA porque foram referidos os especialistas que apoiam o IROA nas captações subterrâneas. Não é isso que está aqui em causa.

Também tenho que deixar nota sobre o que aqui já foi referido e sobre a credibilidade dos documentos, e reiteramos o que já dissemos. Não acreditamos nos documentos de governação, ...

Deputado André Bradford (PS): Não acreditam em nada, mas depois as coisas aparecem!

O Orador: ... acho que as provas estão à vista de todos sobre a execução, porque se os planos não são cumpridos, juntamos a eles também os documentos do Conselho de Governo. Pelo menos, ficou a nota de muita ligeireza neste ponto em concreto que era muito preciso sobre os valores, sobre o espaço físico e sobre os investimentos a realizar. Atrevo-me a dizer que então também não posso acreditar no restante comunicado do Conselho de Governo em abril no Pico.

E reiterando a questão “O que é que aconteceu desde 03 de abril do ponto de vista técnico?”, o Sr. Secretário pareceu-me referir in loco. A verdade é que então se formos a levar também, o senhor teve um período de seca, não observou riachos, nem lagoas, nem retenção, porque também existem outros períodos que podíamos então julgar as decisões por essa observação in loco.

Não é isso, e é uma contradição com o que disse o meu colega sobre os estudos a realizar.

Portanto, este é um assunto que chega a esta fase porque já existem captações esgotadas na sua capacidade subterrânea, existem infiltrações salinas, temos um problema de abastecimento aos agricultores que leva a sobrecustos no transporte de cotas muito baixas de 50/100 metros até aos 500 metros, recorrendo às mesmas fontes que a população.

E, portanto, merece a máxima atenção, merece, se calhar tecnologias ou meios de retenção de água que podem não estar até muito implementados noutras

zonas, e refiro concretamente, porque a Sra. Diretora do IROA falou-nos do risco da degradação das telas nas lagoas artificiais.

A verdade é que tem de existir métodos até de proteção dessas telas, porque vão ter que acontecer investimentos nessa área e não pode ser com o critério de exposição solar. Vão existir sempre períodos de carência em que as Lagoas, a construir ou construídas, vão estar expostas à degradação.

Portanto, é urgente, não acreditamos, da forma que o senhor quis transmitir, nos documentos de governação, seja do IROA, seja do plano a apresentar, até porque tenho que recordar o seguinte.

Deputado André Bradford (PS): Os senhores nunca acreditam em nada!

O Orador: Em 2013, o senhor na altura não estava nesta missão de governação, mas em 2013, o IROA, no Pico, teve do seu orçamento todo uma percentagem de 12,9%. 2014, 1,7%. 2015, 3,8% do seu orçamento. 2016, 6,2%. 2017, 7,3%.

Isto resume-se a uma verba total na ordem dos 290 mil euros. E, portanto, há um trajeto de distância e de aposta que levou esta situação que nós consideramos quase extrema, e que nos leva a não acreditar em muito do que se anuncia, em muito do que os planos inscrevem e em muitas das intenções apresentadas publicamente.

É um assunto que vamos continuar a acompanhar, e reiteramos a urgência na sua análise e aprovação nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou iniciar a minha intervenção dizendo ao colega Marco que comparou o que é incomparável.

Comparou ontem um estudo que foi aqui proposto, sabendo à partida que essa grande empresa que é a Porto dos Açores tinha em curso uma série de projetos relativo a questões de segurança que a própria lei impõe, e por vivermos numa Região arquipelágica naturalmente, e no meio do oceano, que há uma orientação muito clara do ponto de vista dessa segurança.

Hoje, comparar com este Projeto de Resolução, não pode comparar. Não está aqui em causa essa intenção, essa necessidade, especialmente naquele espaço e no concelho da Madalena, mas o que está em causa, e é isso que nós transmitimos, é um projeto de viabilidade para se executar a obra. Porque as outras derivações que o colega fez, portanto, têm local próprio e momento próprio.

Podemos conversar sobre o assunto, porque o que nos interessa aqui é o conteúdo e, acima de tudo, viabilizar projetos para os nossos agricultores que tenham sustentabilidade.

Portanto, é esse o nosso propósito, é essa a nossa responsabilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As nossas ilhas estão a enfrentar problemas bastante grandes ao nível da capacidade de aprovisionamento, reserva e distribuição de água. É o caso da Ilha do Pico, como também foi, e também é, o caso da Ilha do Corvo.

Quando se leem os documentos que foram elaborados pelo Governo Regional a este propósito, e da previsão e os mecanismos de resposta a este fenómeno, o que se verifica é que nada disto estava previsto. Se olharmos para os

documentos, por exemplo, elaborados pela IROA, o que nós verificamos que, por exemplo, só falando do caso do Pico e falando do caso do Corvo, não estavam planificados investimentos no sentido, não até 2017, eu estive a ler os relatório, não estavam previstos investimentos significativos, e então na Ilha do Corvo muito menos.

Deputado André Bradford (PS): Mas isto não é sobre a ilha do Corvo!

O Orador: A Ilha do Corvo é um bom exemplo nesta matéria.

Infelizmente, é um bom exemplo nesta matéria, infelizmente.

Mas o que importa aqui dizer é o seguinte. Também na documentação em relação à rede hidrológica, existe a mesma falta de perceção, existe a mesma falta de estratégia. Ou seja, não estão planeadas as respostas que as nossas ilhas precisam do ponto de vista do aumento da capacidade de aproveitamento, reserva e distribuição de água para a agropecuária.

Nesta matéria, eu considero que isto é evidente. Eu considero, por exemplo, também que, no caso da IROA, eu não consigo compreender como é que o Dr. Ricardo Silva continua em funções. Eu não consigo perceber como é que o Dr. Ricardo Silva continua em funções com os problemas ...

Deputado André Bradford (PS): Oh Sra. Presidente, isto não tem nada a ver!

O Orador: Tem tudo a ver. Oh Sr. Deputado André Bradford, então agora aqui já não se podem atribuir responsabilidades políticas ao Governo?

Não se podem atribuir responsabilidades políticas a quem gere, por exemplo, as reservas, os reservatórios agrícolas? Já não se podem atribuir responsabilidades políticas?

Deputado André Bradford (PS): Pode tudo!

O Orador: Oh Sr. Deputado, eu quero-lhe dizer que este Parlamento ainda é um Parlamento democrático, e vossa excelência não pode proibir um deputado deste Parlamento de atribuir responsabilidades políticas.

Mais do que isso, reitero outra vez. Eu não consigo compreender como é que o Dr. Ricardo Silva, que é o Presidente do Conselho de Administração da IROA, continua em funções.

Não consigo perceber! Com a falta de planificação, a falta de resposta, a falta de estudo em relação a estas questões, com um trabalho que é zero, é rigorosamente zero, sobre todas estas questões, eu não consigo perceber como é que o Dr. Ricardo Silva continua em funções!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O que o senhor está a dizer é mentira!

O Orador: Não consigo compreender!

É uma incompetência brutal, uma falta de planificação brutal!

E, portanto, é evidente que eu não concordo com o que o Partido Socialista agora...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão possa continuar a sua intervenção.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Está a chamar mentiroso ao Sr. Deputado!

O Orador: Há uma coisa em política que se chama, e que é próprio dos regimes democráticos, quem não tem responsabilidade política é nas ditaduras, os ditadores são intocáveis, mas nas democracias existe uma coisa que se chama responsabilidade política, e quando existe responsabilidades políticas como aquelas que eu estou a apontar agora, que é falta de previsão, a falta de trabalho, a falta de estratégia, a falta de resposta, que é diretamente do IROA, que eu considero que o trabalho tem sido um absoluto desastre! Um absoluto desastre! Estamos aqui a falar do Pico, mas se falarmos na questão do Corvo, ainda é maior, como a ausência absoluta de fiscalização também em relação a estas matérias!

Eu penso que a responsabilidade política aqui é evidente! Quando o PSD apresenta agora uma proposta com um conjunto de iniciativas, que eu considero importantes, ou seja, isto o que está a fazer é a sinalizar um conjunto de investimentos que já deveriam ter sido realizados, que já deveriam ter sido planificados, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Claro que sim! Mas quem é que está a dizer o contrário!

O Orador: ... que já deveriam ter sido considerados, e é nesta matéria que considero que é inadmissível a falta de responsabilidade política do Sr. Presidente do Conselho de Administração da IROA.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não pode dizer que o trabalho da IROA é zero! Isso é mentira!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): É do presidente!

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Pronto, como o Sr. Deputado está distraído, Sr. Deputado Marco Costa, bem sei que a água que será captada no furo do Cabeço...

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Bem sei que a água que será captada no furo não é dirigida exclusivamente à agricultura, mas, na verdade, aquilo que vamos ter, do ponto de vista do sistema global da rede de abastecimento da Madalena, há um crescimento e uma disponibilidade de água diária, e que, naturalmente, a gestão

terá que ser feita entre o município e, naturalmente, a IROA no sentido de garantir.

Agora, do ponto de vista global, o sistema melhora, isto aí parece-me que é inequívoco.

Em relação à intervenção do Paúl, de facto, corrigir não resolve o problema do Pico, resolve o problema das Lajes do Pico.

No que se refere aos técnicos especialistas a que o Sr. Deputado refere-se que estão a assessorar a IROA, os técnicos que estão em causa ainda não se debruçaram sobre essa matéria, sobre a questão específica que está em discussão deste diploma. Aliás, tal como eu disse, e tive oportunidade de referir em sede de Comissão, tanto mais que só agora é que eles estão a iniciar o trabalho de avaliação em relação ao futuro.

Aliás, neste momento há um documento estratégico, ao contrário do que diz ali o Sr. Deputado Paulo Estêvão que não é estratégia, esta é mais uma prova em que a Região está a trabalhar num conjunto de documentos estratégicos para deixar para o futuro e para a próxima legislatura um conjunto de investimentos que serão necessários fazer-se no abastecimento de água à agricultura e à pecuária, não só na Ilha do Pico, mas também a outras ilhas.

Sr. Deputado Marco Costa, em relação ao protocolo da Câmara Municipal da Madalena e ao atraso que se verificou na sua implementação, o Sr. Deputado sabe perfeitamente por que é que aconteceu, teve a ver com questões do terreno, com questões jurídicas e complexas, daí que aquilo que o Governo tem procurado fazer, e temos feito, é executar os seus planos com o máximo de rigor e com a máxima taxa de execução, no sentido de assumir os compromissos que têm sido anunciados para o setor no âmbito das infraestruturas, e aquilo que foi feito pela IROA e também pelo Governo no que se refere ao Pico, é evidente, não só nesses investimentos que estão em curso,

como disse que se totalizam em quase um milhão de euros, mas também nos últimos anos.

Desde 2005 foram investidos quase um milhão e meio de euros e não 200 mil euros, como o Sr. Deputado fez referência.

Deputado Marco Costa (PSD): Estou a falar da água! Só da água!

O Orador: Também queria deixar uma nota em relação àquilo que se pode afirmar em relação à ligeireza. Não se trata de ligeireza. A verdade é que a situação era uma situação que estava devidamente sinalizada, era uma situação que era importante para os agricultores do Pico, e nós quisemos naquele momento sinalizar, assumindo um compromisso.

A verdade é que depois mais tarde essa situação verificou-se que tecnicamente não era possível. Não há mal nenhum nisso, assumimos isso com toda a transparência. Agora, confundir isso com ligeireza é uma situação completamente diferente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, hoje o Sr. Deputado surpreendeu-me. Sempre pensei que ia pedir a cabeça do Secretário da Agricultura. **Deputado André Bradford (PS):** Já pediu!

O Orador: Não. Pediu a cabeça do Dr. Ricardo Silva.

Sr. Deputado, nós continuamos focados, e a IROA e o Governo estão focados apenas numa coisa, que é: fazer o melhor trabalho possível, dar as melhores respostas ao setor, fazer os investimentos que são necessários em função dos meios que temos disponíveis.

No outro dia tive oportunidade de dizer isso, e vou repetir, não tem nada a ver com água, mas nós ao nível dos caminhos, por exemplo... não é um desvio para os caminhos, mas é só um parêntesis.

Nós na Região ainda temos duas realidades distintas. Há dias, o telejornal abria com uma grande notícia: havia um problema com buracos nos caminhos do Pico. É verdade!

Estamos a resolver o problema de buracos de caminhos que foram construídos há 25 anos. Na semana passada tive na apresentação de um projeto na freguesia de Santa Bárbara, no concelho de Ponta Delgada. Eles reclamam que não têm na sua freguesia nenhum caminho pavimentado. É verdade! Ainda vem do tempo dos governos do PSD e também dos governos do PS.

Mas a verdade é que a Região não tem fundos suficientes, nem nunca terá, para nós termos os caminhos todos pavimentados agrícolas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma questão de prioridades!

O Orador: ... e para termos água em todas as explorações agrícolas.

Agora, aquilo que temos feito e que vamos continuar a fazer é, com os meios disponíveis, gerir os recursos da melhor maneira, de modo a conseguirmos resolver um problema, que é verdade, que é um problema estrutural, mas é um problema que nunca terá solução no futuro, por mais fundos que existam. Porque, entretanto, há caminhos que se degradam, e que é preciso reconstruir. Há redes de água que se degradam e é preciso reconstruir. O mesmo acontece com os reservatórios.

Portanto, este é um trabalho infinito, mas é um trabalho que nós temos que fazer com todo o empenho, com toda a dedicação, e na gestão mais eficiente dos recursos que estão disponíveis.

É isso que vamos continuar a fazer no futuro.

Portanto, Sr. Deputado, vir aqui pedir a cabeça do Dr. Ricardo Silva não resolve o problema.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Resolve, resolve!

O Orador: O que resolve o problema é trabalhar no terreno todos os dias. É isso que eu faço e é isso que faz o Sr. Presidente do IROA.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, ficamos esclarecidos em relação à primeira pergunta, até porque o senhor reconhece, de alguma forma, que não terá sido a decisão mais feliz de fazer o anúncio da construção dos reservatórios sem pelo menos consultar a IROA. A IROA ou o IROA, antes era o instituto, agora é a Sociedade Anónima, mas digamos a IROA.

No entanto, em relação à segunda questão, nós continuamos com dúvidas, porque o senhor disse em Comissão que a construção dos reservatórios era inviável do ponto de vista técnico, mas que a IROA continuava à procura de locais alternativos. Depois aqui diz que o projeto foi abandonado.

Portanto, é importante nós percebermos se o projeto foi abandonado em relação ao local, que tinha sido originalmente indicado, ou em relação à construção dos reservatórios, porque se o projeto tivesse sido totalmente abandonado, isso significa que o Governo se considera satisfeito com a conclusão do furo do Cabeço Pequeno e fica satisfeito com a disponibilidade de água, à justa, para satisfazer as necessidades de abastecimento de água à agropecuária.

E o que isto quer dizer, o CDS está à vontade para falar em relação às alterações climáticas, porque já em 2014 apresentámos aqui um Projeto de Resolução e que foi aprovado por unanimidade. Foi aprovado por unanimidade apesar de algumas não terem sido cumpridas, mas não me faça ir por aí, Sr. Deputado André Bradford.

E, portanto, estamos à vontade para falar nesta matéria. O que acontece é que se, previsivelmente, teremos períodos cada vez maiores de seca, isto implica que esta capacidade de abastecimento de água não será suficiente. Ou então, se houver possibilidade, isso seria positivo, um aumento do consumo de água por via do aumento da atividade agropecuária, não será suficiente.

E, portanto, é importante que o senhor esclareça se serão construídos novos reservatórios, independentemente de ser noutra sítio, ou se o projeto foi completamente abandonado.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor é uma pessoa que eu respeito muito, tenho muita consideração, e é uma pessoa muito trabalhadora e muito inteligente, mas, de facto, na política tem que haver um bocadinho de coerência e algum princípio.

O senhor quando falou na Ilha do Pico... olhe para mim, se faz favor. Quando falou na ilha do Pico e em relação que não havia planeamento, e que não havia trabalho feito, e “pede a cabeça” do Sr. Presidente da IROA, para o senhor ter conhecimento do que tem sido feito no Pico, não quer dizer que estamos satisfeitos. Nós queremos mais, e há essa necessidade.

Mas tenho que lhe dizer o que é que está em curso do ponto de vista do planeamento.

Prolongamento do abastecimento de água da Lagoa do Capitão para Chão Verde, em São Roque, o que irá beneficiar 22 hectares e 34 explorações.

Prolongamento do abastecimento de água da Lagoa de Capitão para Cabecinhos, concelho das Lajes, que irá beneficiar 210 hectares e 49 explorações.

Projetos em estudo, estamos a falar no médio prazo, que é um projeto extremamente importante, não só, penso que está em estudo, para a Ilha do Pico do ponto de vista do abastecimento de água às populações e à lavoura, que tem a ver com essa possibilidade da Caldeira da Lagoa do Paúl das Lajes.

Depois, o que foi feito, obras em execução.

Falou-se aqui há pouco do Cabeço Pequeno da Madalena, que será uma mais-valia, quer do ponto de vista de abastecimento à população, mas também para a lavoura.

Execução de reservatórios na Prainha. Dois reservatórios de 250 metros cúbicos irá beneficiar 567 hectares e 53 explorações beneficiadas.

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor está a ler o documento do Conselho do Governo!

O Orador: A outra obra de extrema importância, que é a Lagoa do Paúl, da Ribeirinha, não só pela sua localização, pela capacidade de água, estamos a falar de 6800 metros cúbicos, mas que, acima de tudo, vai abastecer as populações das freguesias da Ponta da Ilha, da Calheta, da Ribeirinha, da Piedade, e inclusive a freguesia de Santo Amaro.

Portanto, outros investimentos efetuados na Ilha do Pico: a captação da Lagoa do Capitão; a construção de dois reservatórios no Alandroal, nas Lajes; a construção de dois reservatórios no Caminho Escuro, nas Lajes; a construção de um reservatório de 250 metros cúbicos em São Roque; a construção de um reservatório de 250 metros cúbicos na Criação Velha, na Madalena; construção de dois reservatórios de 500 metros cúbicos no Canzana e no Cerrado Grande nas Lajes do Pico; a recuperação do furo da Mirateca, da Câmara Municipal da

Madalena para abastecimento de água à pecuária; a construção do tanque de 90 metros cúbicos em Santo Amaro.

E o senhor diz que não há planeamento e que nada foi feito?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou-lhe dar um número. A Ilha do Corvo este ano ficou sem água, os agricultores ficaram sem água. Sabe quanto é que estava previsto em termos de investimento de água? 119 euros! 119 euros!

Portanto, o Sr. Deputado não me venha falar em responsabilidade, em antevisão e em trabalho. 119 euros!

Deputado André Bradford (PS): O debate não é sobre a ilha do Corvo!

O Orador: Sabe quanto é que estava previsto no ano a seguir? Zero!

Portanto, Sr. Deputado, não me venha falar em capacidade de planeamento e em estratégia.

Depois, olhe bem, plano de atividades e orçamento. Sabe o que é que tem aqui escrito? “Pico” diz assim, o preambulo: “Infraestruturas de ordenamento agrário, abastecimento de água”.

Qual é o investimento que está previsto? É o da Lagoa do Paúl, é o único que é referenciado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Qual é o ano disso?

O Orador: Se for ver no ano anterior o investimento, a mesma coisa.

Veja bem se entende isto, eu não quero governantes que enfrentam os problemas que surgiram, porque agora temos a catástrofe, porque agora a

população está a protestar. Eu quero é capacidade de planeamento, de evitar os problemas. Não é quando falta a água, quando já está a desgraça instalada.

Eu quer a capacidade de planeamento, capacidade de planear as coisas evitando que elas possam suceder no futuro, e não foi isso que aconteceu no Pico.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não é verdade!

O Orador: Se tivesse acontecido, o Pico não estaria confrontado, como outras ilhas, com as dificuldades que estão a enfrentar, porque o Sr. Deputado vá perguntar aos agricultores todos da nossa Região se considera que o trabalho de planeamento, a antevisão dos problemas que poderíamos ter a curto prazo, foi feito. Não foi feito!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Claro que foi feito!

O Orador: Ninguém concorda com a sua opinião.

Eu não venho aqui, Sr. Secretário, pedir a cabeça dos Srs. Secretários porque este Governo não faz a remodelação a esse nível, já percebi.

Portanto, é só para baixo dos Secretários. Não vou insistir com os Srs. Secretários, é tempo perdido.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso tem muito a ver com a qualidade dos secretários!

O Orador: Só se faz a remodelação ao nível dos Diretores Regionais e para baixo, portanto, só posso ir ao IROA porque considero que o Sr. Secretário está protegido, e todos os Secretários. Não há remodelação a esse nível. Portanto, não vale a pena gastar o meu latim. Não vale a pena também gastar minha espada nessa matéria.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): É a competência dos Secretários!

O Orador: O que lhe devo dizer é que eu peço a responsabilidade política porque a minha apreciação política é de que o Sr. Dr. Ricardo Silva está a fazer um péssimo trabalho.

Há muita gente na Região que também considera que ele fez um mau trabalho noutros locais onde ele já esteve e também já tiveram oportunidade de agir nesse sentido que eu agora estou a solicitar.

E o que eu estou a solicitar é que, perante a incompetência patente deste responsável pelo IROA, evidentemente que o senhor possa providenciar o seu afastamento. Para quê? Para que os resultados possam melhorar, porque eu quero uma Região em que exista responsabilidade política, porque se um dia eu estiver a exercer funções governamentais, e se exercer com ineficácia, pois eu quero que vossas excelências peçam a minha responsabilidade política e, evidentemente, eu irei neste Parlamento colocar o meu cargo à vossa disposição.

Agora, isto é o melhor dos mundos! Então, não há responsabilidade política na nossa região? Faz-se um trabalho destes, com este défice de trabalho, e não há responsabilidade política?

Não pode ser.

Deputado Mário Tomé (PS): O senhor não tomou nota!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dar um contributo para este debate, porque sempre que falamos em infraestruturas agrícolas há uma responsabilidade pública muito grande. A iniciativa do PSD relativamente às preocupações com o abastecimento de água agrícola no Pico, são um mero exemplo daquilo que vão ser os desafios futuros, e já são, na disponibilidade e na gestão de água nos Açores.

Em tempos que já lá vão, pensámos nós, que a água não seria um problema dos Açores porque para nós ela existia em excesso.

Já não é atualmente assim, e com as alterações climáticas, no futuro este vai ser um dos grandes desafios que obriga a investimentos e à gestão pública capaz.

Ora, nós não podemos chegar ao momento da discussão dessa iniciativa do PSD relativamente ao Pico e o Sr. Secretário Regional dizer que agora é que vai ter um conjunto de especialistas no IROA para estudar o problema do abastecimento de água.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Nós não podemos chegar ao século XXI e ouvir o Sr. Secretário dizer, como já disse no outro dia, que 40% das explorações agrícolas são abastecidas em água, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que ele disse!

O Orador: ... o que quer dizer que há 60% das explorações agrícolas sem água no século XXI, e nós sentirmo-nos confortáveis com isso.

Nós não podemos estar aqui a pensar em investir em reservatórios, em investir em soluções, sem pensar na água nas explorações agrícolas. E, portanto, há que ter uma visão estratégica diferente e, fundamentalmente, canalizar recursos para esse tipo de investimentos.

E a nossa preocupação não é relativamente ou PRORURAL + de 2014/2020, que está quase a acabar e o Sr. Secretário ainda não nos disse que verbas, que meios disponíveis existem no PRORUAL até 2020.

Se calhar seria bom dizer-nos hoje quais são as verbas disponíveis do PRORURAL + para investimento em abastecimento de água agrícola nos Açores. Já era uma ajuda para ponderarmos, até 2020, que recursos é que podemos ter.

Mas a nossa preocupação tem a ver com o próximo quadro comunitário de apoio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É porque nós não podemos deixar de olhar em frente e sugerir ao Governo que, no acompanhamento da reforma da PAC, na discussão que vai haver dentro do estado-membro relativamente aos fundos para 2021-2027, o Governo não ter esse tipo de preocupações e não negociar os fundos que necessita, associados aos recursos regionais, para esse tipo de investimentos.

E, portanto, também não podemos aceitar que a cada sugestão que um partido da oposição faça, ela é tecnicamente inviável sempre, mas depois nunca ficamos a conhecer qual é a solução técnica viável.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E, portanto, o Sr. Secretário não se pode esconder nesse tipo de argumentação.

Se quiser pensar estrategicamente relativamente a infraestruturas, tem que assumir, claramente, um estudo caso a caso, ilha a ilha, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): O Governo já está a fazer isso!

O Orador: ... a realidade de cada uma delas, percebendo quais são os seus desafios futuros, ou então vai continuar a gerir dia-a-dia, momento a momento, aquilo que é fundamental e que é da responsabilidade do Governo Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso Miguel, naturalmente que o Governo, aliás, eu tive oportunidade de dizer isso na minha anterior intervenção, está insatisfeito. Está insatisfeito, por isso é que procura fazer cada vez mais e melhor pelo setor e, nomeadamente, pelas infraestruturas. Isso é evidente.

Quando nós, se olharmos para o plano de 2018 e 2019, e olharmos o plano de 2017 em relação às infraestruturas, isso é óbvio.

Deputado Luís Maurício (PSD): É essa a frase-chave!

O Orador: Não é frase-chave, Sr. Deputado, são números, são factos.

O plano das infraestruturas agrícolas cresceu de 2017 para 2018, 135%. Este ano vai crescer 9%. São factos.

Ou seja, isso mostra o quê? Mostra a vontade do Governo em recuperar o atraso que existe, em dar melhores condições aos agricultores.

Portanto, isso são números, são factos.

Podem dizer: “Bom, no final do ano a execução não foi 100%, foi 85%, foi 80”.

Pronto, afeta-se dessa correção. Não cresceu 135%, cresce ligeiramente menos. Não cresceu 10%, cresce ligeiramente menos.

Mas, na verdade, existe uma linha de rumo, existe uma estratégia no sentido de dar melhores condições aos agricultores em termos de infraestruturas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Isto é evidente e os números assim o atestam.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado continua a meter água nas suas intervenções, já que estamos aqui a falar de água.

Eu já tive oportunidade de dizer aqui, não me recordo em que debate, no caso concreto da Ilha do Corvo a gestão da água é da responsabilidade exclusiva e única do município do Corvo.

A IROA, ou o Governo Regional, não dispõe de fontes de captação de água no Corvo, e, como tal, a responsabilidade da gestão é do município do Corvo.

E aquilo que o IROA tem feito é colaborado pontualmente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não constrói infraestruturas?

O Orador: ... com o município do Corvo.

Já lhe tinha transmitido isso, por duas ou três vezes, o Sr. Deputado torna a insistir.

Agora, é assim, isso não invalida que, por exemplo, na última visita estatutária realizada no Corvo, nós tenhamos decidido reforçar a capacidade de armazenamento de água na Ilha do Corvo, daí que vamos construir um reservatório no decorrer deste ano para reforçar a capacidade de armazenamento. Mas a gestão de água, no caso concreto, é do Corvo.

E há outros municípios onde a IROA não tem disponibilidade da rede em todo o território. Portanto, é uma gestão partilhada do abastecimento de água à lavoura, e sempre foi assim e sempre vai continuar a ser assim.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a fiscalização de quem é a responsabilidade?

Deputado André Bradford (PS): Há pouco era o investimento, agora é a fiscalização!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O investimento e a fiscalização!

O Orador: Sempre foi assim e sempre foi continuar assim, Sr. Deputado.

Portanto, é preciso deixar aqui essa nota.

E outra nota também. Este verão foi um ano particularmente difícil, se calhar, da última década o pior ano de todos em termos de abastecimento de água ao setor. E tivemos problemas de rutura, que não chegou a ser rutura, mas, no fundo, na Ilha de São Miguel onde, de facto, a situação da capacidade de armazenamento é menor, porque de resto, na maior parte das ilhas, não houve situações de rutura. Porquê?

Porque ao longo dos últimos anos houve investimentos muito significativos por parte do IROA, de milhões e milhões de euros na construção de lagoas artificiais, em furos, em redes, enfim, num conjunto de investimentos que permite, por exemplo, que hoje 40% dos agricultores tenha água.

Deputado António Almeida (PSD): Muito mau!

O Orador: Sr. Deputado, e no tempo do PSD? O que é que o senhor dizia ao Sr. Presidente do Governo no tempo do PSD em relação ao abastecimento de água e de caminhos?

O que é que fazia, o que é que o senhor lutou?

Ah, o senhor não andava por cá neste mundo ainda. Oh Sr. Deputado, oh Sr. Deputado... Não, é bom!

Oh Srs. Deputados, para nós percebermos o ponto que estamos, é preciso perceber o percurso que fizemos, e a agricultura não começou em 1996. Já havia agricultura e agricultores antes de 1996. É verdade, Srs. Deputados.

E se olharmos para aquilo que foi executado pelos governos do Partido Socialista de 96 até agora, em 22 anos, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Quando se faz referência a isso é que não se tem argumentos!

O Orador: ... e se olharmos de 96 até 1976, vamos perceber, nesse aspeto, que a evolução e as taxas de crescimento foram muito grandes.

E também já havia fundos comunitários antes de 96. Não é verdade, Sr. Deputado?

Agora, aquilo que estamos a fazer neste momento é uma recuperação que é significativa. É verdade que, já tive oportunidade de dizer aqui, não vamos conseguir resolver, nem nesta, nem na próxima, nem nas seguintes legislaturas, toda a situação que nós temos ao nível de infraestruturas. Nunca vamos ter todos os agricultores com água nas suas propriedades, isso é evidente.

Portanto, os Srs. Deputados virem para aqui fazer demagogia com números, não vale a pena. Temos que falar na realidade dos agricultores, e os agricultores sabem o esforço que é feito pelo IROA, pelo Governo, pelas florestas, no sentido de dar melhores condições de trabalho a eles. E é isso que vamos temos feito isso, e é isso que vamos continuar a fazer com os recursos que temos disponíveis.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção, ou um modesto contributo, face ao rumo que este debate levou.

E eu queria começar por dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que a questão do Corvo é uma questão que está por mais explicada, teve a ver com uma questão circunstancial em que o Corvo se transformou num estaleiro, fruto de um conjunto vastíssimo de investimentos por parte do Governo.

Isso afetou a agricultura? É verdade. A Câmara esteve muito bem, tentou resolver o problema, os empreiteiros passaram a utilizar água salgada, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Água salgada para construção civil é muito bom!

O Orador: ... a situação está ultrapassada, para o ano será melhor, e, portanto, esta é que é verdade.

E o senhor vir aqui através de um caso particular tentar fazer uma generalização, é uma coisa, Sr. Deputado, é descabida e acho que até lhe fica mal no seu círculo eleitoral, mas em relação a isso não me preocupar muito.

E há uma outra questão que também tem que ser dita, e que eu queria aqui sublinhar o que foi dito pelo Sr. Secretário, e há aqui uma questão que é a perceção que podem ter, e outra coisa é a realidade.

Eu e muitos colegas meus, nós tivemos oportunidade, na sequência da seca em condições extremas no verão passado, de visitar em algumas ilhas explorações que estavam a sofrer os impactos da falta de água, e, conforme eu disse no debate do plano e orçamento, aquilo que foi a nossa conclusão, não desvalorizando o problema que os agricultores sentiram, mas nós temos que dizer a verdade, até porque os problemas que foram sentidos foram uma exceção, e aquilo que foi possível constatar é que, em condições extremas, não ficou à vista a debilidade da nossa rede de captação de águas. Ficou à vista sim, o enorme investimento que tem sido feito na captação de água e na adução de água às explorações, e por isso é que nós hoje vamos a caminho de metade das explorações com água, vamos a caminho de mais de um quarto das explorações com eletrificação.

E, portanto, é esse o desenvolvimento que nós estamos a ter na nossa agricultura. Um desenvolvimento que é uma obra do Partido Socialista e um mérito do Governo do PS, e é isso que tem que ser salientado.

E há um outro aspeto, Sr. Deputado António Almeida, muito importante. Nós valorizamos sempre o contributo do Partido Social Democrata. O senhor ponha isso na sua cabeça. A questão é que os senhores têm que se esforçar um pouco nesse contributo, e digo-lhe isso com toda a franqueza. E o senhor abordou aqui uma matéria da maior importância e que, eu creio que em junho, quando nós aqui neste Parlamento fizemos uma pronúncia própria sobre as negociações com vista ao próximo orçamento plurianual da União Europeia, salientámos que era muito importante o contributo e o envolvimento de todos.

E, por isso, reitero aqui que no que diz respeito à preparação desse trabalho, acho que é importante o envolvimento deste Parlamento e a participação de todos os partidos, inclusivamente o PSD.

Portanto, Sr. Deputado, nós estamos abertos à cooperação, abertos à colaboração. Ela tem é que ser uma colaboração fecunda, uma colaboração substantiva, porque o PS, já o provámos no passado, não deixará de considerar os contributos válidos de toda a oposição.

Aliás, Sr. Deputado, se dúvidas existissem, façamos um exercício de memória há 15 dias atrás. O plano e o orçamento da Região foram aprovados após um processo negocial que contou com o apoio de dois partidos aqui representados.

Portanto, isto prova que nós somos uma maioria positiva, uma maioria reformista, uma maioria dialogante, uma maioria que está aberta ao contributo da oposição, assim queira a oposição contribuir.

E, portanto, Sr. Deputado, o nosso empenho e o nosso envolvimento é total em termos uma agricultura mais moderna, mais desenvolvida e mais próspera, porque é para isso que nós estamos a trabalhar há muitos anos, como foi aqui muito bem-dito pelo Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não podemos é cair no erro de falar em abastecimento de água agrícola, quando acontece uma seca severa. Nós não podemos preocupar-nos com os caminhos para fazer a apresentação mediática de um projeto que não sabemos quando é que fica pronto. É isso que nós não podemos fazer, demagogia com a agricultura. Sr. Deputado e Sr. Secretário Regional, com essa seca severa não ficou nenhum animal sem acesso a água, não é disso que se trata. Não ouvimos falar em nenhum bovino que tenha morrido por falta de água.

O que nós queremos é que o Governo cumpra com investimentos estratégicos e públicos para disponibilizar a água a que têm direito os agricultores, porque ninguém quer discutir quanto é que custa o transportar um metro cúbico de água para uma exploração agrícola, ninguém quer fazer esse exercício. Ninguém o faz para um hotel, ninguém o faz para uma empresa comercial, mas ninguém quer fazê-lo relativamente ao setor agrícola.

E gostava de deixar aqui também um outro alerta. Nós estamos a falar na escassez da água, na disponibilidade de água, e também nos consumos, e estamos a esquecer-nos que esta disponibilidade é aquela que vai servir a agricultura, mas também vai servir o turismo direta e indiretamente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): E os residentes!

O Orador: Os consumos de abastecimento público estão a crescer de forma exponencial por causa do crescimento do turismo e, portanto, essa disponibilidade de água vai ter que ser repartida por diversos tipos de consumidores, razão pela qual, quer ao nível das captações, quer ao nível da rede de armazenagem e da distribuição, os investimentos têm que ser avultados. O nosso contributo hoje é dizer ao Sr. Secretário Regional, do qual ficamos à espera que nos faça chegar as últimas posições relativamente às negociações da PAC, que deu nota pública a semana passada, como ficou obrigado a fazê-lo junto deste Parlamento, que nos faça chegar as posições que estão a ser

negociadas com o Ministro da Agricultura relativamente ao futuro da PAC e o impacto nos Açores.

É isso que nós precisamos também para dar o nosso contributo, porque nós não estamos a negociar a PAC com Bruxelas nem com o Ministro da Agricultura.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, é esse trabalho que estamos disponíveis para fazer, Sr. Deputado José San-Bento.

Vamos dar o nosso contributo, estamos aqui a dar o nosso contributo. E o facto de sugerirmos soluções, são contributos que os senhores devem aceitar. A ver vamos se assim não é.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu coloquei-lhe a questão duas vezes e o senhor não respondeu a esta questão, que nós consideramos que é essencial esclarecer.

O senhor vai ou não construir os dois reservatórios que anunciou?

O senhor não quis responder, isso leva-me a crer que não vai construir, e se não vai construir, eu sou forçado a tirar duas conclusões à partida.

A primeira é que o senhor foi ao Pico faltar à verdade com os Picarotos, porque uma coisa era não construir no sítio onde prometeu porque não era viavelmente técnico, outra coisa é abandonar o projeto.

A segunda conclusão que nós retiramos é que isso revela uma tremenda falta de estratégia, porque significa que os senhores estão satisfeitos com a capacidade

de abastecer atualmente as necessidades e não se preocupam com um futuro e com um aumento dessa necessidade, que será previsível em termos futuros.

E, portanto, não é, de facto, este tipo de governação que nós precisamos para os Açores.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era, naturalmente, para intervir neste debate, mas como se alargou aqui o âmbito, não posso deixar passar uma afirmação que eu considero leviana do Sr. Deputado José San-Bento.

O Sr. Presidente da Câmara do Corvo tem toda a razão naquilo que fez, quando o Sr. Presidente da Câmara, após ser alertado que devia haver falta de água, quando o Sr. Presidente da Câmara do Corvo, ao abrigo de um acordo de cavalheiros, aliena um bem público que é a água, a água não é da Câmara do Corvo, a água não é do Presidente da Câmara do Corvo. A água é do povo do Corvo! A água é um bem público, não é sujeita a acordos de cavalheiros. É sujeita sim, ao respeito, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... é sujeita à boa administração.

E, portanto, nós não podemos aceitar isso, Sr. Deputado José San-Bento.

Mesmo que o Corvo tenha sido feito num estaleiro, há uma prioridade, ...

Deputado José San-Bento (PS): E ainda está!

O Orador: que é o bem público, que é a água.

E há alternativas técnicas para se fazer obra não usando a água essencial, quer às pessoas, quer à lavoura, quer à vida no Corvo.

E, portanto, não é admissível que se faça um acordo de cavalheiros entre uma Câmara e uma empresa, e isso é que os senhores deviam justificar porque não está justificado até hoje!

A água é um bem público, Sr. Deputado, um bem público. Não se cede a uma empresa para ela poupar nos custos, para não dessalinizar a água!

Não pode ser, Sr. Deputado! Isso é impossível fazer!

Isso não pode ser feito, e o CDS não pode deixar de dizer aqui: o Sr. Presidente da Câmara do Corvo procedeu mal, o Corvo esteve em vias de não ter água, houve até racionamento de água.

E, portanto, não podemos aceitar, e temos que condenar este acordo de cavalheiros que ia levando a uma situação de seca dramática no Corvo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vale a pena começar por dizer que eu também não fazia intenções de intervir neste debate porque me parece que isso é mais ou menos óbvio, mas já que a latitude do debate atingiu o facto de estarmos a apreciar uma iniciativa sobre o Pico, mas estarmos a falar do Corvo, eu também me sinto habilitado a participar nesta fase do debate.

E o que eu gostava de dizer é que, do ponto de vista da bancada parlamentar do Partido Socialista, é difícil perceber que juízos fazem determinados partidos e determinados grupos parlamentares sobre o trabalho que nós fazemos em Comissão e sobre o seguimento que as iniciativas têm.

Há uma iniciativa do PPM sobre esta matéria para apurar o que se passou no Corvo em termos de abastecimento de água. Há um conjunto de diligências a serem estabelecidas para esclarecer o assunto, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não fui eu que falei nisso! Foi a sua bancada!

O Orador: ... e antes mesmo que nós façamos qualquer trabalho, ouçamos qualquer personalidade, nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara do Corvo, antes mesmo de alguém vir junto do Parlamento esclarecer a atuação que tomou politicamente, está o juízo feito, acabámos de ouvir o juízo político. “Inaceitável”; “Escandaloso”; “Uma falta de uma falta cuidado com a ilha e com a comunidade”; ...

Deputado José San-Bento (PS): O deputado atrás de si fez o mesmo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está a mentir!

O Orador: ... “A cedência de bem público”.

Então, mas o que é que a gente faz aqui neste Parlamento? Para que é que serve o trabalho em Comissão? Para que é que o Parlamento contacta as personalidades e pede esclarecimentos?

Não é compreensível! Os açorianos não podem compreender que se apresente uma iniciativa política nesta Casa e que previamente a qualquer esclarecimento, qualquer contacto, qualquer contributo da sociedade civil, os partidos já fizeram o juízo político!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores também!

O Orador: E juntam-se aqui numa coligação *ad hominem*, porque, eventualmente, não vos é muito simpática a figura do Sr. Presidente da Câmara do Corvo, e já fizeram o juízo. E agora a seguir vão para a Comissão pedir ao Sr. Presidente da Comissão e aos restantes deputados que votem as diligências para ouvir e esclarecer uma situação que os senhores já fizeram o seu juízo político.

Sra. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não percebe este entendimento do trabalho em Comissão, não percebe para que é que as

iniciativas servem, se à partida está determinado um determinado tipo de orientação política.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor acrescentou um ponto àquilo que eu disse, mas já lhe vou explicar!

Deputado André Bradford (PS): Só estou de ouvidos!

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso Miguel, eu pensava que tinha sido claro na minha intervenção.

Naturalmente que o Governo vai solicitar à IROA que proceda à construção dos reservatórios, das condutas, dos pontos de abastecimento que forem necessárias e que resultarem da necessidade que o setor tenha, e que alguns deles vão ser identificados no âmbito dos estudos que nós, o Governo, dê instruções à IROA na sequência da situação particularmente difícil que atravessámos este ano, e que dê instruções ao IROA para avaliar a situação atual em termos de infraestruturas e definir um plano de ação para os próximos 10 anos. Aliás, o plano de ação que será muito útil para aqueles que são os investimentos que irão ser financiados pelos fundos comunitários.

E se o fez para determinadas ilhas, isso quer dizer o quê? Quer dizer que as outras ilhas já têm o problema resolvido porque foram feitas infraestruturas muito significativas, o que demonstra que houve planeamento por parte do IROA, que houve investimentos que foram realizados.

Aliás, e posso dizer aqui que se olharmos à história da IROA desde 86 que foi criada como um instituto público até 2017, estamos a falar num horizonte de 30 anos, foram investidos 55 milhões de euros só no abastecimento de água, e mais

de 50% foram investidos na última década, o que dá nota da importância que o Governo deu e a atenção que deu para os investimentos no abastecimento de água à agricultura.

Portanto, não se pode vir dizer para aqui que não há planeamento, que o Governo só se preocupou com o abastecimento de água aos agricultores por causa da seca porque isso é mentira, e o Sr. Deputado sabe disso muito bem.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Se o Sr. Deputado está a acusar-me de fazer demagogia com a agricultura por ir apresentar um projeto que é uma necessidade real, efetiva de uma freguesia, de uns agricultores, são poucos agricultores, mas pelo facto de eles se terem decidido dedicar-se à agricultura numa freguesia pequena com dificuldades, também não vão ficar para trás.

Nós estamos lá a dizer: “Olhem, vamos apresentar isso, é importante, é um compromisso que o Governo tinha assumido há um ano atrás, é uma obra que se vai iniciar no início do próximo ano”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se o senhor acha que isso é demagogia, e então os passeios que o senhor faz com o novo líder do PSD, o que é que é para os agricultores? Também é demagogia? Eu não acho que seja demagogia, é trabalhar pelo setor, é sentir as necessidades do setor, é falar com os agricultores.

Não é demagogia. É trabalhar e estar no terreno.

Portanto, não pode ser só demagogia quando é o PS a fazer ou o Governo a fazer.

É só isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, quem não era para intervir neste debate era, de facto, eu.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão falou do Corvo, ninguém disse nada. O Sr. Deputado José San-Bento veio dar resposta ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado José San-Bento (PS): *En passant!*

O Orador: Falou o que quis, a Sra. Presidente deu, e bem, a latitude, deu a todos.

E, portanto, era só o que faltava, Sr. Deputado André Bradford, eu não ter opinião sobre a água do Corvo, sobre um bem público! Era só o que faltava!

Agora, é falso o que o senhor disse que eu disse que era escandaloso. O que eu disse é que não era aceitável, que é uma coisa diferente.

Deputado André Bradford (PS): É isso!

O Orador: E é condenável, que é uma coisa diferente de ser escandaloso. Porque a água é um bem público, não é meu, não é seu, é de todos! Não é do Presidente da Câmara!

E sobre os julgamentos, lembro-me eu bem do julgamento que os senhores fizeram da pessoa em causa quando ele foi candidato pelo CDS a esta Casa. Eu lembro-me bem disso, do julgamento que os senhores fizeram.

Deputado André Bradford (PS): Agora é que estamos a chegar lá!

O Orador: Agora, vir aqui defender um partido responsável, um grupo parlamentar responsável, defender que se deve usar água de consumo público para fazer obras é que é realmente lamentável!

O Corvo foi transformado num estaleiro e era preciso usar água e, portanto, vamos à obra, gastamos a água e deixamos o povo morrer à sede.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Foi isso que os senhores fizeram, era isso que estavam a fazer!

Se não são tomadas medidas tardias, como cortes de água de 14 horas por dia, que teve que se cortar a água. E cortou-se a água no Corvo porquê? Foi devido à seca ou foi devido ao mau uso da água?

Deputado André Bradford (PS): Pergunte! É por isso é que ele vem cá!

O Orador: É essa pergunta que eu tenho que lhe fazer!

Foi devido à seca ou ao mau uso que fizeram da água ao cederem para fazer obras?

Essa é que é a pergunta que o senhor, enquanto homem responsável, enquanto político responsável, devia condenar, e esse grupo parlamentar e o Governo deviam condenar!

Porque a água não é do Presidente da Câmara, e não se faz acordos de cavalheiros com aquilo que é dos outros, Sr. Deputado André Bradford!

Não se faz acordos de cavalheiros com bens públicos e, sobretudo, com aquilo que é da comunidade.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, é fácil responder-lhe.

Demagogia, sabe o que é? Não é recuar no tempo e ir procurar a governação do PSD. Não é sequer recuar no tempo para o seu antecessor e compreender que em quatro anos não executou 34 milhões do programa 'Agricultura'. É recuar

apenas um ano, o seu primeiro ano de mandato, e o senhor não executou 17 milhões no programa ‘Agricultura’.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Onde isto já vai!

O Orador: Isso é que é demagogia, é o senhor recuar no tempo 20 anos e esquecer-se do seu primeiro ano de mandato e daquilo que não executou.

Não estamos com as contas do terceiro trimestre de 2018 e metade da execução da agricultura. Já o senhor com a vontade que tem de fazer a obra, já devia ter rebentado com o orçamento e com o plano, já devia ter trazido a esta Casa um orçamento suplementar para aumentar as verbas do plano, porque aquilo que o senhor anuncia, é muito mais do que aquilo que o senhor faz.

Isso é que é demagogia!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se mais há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obrigado, Sr. Deputado, ao menos já ficámos a saber o que é que era demagogia. Estamos esclarecidos.

Sr. Deputado, em relação à discussão das taxas de execução, aliás, eu tive oportunidade de fazer essa intervenção recentemente. Aliás, é um tema que eu não fujo ao debate, que fique claro, pode-me questionar as vezes que for preciso sobre essa matéria.

Aquilo que o Governo procura fazer é ter as melhores taxas de execução possíveis no plano, e é uma verdade que também é preciso deixar claro. Se um determinado investimento não foi possível executá-lo num ano, é feito no ano seguinte.

Deputado António Almeida (PSD): Fica para o ano! Para daqui a três anos!

O Orador: Nada deixará de se fazer se a taxa de execução não for 100% e for 85%.

Agora, aquilo que o Governo trabalha, e o empenho do Governo, é ter as melhores taxas de execução para termos as melhores soluções para os problemas que vamos enfrentando todos os dias.

Também foi dito aqui, e volto a reafirmar, que, infelizmente, nós não controlamos tudo, nem controlamos o que não depende de nós: a questão dos concursos, as reclamações que são feitas, os atrasos nos projetos. E o senhor sabe perfeitamente que isso muitas vezes provoca atrasos no desenvolvimento dos investimentos. Aliás, grande parte dos atrasos dos investimentos resulta dessa situação, que não é uma novidade.

Portanto, Sr. Deputado, para que fique claro, o Governo Regional vai continuar a trabalhar, a investir, para ter melhores taxa de execução.

Mas não nos preocupa a taxa de execução. O que nos preocupa é dar resposta aos agricultores e aos problemas do setor.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Informo que o Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos fazer agora um intervalo regimental, mas queria perguntar à Câmara o seguinte: a Mesa de momento não tem inscrições.

Se não houver intenção de se inscreverem, para continuarmos o debate, eu fazia a votação e encerrávamos o ponto.

Se houver intenção de inscrição, ficará para depois do intervalo.

Pergunto então se há intenção de inscrição. Não?

Então penso que estamos em condições de votar este ponto e encerrá-lo antes do intervalo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então fazer um intervalo.

Regressamos às 18h30.

Eram 18 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 58 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto seis da Agenda: **Petição n.º 24/XI – “Pelo encerramento do Parque Zoológico da Povoação”**, apresentada por Jessica Costa Pacheco, na qualidade de primeira subscritora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, relator da Comissão de Economia.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO

PETIÇÃO N.º 24/XI PELO ENCERRAMENTO DO PARQUE ZOOLOGICO DA POVOAÇÃO

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia procedeu à análise e emissão de relatório sobre a Petição n.º 24/XI “Pelo encerramento do Parque Zoológico da Povoação”.

1.º CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 06 de janeiro de 2018 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “Pelo encerramento do Parque Zoológico da Povoação”, sendo a Sr.ª Jéssica Costa Pacheco, a primeira subscritora.

A presente petição visa, concretamente, **“solicitar a intervenção da Assembleia Legislativa Regional para que:**

- **Em cooperação com a Câmara Municipal da Povoação proceda à reconversão gradual do espaço, não permitindo a receção de mais animais; a sua utilização para entretenimento; os animais sejam resgatados das parcas instalações do Parque Zoológico e reencaminhados para outros destinos, como é o caso de santuários, refúgios de animais ou outros locais cujo o seu objetivo não seja o de entretenimento ou exploração animal.”**

2.º CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia, atenta a matéria em apreço, exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º

a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3.º Capítulo – APRECIACÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise começa por referir que “A funcionar em situação irregular há alguns anos, existe no centro da Povoação um Parque Zoológico que foi embargado devido à falta de condições e à falta de cumprimento dos requisitos legais, mas que inexplicavelmente se encontra aberto ao público.”

Acrescentando-se, em seguida, que “Quando se esperava que o mesmo fosse encerrado e os animais fossem encaminhados para locais adequados às suas características, o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação anunciou que a autarquia pretendia investir cerca de 250 mil euros na sua remodelação, com interesse no transporte frequente de animais entre Lisboa e Povoação.”

Assim, pretende-se que se “[...] **proceda à reconversão gradual do espaço, não permitindo a receção de mais animais; [nem] a sua utilização para entretenimento [...].**”

A Comissão Permanente de Economia deliberou solicitar pareceres, por escrito, às seguintes entidades:

- Delegação Regional Ordem Médicos Veterinários;
- Junta de Freguesia da Povoação;
- Assoc. Amigos Açores - Associação Ecológica;
- Associação Animal;
- Associação Açoriana Proteção Animais;
- SRAPAP.

Deliberou, ainda, proceder à audição das seguintes pessoas:

- Médico Veterinário Miguel Amaral, na qualidade de membro do Grupo de Trabalho criado pela Câmara Municipal da Povoação;
- Presidente da Câmara Municipal da Povoação, Pedro Melo;
- Primeira subscritora da Petição, Jéssica Costa Pacheco;
- Secretário Regional da Agricultura e Florestas (SRAF), João Ponte.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 27 de março de 2018, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, procedeu às audições do Médico Veterinário – Miguel Amaral e do Presidente da Câmara Municipal da Povoação.

- **Audição do Dr. Miguel Amaral – Médico Veterinário**

O Deputado Luis Rendeiro interveio para perguntar quais os pontos fortes e pontos fracos do Parque zoológico da Povoação e qual o seu ponto de situação, na presente data. Questionou ainda se está acautelado o bem-estar animal, principalmente dos primatas.

Em resposta, o Dr. Miguel Amaral começou por referir que o Parque da Povoação não está licenciado como um verdadeiro Parque zoológico. Indicou que o atual Presidente da Câmara Municipal da Povoação tem vindo a tentar resolver o problema, ao criar um grupo de trabalho, composto por um médico veterinário, engenheiros e arquiteto paisagista, de forma a criar as condições necessárias para licenciar a infraestrutura como Parque zoológico e assegurar o bem-estar animal.

O Dr. Miguel Amaral argumentou, ainda, que os atuais animais do Parque da Povoação são provenientes do Parque de Lisboa, têm cerca de 20 anos de idade, já se reproduziram e estão devidamente documentados. Referiu, ainda, que as condições atuais não são ideais para os animais, ainda que não estejam em sofrimento, sendo que a Autarquia está a trabalhar para legalizar o espaço, de acordo com a lei.

Interveio o Deputado António Lima para realçar o facto de ter passado muitos anos – desde 2009, sem o Parque zoológico ter sido devidamente licenciado ou encerrado. Assim, perguntou quais as funções que desempenha no atual Parque; quais as funções a desempenhar no futuro; se o atual espaço poderá reunir condições e tamanho para ser licenciado; e se o plano apresentado pela Autarquia implica a importação de mais animais.

O Dr. Miguel Amaral referiu que os animais chegaram aos Açores de forma legal e transparente. Entretanto, já questionaram os responsáveis do Parque zoológico de Lisboa se tinham interesse em receber os animais (primatas) do Parque da Povoação, tendo estes referido que não. Referiu que o próximo passo será estabelecer contacto com o Instituto de Conservação da Natureza no sentido de averiguar se aquela entidade poderá receber os animais. Indicou que lhe foi pedido para estudar a possibilidade de licenciar o atual parque, respeitando o bem-estar animal e o PDM (plano diretor municipal).

Argumentou, ainda, que encerrar o parque não resolve o problema dos animais (primatas), pois continua a ser necessário arranjar uma solução para estes, de forma honesta e transparente. Assinalou que a sua colaboração com a C.M. da Povoação visa garantir o cumprimento da legislação, com todas as regras de bem-estar animal e dos Parques Zoológicos.

Por sua vez, a Deputada Graça Silveira perguntou se as intenções dos peticionários são a melhor forma de resolver o problema, se alguma vez o Parque foi embargado e o que será feito com os 250 mil euros orçamentados. Questionou se os atuais animais são os originais, qual a sua idade e se são considerados animais selvagens ou domésticos. Perguntou, ainda, há quanto tempo existe o grupo de trabalho que foi criado, qual o prazo para resolução do problema e se é mais fácil manter os animais no parque ou se existem soluções, alternativas, mais viáveis.

Face às perguntas colocadas, o Dr. Miguel Amaral afirmou que o Parque nunca foi embargado e não foi realizado mais nenhum transporte de animais, desde 1998. Apesar dos registos estarem na posse da C.M. da Povoação, estima que os atuais animais tenham menos de 20 anos. Entende, ainda, que estes primatas têm vindo a ser domesticados, mas são considerados animais selvagens / exóticos.

No que diz respeito ao Grupo de Trabalho, este tem cerca de um ano e a sua duração dependerá da resolução dos problemas identificados, tais como o bem-estar animal e a revisão do PDM. Referiu, também, que os 250 mil euros orçamentados podem não ser suficientes, tendo em conta as obras, a vedação, os equipamentos necessários para licenciar o espaço, bem como as infraestruturas adjacentes e os materiais, para adequar o espaço. Considera, ainda, que há interesse da C.M. da Povoação e da população em ter um Parque zoológico, devidamente licenciado.

Interveio o Deputado João Ávila para realçar a importância do Parque Zoológico e dos primatas que o habitam, como uma referência da Povoação, que atrai muitos visitantes. A este respeito, perguntou se estão previstos cuidados adicionais com os animais, durante as intervenções a realizar e se o transporte deste tipo de animais (primatas) é muito diferente de outros animais. Questionou se as condições, atuais, são muito diferentes de outros parques licenciados; o que será feito com os animais caso o parque seja encerrado; e se estes parques têm funções pedagógicas.

O Dr. Miguel Amaral disse que, caso haja intervenção, tem de ser salvaguardado o realojamento e transporte de todos animais, o que também representa um desafio e um investimento adicional. Indicou que qualquer transporte de animal causa stress e isso deve ser sempre minimizado. Acrescentou que há diferenças entre o atual Parque na Povoação e outros espaços licenciados, ainda que as condições existentes possam e devem ser

melhoradas. Realçou, contudo, que não existem maus tratos animais, nem as condições são deploráveis, como alguns indicam.

O Médico Veterinário considera que o caráter pedagógico de um espaço depende sempre da interpretação de cada pessoa, ainda que as funções dos parques zoológicos têm vindo a ser evolutivos, com espécies que só sobrevivem em cativeiro.

A Deputada Catarina Furtado interveio no sentido de apurar o motivo da demora entre a abertura do auto de notícia e a criação do grupo de trabalho; qual a designação atribuída ao atual espaço, dado que não é um Parque zoológico e não foi atribuída uma permissão administrativa de funcionamento, relativamente à fauna selvagem; se o principal risco do espaço está relacionado com a estabilização do talude; como é medida a afluência de visitantes, dado não existir controlo de visitas; quem coordena o grupo de trabalho; e porque não foram efetuados contatos com o Instituto de Conservação da Natureza, para colocação de alguns dos animais.

De seguida, o Deputado António Lima questionou quem é o veterinário responsável pelos animais do parque e se existe algum programa pedagógico para o espaço, dado que o último que é conhecido data de 2007.

Por fim, o Deputado Luis Rendeiro perguntou sobre as patologias e problemas mais frequentes dos animais, do parque; qual era a população inicial de primatas (macacos) e se a redução do número de animais resultou de causas naturais.

A concluir, o Dr. Miguel Amaral disse desconhecer os motivos do hiato temporal; que a estabilização da arriba está a ser analisada; que a entidade responsável pelo grupo de trabalho é a TECNICOUTO; que se trata de um Parque zoológico, embora não licenciado, com espécies exóticas; que não tem estatísticas sobre os visitantes; e que o responsável pelos animais do Parque é o médico veterinário da C.M. da Povoação.

Acrescentou que o objetivo é manter o atual espaço, mas devidamente licenciado, com um programa pedagógico. Indicou que existem no parque três primatas, dos quais uma babuína e dois tarrafos, não existindo doenças conhecidas.

• **Audição do Presidente da Câmara Municipal da Povoação (CMP) – Pedro Melo**

A Deputada Graça Silveira pediu explicações sobre a demora na resolução do problema, tendo, ainda, perguntado quem é que assegura o financiamento do espaço e de todos os encargos inerentes, se o Parque conta com funcionários da Câmara Municipal da Povoação, ao serviço e o que será feito caso seja inviável manter o parque no mesmo local.

O Presidente da CMP começou por afirmar que o parque zoológico da Povoação tem, aproximadamente, vinte anos, recebe muitos visitantes e a Autarquia decidiu avançar com um projeto para legalizar e licenciar o espaço, há cerca de um ano e meio atrás, com a finalidade de o manter no mesmo local. Informou que a entrada é livre e os funcionários que trabalham no parque são da C.M. da Povoação, incluindo o veterinário responsável pelos animais.

De seguida, a Deputada Catarina Furtado questionou o motivo do hiato temporal entre 2013 e 2017 e se a estabilização da arriba não poderá condicionar a manutenção do parque no atual local. Perguntou, também, se o grupo de trabalho já tem algumas recomendações efetuadas, como é realizado o controlo dos visitantes e porque é que o parque é tão relevante para a vila da Povoação.

Às perguntas colocadas, o Presidente da CMP argumentou que ao longo dos últimos anos foi necessário acudir a outras preocupações sociais, no apoio às famílias e também na redução da dívida da autarquia, motivo pelo qual não foi possível fazer grandes investimento no parque zoológico. Caso não seja

possível manter o atual espaço, então serão procuradas alternativas. Acrescentou que vive na Povoação, morando durante alguns anos na rua onde está localizado o parque e assistia ao elevado número de pessoas que visitam o espaço, com as suas famílias. Sobre o trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho, indicou que em breve haverá novidades.

Posteriormente, o Deputado António Lima pediu informações sobre as recomendações feitas pelo Governo Regional para licenciar o espaço, bem como qual o prazo indicado para cumprir a lei. Questionou porque não se deslocaliza o parque para outro local e se o atual espaço não é contrário ao destino de natureza, que defendemos para os Açores. O deputado questionou ainda se é intenção da Câmara manter os primatas ou tentar encontrar uma solução para estes noutro local.

O Presidente da CMP reafirmou que foram dadas as respostas possíveis, à data, e que tem procurado colocar os primatas noutros parques, mas não têm sido aceites. Considera que o parque zoológico da Povoação não contraria a imagem dos Açores e e que a intenção é encontrar colocar os primatas noutros parques.

A terminar, o Deputado João Ávila perguntou se terão cuidados acrescidos com os animais do parque, quando forem realizadas obras, se o parque tem funções pedagógicas e se as condições atuais do parque são assim tão precárias, com alguns indicam.

Em resposta, o Autarca confirmou que serão tidos os devidos cuidados com os animais e serão acompanhados pelo médico veterinário. Afirmou, ainda, que tem visitado vários parques zoológicos e as condições do parque da Povoação não são assim tão diferentes de outros, sendo que será realizado algum trabalho pedagógico com as crianças e famílias.

No dia 13/04/2018, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada e por videoconferência na Delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, na Ilha

Terceira, foi realizada a audição da primeira subscritora da Petição, Jéssica Costa Pacheco.

• **Audição da primeira subscritora da Petição, Jéssica Costa Pacheco**

A peticionária mencionou que esta é uma reivindicação antiga, pelo menos desde 2009, tendo sido realizadas algumas denúncias e visitas ao espaço. Recentemente, foi noticiada a remodelação e investimento de 250 mil euros, por iniciativa da Câmara Municipal da Povoação, o que despertou, nos subscritores da petição, novas diligências para encerrar o Parque Zoológico da Povoação.

A Sra. Jéssica Pacheco contrariou os argumentos usados para manter o atual parque, dizendo que apenas em 2007 foi feito um programa pedagógico, que não tem conhecimento da recuperação de animais selvagens e que os comentários negativos, realizados na plataforma “tripadvisor” contrariam a ideia de atração turística.

Além disso, a peticionária fez referência ao art. 4.º da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, afirmando que “Todo o animal pertencente a uma espécie selvagem tem o direito de viver livre no seu próprio ambiente natural, terrestre, aéreo ou aquático, e a reproduzir-se” e que “Toda a privação de liberdade, incluindo aquela que tenha fins educativos, é contrária a este direito”.

Por fim, foram ainda indicadas duas respostas do Governo Regional dos Açores, nos dias 26 de março e 03 de abril de 2018, ao requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda. Na primeira resposta, o Governo afirmou que não tinha conhecimento de um projeto para o parque, enquanto na segunda, o Governo confirmou a receção, no dia 27 de março de 2017, de um projeto para o parque da Povoação.

A Deputada Catarina Furtado indicou que a petição em análise tem 1250 assinaturas, pelo que pergunta quantas destas assinaturas são referentes a residentes na Povoação e se houve algum embargo ao Parque. Questionou, ainda, se tendo existido dificuldades em dar outro destino aos animais quais as

alternativas propostas pelos peticionários e se estes continuarão contra a manutenção dos animais no atual espaço, mesmo que este seja licenciado como um Parque Zoológico e com condições dignas.

Às perguntas colocadas, a peticionária afirmou que desconhece o número de residentes da Povoação que assinaram a petição e que apenas falou no embargo, devido a informações prestadas pelo Partido Ecologista os Verdes e pela Associação Amigos dos Açores. Acrescentou que existem santuários no continente que aceitam receber estes animais, mas, caso não seja possível, deve-se garantir condições dignas para os animais.

Considera que o atual espaço é pequeno e os peticionários pretendem dar qualidade de vida aos animais, sendo contra a sua manutenção no atual espaço e contra a sua exploração para entretenimento.

Por sua vez, o Deputado António Lima questionou quais as críticas efetuadas ao atual espaço e se a alusão à falta de condições é apenas referente aos animais selvagens ou abrange todos os animais, como os domésticos. Perguntou, também, qual seria a melhor solução a dar ao atual espaço, se os peticionários aceitariam uma solução que incluísse animais não selvagens, ou apenas um jardim e se conhecem outros exemplos de soluções, noutros parques no continente ou no estrangeiro.

A Sra. Jéssica Pacheco argumentou que todas as pessoas e a associação falam do mesmo problema, ou seja, consideram que existe falta de controlo, de cuidado e que os animais estão subnutridos. Informou que pretendem uma solução digna para todos os animais e não só para os selvagens, sendo que a prioridade para o atual espaço passa pela transformação em apenas um jardim, sem animais encarcerados. Em qualquer dos casos, não pretendem colocar em risco os animais do parque.

No que se refere a possíveis soluções, a peticionária respondeu que não conhece, em Portugal, soluções alternativas, e que a tendência, a nível

internacional, tem sido em encerrar parques semelhantes ao da Povoação e reencaminhar os animais para “santuários de animais”.

Por sua vez, o Deputado João Ávila afirmou que sempre residiu na Povoação e não tem conhecimento de qualquer embargo ao parque. Informou que o programa pedagógico de 2007 mantém-se em vigor, perguntando à peticionária se conhece os motivos pelos quais não foi iniciado o licenciamento do parque, em 2009.

O Deputado pediu ainda esclarecimentos sobre o país de origem dos peticionários e questionou, se ideologicamente, os peticionários são contra este parque, em concreto, ou contra todos os parques zoológicos no Mundo.

A terminar, o Deputado João Ávila perguntou se consideram que existe aproveitamento e exploração dos animais para entretenimento, comparando com o circo.

Às questões colocadas, a peticionária disse que não tem conhecimento do motivo de não ter sido iniciado o licenciamento em 2009, deixando algumas dúvidas sobre o trabalho pedagógico realizado, e informou que a maioria dos peticionários são Portugueses.

Acrescentou que o foco dos peticionários foi falar sobre os animais do parque da Povoação e não contra todos, além do que o espaço está aberto ao público, pelo que considera que há uma promoção para visitarem os animais. Em comparação com os circos, entende que os animais do parque da Povoação não são treinados, mas em ambos os casos estão aprisionados.

A terminar, o Deputado João Ávila esclareceu que o motivo de, em 2009, não se ter iniciado o licenciamento do parque zoológico foi por questões financeiras, perguntado, ainda, se a peticionária considera que todos os Açorianos têm condições financeiras para visitarem animais selvagens, num santuário, fora dos Açores.

A concluir, a peticionária Jéssica Pacheco afirmou que, atualmente, nem é necessário deslocarmo-nos aos “habitats naturais dos animais”, para visualizar animais, pois temos a tecnologia ao nosso dispor, e que o bem-estar animal não é apenas físico, mas também psicológico.

No dia 03/05/2018, na sede da ALRAA na Horta, Faial, e com videoconferência em Ponta Delgada, São Miguel, e em Angra do Heroísmo, Terceira, foi realizada a audição do Secretário Regional da Agricultura e Florestas (SRAF).

- **Audição do Secretário Regional da Agricultura e Florestas (SRAF), João Ponte.**

O Deputado António Lima interveio para questionar sobre as condições necessárias para licenciar o Parque Zoológico da Povoação, perguntando, ainda, porque é que o processo de licenciamento do parque zoológico, iniciado em 2009 pela Câmara Municipal da Povoação, ainda não tinha sido concluído e porque motivo, perante o incumprimento da legislação, o Governo não aplicou as contraordenações previstas.

Em resposta, o SRAF afirmou que, em 2010, foi feita uma comunicação e notificação à Autarquia da Povoação, com o intuito de levar ao licenciamento do espalo, mas que desde essa altura não houve qualquer evolução que levasse ao licenciamento do parque zoológico. Informou que o parque, tal como está e sem obras, não cumpre os critérios para ser licenciado como parque zoológico. No que se refere às contraordenações, o Secretário Regional disse que o Governo tem procurado alertar as entidades para a resolução dos problemas identificados, não sendo prática aplicar, imediatamente, contraordenações. Mais referiu que o facto da legislação ser demasiado densa e complexa, obriga a uma série de requisitos para o licenciamento, o que por sua vez implica obras profundas.

Além disso, indicou que nos próximos dias será enviado um relatório à C.M. da Povoação, com a identificação de um conjunto de situações de incumprimento, que devem ser acatadas, com um prazo para cumprir as exigências e as normas de bem-estar animal. O Governo tem procurado atuar com bom senso, de forma a que os problemas identificados sejam resolvidos.

Por sua vez, a Deputada Catarina Furtado questionou se já tinham sido nomeados os membros da Comissão de Ética e se o valor orçamentado pela C.M. da Povoação, cerca de 300 mil euros, é suficiente para realizar as obras de adaptação necessárias. Perguntou, ainda, qual o prazo atribuído pelo Governo à autarquia, para cumprir as recomendações constantes do relatório referido e se considera que o espaço possa vir a ser devidamente licenciado, como parque zoológico, de acordo com a legislação aplicável.

A Deputada Catarina Furtado questionou, também, sobre as competências da SRAF, nomeadamente ao nível da nomeação dos membros da Comissão de Ética responsável pela elaboração de pareceres e relatórios associados à atividade dos parques zoológicos, bem como sobre quem tinha elaborado o relatório.

O Secretário Regional disse que não dispõe, no momento, de informações sobre a Comissão de Ética e que cabe à autarquia e aos seus técnicos, apurar o valor necessário para realizar a obra. Acrescentou que apenas dispõe de um projeto de relatório, realizado pelos médicos veterinários da Direção Regional da Agricultura, com a identificação das situações de incumprimento e que o mesmo será enviado à C.M. da Povoação, para se pronunciar em audiência prévia. Considera, também, que a legislação, atualmente, em vigor sobre os parques zoológicos é bastante exigente e foi criada a pensar em parques de maiores dimensões, que não o da Povoação.

Interveio, também, o Deputado João Paulo Ávila para realçar que este assunto já foi devidamente esclarecido e debatido e o Governo dos Açores tem atuado com bom senso.

Entretanto, o Deputado Luis Rendeiro questionou sobre o tipo de acompanhamento dos animais do parque da Povoação, em termos de sanidade animal.

A terminar, o Secretário Regional da Agricultura e Florestas afirmou que a C.M. da Povoação tem um médico veterinário ao serviço e que o Governo, através dos serviços oficiais, irá acompanhar com maior frequência o parque, de acordo com o que está previsto na legislação.

À informação prestada o Deputado Luís Rendeiro retorquiu que a mesma indicia um desconhecimento, quase dois anos após tomada de posse por parte do Sr. Secretário Regional, das competências municipais nesta matéria, que se prendem com a higiene, e das competências do Governo, que se prendem com a sanidade e saúde pública.

Os pareceres recebidos pela Comissão Permanente, à data de aprovação deste relatório, são anexos do mesmo, nomeadamente:

- Delegação Regional Ordem Médicos Veterinários;
- Assoc. Amigos Açores - Associação Ecológica.

4.º cAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão deliberou, por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP e BE pronunciar-se da seguinte forma:

1. A petionária mencionou que o encerramento do parque é uma reivindicação antiga, mas a intenção de remodelação e investimento, no valor de 250 mil

euros, da Câmara Municipal da Povoação, despertou, nos subscritores da petição, novas diligências para encerrar o Parque Zoológico da Povoação.

2. Os peticionários consideram que existe falta de controlo, de cuidado e que os animais estão subnutridos, pelo que defendem uma solução, digna, para todos os animais, transformando o atual espaço num jardim, sem animais encarcerados. Como solução para os primatas os peticionários apontam o seu envio para santuários animais.
3. O Dr. Miguel Amaral, na qualidade de médico veterinário do Grupo de Trabalho, referiu que a Autarquia da Povoação tem vindo a tentar resolver o problema de licenciamento do parque zoológico, tendo para isso criado um grupo de trabalho, cuja missão consiste em garantir o cumprimento da legislação, incluindo as regras de bem-estar animal, do licenciamento como parque zoológico, e do PDM da Povoação.
4. O médico veterinário informou que os atuais animais do parque da Povoação têm cerca de 20 anos de idade e estão devidamente documentados. Reconheceu que as condições atuais não são ideais para os animais, mas encerrar o parque não resolve o problema, pois continua a ser necessário arranjar uma solução para estes, em especial para os primatas.
5. Por sua vez, o Presidente da Câmara Municipal da Povoação disse que o parque tem cerca de vinte anos, recebe muitos visitantes, mas nos últimos anos não foi possível realizar grandes investimento no parque zoológico, pois foi necessário acudir a outras preocupações sociais, no apoio às famílias e também na redução da dívida da autarquia.
6. Entretanto, a Autarquia já avançou com um novo projeto para legalizar e licenciar o espaço e tentou colocar os primatas noutros parques licenciados, mas não foram aceites.
7. O Secretário Regional da Agricultura e Florestas afirmou que, em 2010, foi feita uma comunicação e notificação à Autarquia da Povoação e desde esta

altura não houve qualquer evolução que levasse ao licenciamento do parque zoológico.

8. Além disso, indicou que será enviado um relatório à C.M. da Povoação, com a identificação de um conjunto de situações de incumprimento, que devem ser acatadas, com um prazo para cumprir as exigências e as normas de bem-estar animal. O Governo tem procurado atuar com bom senso, de forma a que os problemas identificados sejam resolvidos.
9. De realçar que a Petição, por ser subscrita por mais de 300 peticionários, reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;
10. Dar conhecimento do presente Relatório à primeira subscritora da petição.

Ponta Delgada, 10 de maio de 2018

O Relator, Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório ficam anexos os pareceres solicitados por escrito.

O Presidente, Miguel Costa

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Relator.

Estão agora abertas as inscrições.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, era só para informar que a Sra. Deputada inscreveu-se antes de mim. A Sra. Deputada Rute inscreveu-se antes de mim.

Presidente: Mas se não há problema fica então dada a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado.

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Começo por, na pessoa da primeira signatária, a Sra. Jessica Costa Pacheco, saudar todos os peticionários da iniciativa pelo encerramento do Parque

Zoológico da Povoação quer pelo seu significado e importância em termos de participação cívica e livre da vontade das populações na defesa dos seus interesses, quer pelo seu objeto que alerta para a necessidade de uma avaliação atenta a esta matéria.

Ouvida a signatária verifica-se que a pretensão da petição é reconversão gradual do espaço de modo a que deixe o mesmo de ser utilizado para a receção de mais animais, enquanto fontes de entretenimento.

Solicitam ainda os peticionários que os animais do Parque Zoológico da Povoação sejam reencaminhados para santuários de animais.

Em audição o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação reafirmou a intenção de requalificação do espaço, informando que estava em execução um projeto com esse propósito.

Por sua vez o médico veterinário Miguel Amaral, na qualidade de membro do grupo de trabalho criado pela Câmara Municipal da Povoação, deu garantias das condições sanitárias e higiénicas do espaço.

Por fim, o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, em relação às medidas de acompanhamento do assunto por parte daquele departamento do Governo, informou que tinham sido feitas recomendações à autarquia povoacense, recomendações sobre as quais, no entanto, pouco ou nada conseguiu esclarecer.

Recordamos que esta iniciativa se encontra relatada desde 15 de maio de 2018, há praticamente 7 meses, sendo que, por esta altura é no mínimo expectável que esteja concluída a execução do projeto de requalificação do espaço, bem como estejam devidamente implementadas pela autarquia da Povoação as orientações e recomendações da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

A saúde e bem-estar animal, as questões da sanidade animal e da própria saúde pública são matérias que preocupam o PSD Açores. São estas questões que, no âmbito do assunto que se discute, são relevantes, são estas questões que devem prevalecer sobre quaisquer tipos de interesses pessoais ou partidários e são estas

questões que se devem sobrepor a qualquer tipo de exageros e de extremismos que por vezes, associados à boa vontade protecionista dos direitos dos animais e de forma involuntária, conduzem a radicalismos ociosos, vazios e sem sentido.

O facto é que nesta matéria em concreto pese embora o Parque da Povoação não esteja devidamente licenciado como um parque zoológico, tudo indica que estão asseguradas a saúde e o bem-estar dos animais que existem no espaço, tanto é que das espécies existentes no local as mais preocupantes serão três primatas de duas espécies, cujos exemplares além de adaptados a contextos humanizados estão bem tratados e em boa condição física, facto que foi garantido pelo médico veterinário que faz o seu acompanhamento.

Ainda assim sobre o incumprimento dos requisitos legais é um facto que, como indica a petição, o Parque Zoológico da Povoação se encontra a funcionar em situação irregular há alguns anos, não se encontrando munido das respetivas permissões administrativas de funcionamento necessárias para o exercício da atividade.

Para o Grupo Parlamentar do PSD Açores é uma situação que tem de ser corrigida e que exige o máximo empenho das entidades envolvidas para que possa efetivamente ser resolvida.

A legislação é clara: é determinada a suspensão da atividade ou encerramento de um parque zoológico quando se verificarem situações de incumprimento dos requisitos e regras técnicas respeitantes à proteção da fauna em parques e instalações similares, a existência de graves problemas de saúde e bem-estar dos animais, a existência de riscos higio-sanitários que ponham em causa a saúde das pessoas ou animais, ou a falta de condições de segurança e tranquilidade para as pessoas ou animais, bem como a proteção do ambiente.

No caso concreto a situação que se coloca era do incumprimento dos requisitos e regras técnicas respeitantes ao exercício da atividade naquele espaço zoológico.

Não é uma situação nova, era uma situação conhecida até por via das exposições públicas e requerimentos sobre a matéria. O Membro do Governo Regional responsável pela área da agricultura não atuou, fundamentando a inação com a complexidade regulatória e com o excesso de sensibilidade do assunto.

Estas são desculpas inaceitáveis. O Partido Socialista não está acima da lei e o desconhecimento da lei não confere desculpabilidade.

Deputado José Contente (PS): O PS agora é responsável pelos canis e gatis!

A Oradora: Triste e lamentável, mas a realidade é que os mais de 20 anos de governação socialista tornam este tipo de desculpas cada vez mais recorrente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os esforços no sentido de licenciar o Parque Zoológico da Povoação deveriam ter sido encetados mais cedo, bem mais cedo. Aquele é um espaço com algum carácter identitário para o concelho da Povoação e para a ilha de São Miguel, pelo que isso deve ser respeitado. Por isso mesmo a entidade governamental com competência em matéria de veterinária, ou seja, a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, já deveria ter atuado nem que fosse para impulsionar uma resolução do problema dentro do previsto na lei, mas percebeu-se que a inação governamental neste assunto não se deveu apenas a desconhecimento, em grande parte deveu-se também a incompetência e essa incompetência ficou espelhada e evidente na audição realizada ao Sr. Secretário da Agricultura e Florestas.

O governante admitiu que desconhece as competências que lhe cabem e aquelas que cabem aos municípios e aos veterinários municipais e pior do que isso não considerou que isso fosse sequer relevante. Desconhecimento, incompetência e sentido de impunidade foi isso que se verificou.

Terminamos concluindo que este impulso cívico, juntamente com o reconhecimento do órgão do poder local envolvido e do executivo açoriano de

que o assunto deveria ter tido mais atenção, até porque estão em causa incumprimentos legais, deu nota de que esta é uma situação que tem de ser corrigida e que exige o máximo empenho da autarquia da Povoação e do departamento do Governo com responsabilidade na matéria.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Rute Gregório.

(*) **Deputada Rute Gregório (CDS-PP):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começa-se naturalmente, por saudar a iniciativa dos peticionários. Em primeiro lugar, pela sua preocupação genuína com o bem-estar animal e, em segundo lugar, pela materialização que esta iniciativa nos traz da cidadania participativa e interventiva que só consagra e reforça a democracia e as instituições democráticas.

Como ponto de partida importava considerar que o conceito de parque zoológico na atualidade está ou deve estar muito longe de simples estruturas ou espaços para mera exposição de animais confinados e muito menos vivendo em condições precárias.

Hoje apenas se encontram margens para a defesa e continuidade destas estruturas enquanto ambientes propícios ao bem-estar animal que em simultâneo contribuem para a educação científica e ambiental, bem como para o estabelecimento de vínculos de conhecimento e autoconsciência entre visitantes e animais.

Isto significa que o zoológico ou parque zoológico atual a existir terá como centrais as premissas e as funções de conservação de pesquisa e de educação.

Em relação ao objeto da petição propriamente dito, naturalmente que o bem-estar animal é uma das preocupações que nos move a todos no quadro de uma

relação mais vasta entre homem/natureza/ambiente, que não é tão dicotómica como às vezes se pensa, tema que merece atenção e cuidados muito particulares. Por outro lado, a relação homem/animal domesticado ou não está hoje bem sujeita a normativos nacionais e internacionais que importa acautelar e garantir em termos de cumprimento para que se reflitam naturalmente, no âmbito de ações e das atitudes quotidianas da comunidade.

Isto significa também que a questão do bem-estar animal é uma responsabilidade de todos e mais ainda de quem gere e cuida de espaços como os que esta petição visa.

É óbvio que a presente petição levanta igualmente outros problemas que podem até ser socialmente fraturantes e em relação aos quais devemos refletir de forma aprofundada e responsável.

O primeiro problema a colocar tem a ver com a questão de se este tipo de estruturas em particular, como o parque da Povoação, se justificam na atualidade quando existem tantos meios mais virtualizados e menos lesivos ou intrusivos para promover o conhecimento e o contacto com a vida animal.

A segunda questão prende-se também com a imagem que podemos dar no interior e no exterior com este tipo de estruturas quando as representações mentais sobre a matéria são hoje bem diferenciadas e o turismo e a presença de visitantes com outras referências são cada vez mais uma constante nas nossas ilhas.

Há, de facto, públicos e culturas também entre nós, para quem este tipo de cartão de visita não é o mais eficaz, tanto mais que os Açores projetam essencialmente como um destino de natureza sustentável e baseado no respeito pela conservação da natureza. Temos a considerar que, de facto, há aqui alguma incongruência na mensagem. Uma natureza que se respeita na sua integridade, mas também uma natureza que se transforma, altera, domina e aprisiona. E aqui quais são ou devem ser os nossos limites?

A terceira questão muitíssimo importante, e como ficou bastante clara a partir das audições realizadas, tem a ver com a eventual manutenção ou desmantelamento deste tipo de estruturas.

Os animais criados em cativeiro não se integram em ambientes naturais ou não são devolvidos à natureza só porque queremos ou gostaríamos que assim fosse. Qualquer descontextualização do ambiente em que foram criados, mesmo para ambientes humanamente controlados, pode ser stressante e pôr em causa a saúde e a sobrevivência desses animais. Portanto, desmantelar este tipo de estrutura traz-nos o problema de onde integrar estes animais especiais, não domesticados, mas impreparados para a vida plena no mundo natural, mesmo admitindo a existência de organizações e estruturas que se dedicam a este tipo de missões, elas não estão já aqui ao lado, passe a expressão, e a transferência, deslocação e adaptação animal seriam sempre de complexa realização e não isenta de riscos, para além de não estarmos absolutamente certos de existir vontade ou condições na receção desses mesmos animais, como, aliás, ficou dito nas audições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Perante tais problemas que não deixam de nos dividir e até suscitar bastante dúvidas há, não obstante, e nós assumimos esta posição integralmente, não podemos, nem devemos abdicar: o bem-estar dos animais em causa físico psicológico deve ser inequivocamente (inequivocamente!) assegurado no quadro dos normativos nacionais e internacionais e a responsabilidade cabe a quem gere estes espaços.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudamos as mais de 1200 pessoas que assinando desta petição fizeram deste recurso, e mais uma vez, uma ferramenta de exercício de cidadania ativa, expressando a sua opinião e vontade e saudamos na pessoa da primeira peticionária, Jéssica Costa Pacheco.

Saudamos também as entidades que responderam às solicitações de parecer e de audição e que assim contribuíram, seguramente, de forma decisiva para o esclarecimento da questão.

A petição pelo encerramento do Parque Zoológico da Povoação traz a esta Casa numa forma escrita aquilo que durante mais de 20 anos tem sido visível na vila da Povoação e que extravasou o contexto local, regional e até mesmo em alguns casos nacional, dando lugar a um número de críticas por parte de quem nos visita e também obviamente dos residentes.

O Parque Zoológico da Povoação tem sido alvo de duras críticas pela sua degradação e pela falta de condições em que vários animais, principalmente os primatas, se encontram e encontraram durante muitos anos confinados.

Perante esta realidade, os peticionários solicitam a que se proceda à reconversão gradual do espaço, não permitindo a receção de mais animais, nem a sua utilização para fins de entretenimento.

Solicitam ainda que os animais sejam encaminhados para destinos onde possam estar em condições adequadas, como são os santuários ou refúgios de animais.

Não se compreende como durante 20 anos foi possível manter este espaço sem licenciamento num claro incumprimento da legislação em vigor para este tipo de espaços. Esse incumprimento foi assumido pelo próprio Governo Regional que tem a competência de licenciamento em resposta a vários requerimentos de deputados desta Casa e nas audições em sede de comissão.

Houve claramente conivência por parte dos sucessivos governos regionais que fecharam os olhos, permitindo que aquilo que é denominado um parque

zoológico mantivesse animais em condições precárias inaceitáveis e sem licenciamento.

É de referir que, para além desta petição, existe o manifesto assinado por cerca de 100 pessoas, propondo o encerramento daquele espaço fazendo referência que as remodelações a obras já anunciadas continuarão sem dar resposta aos problemas existentes. Esse manifesto é acompanhado por imagens que ilustram as condições em que os animais se encontram, imagens estas que atestam as denúncias feitas relativamente à situação em que estão e que podem colocar em causa a sanidade e o bem-estar animal. Esta situação, ao contrário do pretendido, pode ser desprestigiante para o concelho que possui um património cultural e natural único no mundo que importa valorizar e preservar e que não se coaduna com o cenário que se arrastou no parque zoológico durante tantos anos.

É importante mencionar que os próprios agentes do turismo já se negaram a visitar aquela zona do centro da Povoação com o objetivo de resguardar a imagem do concelho e impossibilitando assim os visitantes de existirem às poucas e fracas condições do parque e conseqüentemente dos animais que lá se encontram.

É impossível ignorar que o paradigma relativamente ao bem-estar animal mudou e que as preocupações e a exigência sobre este assunto são cada vez maiores.

Desmond Morris, conhecido escritor inglês e que teve a responsabilidade durante uma década de supervisionar os mamíferos do zoo de Londres, disse e passo a citar: “Sei que os bons jardins zoológicos são importantes por muitas razões, mas aprendi o suficiente para me aperceber dos danos causados aos animais ao mantê-los cativos.”

Desmond Morris falava na função educativa e no seu papel de conservação de espécies, no entanto, a tecnologia, na verdade, hoje em dia consegue preencher

essa função educativa em grande medida e nesse momento é largamente reconhecido que o cativoiro não é a melhor forma de contribuir para o conhecimento das diversas espécies, pois este condiciona e altera os seus comportamentos.

Neste caso, em concreto deste parque zoológico, nem está aqui em causa qualquer objetivo de preservação das espécies e mesmo esse objetivo deve ter como horizonte a possibilidade da reintrodução dos animais na natureza.

Neste caso em concreto, o que se verifica é que em 20 anos pouco ou nada se modificou no Parque Zoológico da Povoação, ficando-se, entretanto, apenas entre papéis e alguns remendos.

Os animais continuaram em situação precária, o parque sem licenciamento, sem um papel pedagógico, nem sequer conservação das espécies.

É importante termos consciência que a imagem negativa que uma situação destas transmite cola-se à imagem dos Açores e não é fácil de apagar.

É urgente, portanto, que as pretensões dos peticionários, que são adequadas e vão no sentido de uma reconversão gradual do espaço, sejam atendidas pelo município e pelo Governo Regional enquanto entidade licenciadora para que aquele espaço tenha uma utilização compatível com o meio que o rodeia e em respeito pelo bem-estar animal.

Assim, julgamos nós, será dado um pequeno passo no longo caminho para sermos uma região que respeita e defende o bem-estar animal e os direitos dos animais.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por congratular os subscritores da petição pelo encerramento do Parque Zoológico da Povoação na pessoa da primeira subscritora, a Sra. Jessica Pacheco.

É do conhecimento geral que o espaço definido como Parque Zoológico da Povoação é essencialmente um jardim urbano em que existem alguns tanques para peixes e tartarugas e uma série de gaiolas para aves autóctones e exóticas.

Para além desses animais existem ali alguns primatas a viver em espaços fechados por redes em dois diminutos recintos. É sobretudo a presença destes primatas que nos parece problemático tanto pelas condições em que se encontram, quanto pela falta de enquadramento destes animais nalgum contexto de interesse pedagógico, científico ou simplesmente turístico.

O interesse pedagógico e científico das instalações é do nosso ponto de vista absolutamente inexistente. Não conseguimos entender qual o sentido de mostrar animais exóticos em cativeiro. Parece-nos que tal escolha contraria tudo o que a nível mundial vai sendo implementado.

Contrariamente ao que pode ser firmado do ponto de vista turístico, estas instalações não representam uma atração, mas sim uma razão de desagrado para a maior maioria dos visitantes que ficam bastante desagradados perante a visão dos animais selvagens mantidos em cativeiro. É evidente o conflito existente com a apresentação que se quer dar da Região como meta do turismo natural e de excelência ecológica.

Convirá relembrar que foi a Representação do Parlamentar do PCP, em outubro de 2009, quem alertou para a falta de condições em que se encontram os animais do Parque Zoológico da Povoação, afirmando ser motivo de preocupação que um conjunto de exemplares da fauna selvagem seja mantida em gaiolas de dimensões reduzidas. Entretanto, e passada quase uma década, mantém-se a grave situação do Parque Zoológico da Povoação. Torna-se assim urgente uma intervenção por parte do Governo Regional e da Câmara da

Povoação para resolver a gravosa situação em que se encontram os animais do Parque Zoológico da Povoação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que nesta matéria um estabelecimento deste tipo deve cumprir as normas legais. Se a autarquia não tem condições para cumprir as normas legais, porque é muito caro, porque há um conjunto de burocracias, um conjunto de investimentos que a autarquia não consegue enfrentar, pois se não o consegue fazer deve proceder ao encerramento do parque zoológico.

Portanto, não é aceitável, como aqui foi dito, que se está a fazer o possível e a questão arrasta-se numa situação de ilegalidade patente, que não foi até por parte do relatório (tive oportunidade de verificar isso) negada. Portanto, o que se verifica é que nesta matéria as próprias entidades reconhecem que não preenchem as condições legais necessárias.

Outra coisa é, se esta é uma questão específica, a questão ideológica subjacente a este tipo de posições que, sendo uma posição razoável em parte, depois utiliza um conjunto de conceitos que são claramente fundamentalistas nesta matéria.

Eu devo dizer o seguinte: eu considero que nós nesta matéria temos que ser coerentes com o nosso pensamento político e que não devemos, obviamente, ceder perante entidades, partidos que utilizam métodos muitas vezes violentos para impor as suas ideias. Estou a falar do IRA, estou a falar, por exemplo, da página do PAN em que constavam ameaças de tiros na cabeça aos deputados do Parlamento dos Açores sobre uma matéria que nós aqui discutimos, estou a falar de atitudes deste tipo, de atitudes e de fundamentalismos deste tipo, que devem ser absolutamente recusadas. Porque eu pergunto-me: mas que humanidade é esta, mas que valores são estes, que levam estas pessoas a

cometer este tipo de violências verbais e até físicas sobre pessoas que não pensam da mesma forma que eles?

Eu penso que se deve ter a coragem de enfrentar. Acho que se deve ter a coragem. Da minha parte, do ponto de vista político dentro do meu percurso político, nunca recuso qualquer tipo de trabalho, nunca recuso também nenhum tipo de confronto político, confronto de ideias e não me deixo intimidar.

Deputado André Bradford (PS): A gente já sabe!

O Orador: Portanto, da minha parte, devo dizer aqui, concordo com a existência de parques zoológicos desde que tenham as condições legais e as condições necessárias, concordo. Concordo com a existência de touradas também, concordo com a existência de animais domésticos. É uma relação milenar que é cultural na sociedade humana, porque é preciso ver que, por exemplo, um partido como o PAN o que defende (e acho que muita gente que vota no PAN não percebe isso) é a extinção dos animais domésticos, pura e simplesmente. No seu conceito os animais domésticos não devem existir (não deve existir!), porque também estão a ser utilizados pelos humanos, estão a ser aprisionados pelos humanos. Muita gente não percebe isso. Até que ponto estas ideologias são fundamentalistas e eu penso que se têm que combater com coragem e com frontalidade.

Eu considero também nesta matéria que uma coisa são realmente um conjunto de programas, um conjunto de ideologias que levam a determinadas atuações e outra coisa é a realidade concreta do Parque Zoológico da Povoação.

Na minha perspetiva provou-se no trabalho da comissão que não reúne as condições legais. Portanto, nesse sentido, se não reúne e se as entidades competentes não têm a capacidade para que venham a ter estas condições, deve ser encerrado. Se não tem, deve ser encerrado. Outra coisa é a motivação ideológica e o fundamentalismo que muitos utilizam nestas matérias. Aí devo dizer que recuso em absoluto esse tipo de abordagem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu era efetivamente para intervir neste debate, até porque é por isso que aqui estamos e é por isso que aqui estou.

Também aqui estamos para ouvir e a minha primeira palavra vai para aqueles que nos fizeram ganhar tempo a apreciar, a analisar e a discutir aquelas que foram e que são as suas pretensões.

E por isso saúdo, em primeiro lugar, os peticionários realçando a forma construtiva e respeitosa com que a peticionária defendeu as pretensões dos mesmos.

Mas vamos um bocadinho à história.

O processo do Parque Zoológico da Povoação começou à volta de 1994/95. Na altura, a legislação sobre essa matéria era um bocado parca, era pouca, não havia muita legislação na última metade da década de 90 sobre essa matéria. Havia sim uma legislação apertada, bastante apertada, bastante rigorosa, sobre o transporte de determinados animais e a verdade é que no Parque Zoológico da Povoação essa legislação foi integralmente cumprida.

Antes da abertura do parque zoológico os próprios diretores do Jardim Zoológico de Lisboa deslocaram-se à Povoação a avaliar o espaço que ia acolher aqueles que foram os animais que de lá vieram. Também é importante que se saliente.

A verdade é que ao longo dos anos a legislação foi aparecendo e este parque foi precisando de adaptação a essa legislação.

É verdade que essa primeira necessidade também coincidiu com a entrada na liderança da Câmara Municipal da Povoação do Partido Social Democrata, até

porque o parque zoológico não é do PS, é da Câmara Municipal da Povoação que já foi liderada por vós também.

Também é verdade que a partir de 2013 ...

(Aparte inaudível do Deputado Luís Maurício)

Deputado André Bradford (PS): Começou foi aí!

O Orador: Se o Sr. Deputado Luís Maurício me deixar continuar, eu teria muito gosto.

A verdade também é que em 2013, com a situação financeira que os senhores deixaram naquela autarquia, também não foi possível fazer muito.

Mas agora, tal como é do conhecimento público, está explícito neste relatório, a Câmara Municipal da Povoação, com a disponibilidade financeira que agora já começa a ter, criou um grupo de trabalho para que o parque zoológico, com o novo projeto, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Já está acabado?

O Orador: ... se adequa àquela que é a legislação.

Depois disso tudo que eu disse, parece-me importante realçar aqui alguns pontos.

Este parque foi, é e será um fator diferenciador na oferta turística que aquele concelho tem para oferecer.

É um parque que tem um funcionário que lá está desde o início da sua abertura.

É um funcionário que tem um reconhecido sentido de responsabilidade por todos aqueles animais que lá estão. É reconhecido por todos.

Também me parece importante realçar nesta discussão que não há, nem nunca houve qualquer tipo de exploração animal naquele parque. Nenhum animal daquele parque foi alvo de qualquer tipo de treino. Nunca isto aconteceu naquele parque.

E por último, deixem-me relembrar os Srs. Deputados, o bem-estar animal, seja ele qual for, é, sempre foi e sempre será uma preocupação do Partido Socialista.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Concluimos assim este nosso ponto da Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra.

Deputado António Lima (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário, vamos então interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas 36 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Marco José Freitas da Costa

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Mónica Reis Simões Seidi

Transcrição efetuada por, Renata Costa

A Redatora, Ana Machado